



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A QUINZE DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE

Acta n.º 5/2014

Aprovada em 26/11/2014

No dia quinze de Julho de dois mil e catorze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de dois mil e catorze da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 – “Reabilitar para Arrendar” - Minuta do Contrato de Financiamento sob a forma de crédito, com o IHRU/BEI;

Ponto 3 – Documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Coimbra;

Ponto 4 – Procedimento concursal comum para a categoria de assistente operacional (sapador florestal) – rectificação de deliberação;

Ponto 5 – Protocolo de Cooperação sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e respectivo aditamento;

Ponto 6 – Novo Modelo de Estrutura Orgânica Municipal – alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2014;

Ponto 7 – “Em Defesa da Escola Pública”;

Ponto 8 – Orçamento Participativo;

Ponto 9 – Composição da Comissão Municipal de Protecção Civil – representante das Juntas de Freguesia;

Ponto 10 – Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta – representante das Juntas de Freguesia;

Ponto 11 – Atas.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Mário António dos Santos Carvalho, Rosa Isabel Cruz, Manuel Milagre de Sousa, António José Costa Sequeira, Maria Ângela Duarte C. Pinto Correia, Nuno Filipe Reis da Silva, André Gonçalo Dias Pereira, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia, Horácio José Campos da Paz Santiago e José António Cortesão.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Ferreira Coelho, João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seíça Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa e Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso.

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Manuel Augusto Lopes Rebanda, Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos, Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Miguel Jorge Pignatelli da Ataíde Queiroz, Ana Filipa Janine Simões Martins, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Joana Margarida Alves Martins, Dino Miguel Alves e Rui António Pires Marques.

Presidentes de Junta de Freguesia:

José Augusto Gomes da Silva Simão, Hélder Rodrigues de Abreu, Manuel Correia de Oliveira e Ricardo Luís Morais Rodrigues.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Manuel Vaz Pires da Rocha, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Paulo Jorge Gaspar Coelho e Carlos Alberto Sousa Ferreira.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Jorge Espírito Santo Mendes.

Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CPC):

José Joaquim Dinis Reis, Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata, José António Oliveira Bandeirinha e Catarina Isabel Caldeira Martins

Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):

José Joaquim Sampaio Nora

Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB)

Rui Manuel Sousa Soares

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara Manuel Augusto Soares Machado estiveram presentes os vereadores Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel Maranhas Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, João Paulo Lima Barbosa de Melo, José António Raimundo Mendes da Silva, Paulo Jorge Carvalho Leitão, José António Pinto Belo e José Augusto Moreira Ferreira da Silva.

Mesa:

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do Artº 78º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado Municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira** pelo período de 2 dias com início 14 de Julho;

-Deputada Municipal **Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho** pelo período de 3 dias com início em 14 de Julho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nos termos do n.º 1, Art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (**PS**), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Horácio José Campos da Paz Santiago e José António de Oliveira Marques Cortesão.**

-Deputado Municipal **Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos** por 1 dia;

Nos termos do n.º 1, Art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (**PPD/PSD/PPM/MPT**), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Rui António Pires Marques.**

-Deputado Municipal **Jorge Freitas Seabra** pelo período de 3 dias com início em 14 de Julho;

Nos termos do n.º 1, Art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (**CDU**), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Carlos Alberto de Sousa Ferreira.**

“Período de Antes da Ordem do Dia”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão e deu conhecimento dos seguintes assuntos:

Assembleia Distrital de Coimbra

“...na última reunião da Assembleia Distrital de Coimbra, as autarquias de Coimbra e de Mirando do Corvo perderam a votação e, as outras quinze autarquias do distrito votaram maioritariamente, contra a pretensão de defender o princípio da territorialidade. Ou seja, há um conjunto de bens que estão descritos numa lista que foi entregue em momento oportuno, a cada um dos grupos e que foi aqui analisada, discutida e votada. Há um conjunto de bens que, neste momento, estão em trânsito. Eu digo que estão em trânsito porque, também ainda ninguém os recebeu ou pelo menos foram colocados à porta da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra! Todos esses bens estão numa situação que, do ponto de vista jurídico, a única coisa que sei dizer, porque não posso utilizar nenhuma expressão jurídica é que estão em trânsito. Depois dessa deliberação tomada pela Assembleia Distrital, a partir do momento em que cedeu, ou seja, desfez-se do seu património. A partir desse momento, não tem nenhuma razão de existir, até que sejam instituídas as Regiões Administrativas, de resto, não tem mais nenhum tipo de função que seja conhecida, como é evidente, em função da lei.

A nota que eu queria sublinhar, e eu tenho a obrigação de dar conhecimento a esta Assembleia Municipal do que se passou, assim como, o Sr. Presidente naturalmente, o irá fazer com informações talvez muito mais pormenorizadas do que aquelas que eu estou a dar, é que esta deliberação foi feita, num tempo em que a lei que regula essas transmissões ou, essas cedências de património, ainda não estava aprovada. Portanto, foi uma deliberação que entra no quadro daquilo que me parece ser uma deliberação com carácter político, que utilizou a regra da maioria, mas que não é o fundamento previsto na lei que por acaso, entrou em vigor umas semanas mais tarde. Poder-se-ia ter esperado, penso eu, e foi a posição que, ... quer eu, quer do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sr. Presidente da Câmara, defendemos de que se deveria esperar pela entrada em vigor da nova lei. Assim não o entenderam os representantes dos outros municípios, não quiseram esperar, pela entrada em vigor da nova lei e portanto, esse património foi todo, como eu disse, colocado à porta da Comunidade Intermunicipal. O que irá fazer a Comunidade Intermunicipal, embora, eu seja o Presidente da Assembleia Intermunicipal, por vosso mandato, não sei! Não tenho nenhuma informação sobre isso! Nunca ouvi falar desse assunto! Nunca fui chamado para emitir a minha opinião, no momento oportuno, dar-vos-ei informação do que vai acontecer e, naturalmente, o Sr. Presidente da Câmara também vos dará, porque ele também pertence ao Conselho Executivo da Assembleia Intermunicipal.

Independentemente do prejuízo que tudo isto significa a meu ver, para o Município de Coimbra que é uma questão muito complexa e profunda que nós poderíamos aqui avaliar, até financeiramente, mas não tenho funções, nem meios para o fazer, mas independentemente dessa percepção que é uma percepção comum e natural, há uma coisa que eu acho que é muito importante sublinhar e que eu retirei dessa reunião! Aquilo que mais me chocou numa votação consensual, onde não há distâncias, nem diferenças, entre os partidos, mais à direita ou mais à esquerda, todos os partidos com responsabilidades autárquicas, inclusivamente o meu, participaram nessa deliberação, contra os interesses do Município Coimbra, aquilo que parece-me mais negativo, deu-se uma grande pedrada na construção de um conceito e de uma ideia de capitalidade e mesmo, num conceito de regionalização. Eu não conheço nenhuma forma de regionalização que passe pelo egoísmo puro e simples das partes que compõem uma região e que seja feita essa regionalização, como forma de decapitar a região de uma determinada capitalidade que no caso, nas circunstâncias, pela história, é Coimbra!

Não há dúvida nenhuma que Coimbra é uma capitalidade, com este ou com outro modelo de regionalização e será sempre, a capital num qualquer modelo de região a instituir. Quer aquela regionalização que agora existe, não vou agora comentar as virtualidades deste modelo de regionalização, quer de outro que venha a surgir no futuro que a nossa Constituição estabelece, que é princípio das regiões administrativas com outra natureza, mais electiva e mais próxima dos cidadãos.

Eu acho, que esta deliberação foi uma deliberação contra, a cidade de Coimbra! Foi uma deliberação contra o Município de Coimbra! Foi uma deliberação contra os interesses de Coimbra e foi uma deliberação, contra os interesses de uma região, naturalmente liderada pela Cidade e pelo Município de Coimbra! Isto é óbvio! Isto resulta do bom senso e, não podia deixar de o manifestar enquanto vosso representante, nessa circunstância e, nesse momento que considero dramático, para a cidade, o que se passou e, deixar-vos também aqui, essa amargura de ter visto, como por cima das divergências partidárias, tantas vezes acesas e incentivadas, neste ou naquelas aspecto se conseguiu, uma plataforma tão maioritária, tão larga, contra interesses completamente legítimos, indiscutíveis do ponto de vista histórico, do ponto de vista social, da pertinência desse bens e desse direitos, à utilidade, ao uso da nossa cidade. Não compreendo como é que isto foi possível! Aconteceu! Nós não regateamos esforços, para defender as posições que tínhamos que defender, do ponto de vista legal, só tínhamos três votos. Numa série deles, cinquenta e tal votos, tínhamos três votos que eram, os votos que resultam da representação na Assembleia Municipal, da Câmara e dos representantes das Juntas de Freguesia. Eramos altamente minoritários! Juntou-se a nós Miranda do Corvo naturalmente, perdemos. Tenho muita pena que tenha sido assim, mas tenho que vos comunicar, a Assembleia é soberana, decidirá o que muito bem entender, comentará o que tiver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de comentar e vamos ver! Esta história ainda está no princípio, ainda não terminou e, vamos ver o que vai acontecer no futuro. Mas a título informativo e, independentemente, de outras intervenções que poderei vir a fazer no futuro, sobre esta matéria, era isto que vos queria dizer. Porque, digamos, o que funciona aqui, é o princípio da transparência e, esse princípio da transparência implica essa obrigação de vos transmitir as vitórias e as derrotas! Ainda que esta derrota tenha sido uma derrota, completamente injusta! E, uma derrota baseada, no egoísmo e numa tacanhez de perspectiva que me custa muito a aceitar! Assumo isto com toda a responsabilidade! Não estou contra ninguém! Estou por Coimbra!”

Intervenção do Presidente da Freguesia de Cernache:

Expo-Cernache

“Nos passados dias quatro, cinco e seis de Julho na minha freguesia, teve lugar, a realização da Segunda Expo-Cernache - Feira Comercial e Industrial, sétima feira de gastronomia, artesanato e produtos típicos da freguesia, com a participação de mais de cem expositores dos diversos sectores da actividade, indústria, comércio, artesanato, gastronomia, dos produtos típicos. Este ano, a Expo-Cernache contou também, com a presença de um conjunto de instituições que passo a destacar: Instituto Superior Miguel Torga, Confederação Nacional das Pequenas e Médias Empresas, CAIC - Colégio da Imaculada Conceição, Colégio do Bom Jesus, Comunidade São Francisco de Assis, Aeroclube de Coimbra, Pró-Mundo – Associação de Solidariedade Internacional, Associação de Laços Sem Nós, Centro Social Nossa Senhora dos Milagres – Cáritas, Centro Médico de Coimbra, entre outras.

Desde 2007, ano em que se começou a realizar este certame, a Câmara Municipal de Coimbra apoiou sempre, esta iniciativa da Junta de Freguesia de Cernache. Recordo que, no ano passado, a Câmara Municipal apoiou com 5 mil euros em dinheiro, apoiou com policiamento, apoiou com a limpeza, durante os três dias e, apoiou ainda, com o licenciamento. Este ano, pedimos apoio à Câmara Municipal de Coimbra, pois sempre esta iniciativa da Junta da Freguesia, bem como, os seus presidentes, estiveram sempre presentes na sessão de abertura. Este ano e, apesar de em tempo oportuno, 16 de Dezembro de 2013, antes da aprovação do orçamento da Câmara Municipal de 2014, termos solicitado apoio para esta iniciativa. A resposta só veio, a 13 de Junho de 2014 e apenas, a duas semanas da realização do evento, com o despacho da Sra. Vereadora da Cultura e do Turismo dizendo: “*que não possuía dotação financeira nas Grandes Opções do Plano para apoiar a actividade*”.

Quanto ao convite feito ao Sr. Presidente para estar presente na sessão de abertura, ainda continuamos a aguardar a sua resposta. Por tudo isto, é importante que fique registado que esta, não é a política mais correcta do Executivo Camarário no trabalho com as freguesias. Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereador da Cultura e do Turismo, a política cultural da Câmara não pode estar apenas limitada, ao centro urbano da cidade. Nas freguesias também há pessoas, também há vida cultural! Já que a Câmara Municipal, pouco ou nada faz neste campo, pelo menos, dê algum apoio às iniciativas culturais das freguesias como deve ser.

Eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara sobre os Protocolos Intercalares de Delegação de Competências que foram aprovados, a 17 de Abril e que já estamos em meados de Julho e, os projectos, ainda não chegaram às freguesias! Eu temo, que o tempo é curto e, que o decorrer desta situação, nós não conseguimos executar as obras, até trinta de Novembro, como está previsto. Outro assunto que eu queria colocar ao Sr. Presidente, e isto, no que toca aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

processos de Delegação de Competências, ao abrigo da Lei 75/2013, das limpezas das escolas, o Senhor Presidente, ainda não aceitou as propostas das juntas, ainda, não foram assinados os protocolos, como deveria ter sido até Abril, até cento e oitenta dias, como manda a lei. Aguardamos que o Sr. Presidente porque nas freguesias, continuamos a trabalhar, continuamos a fazer as limpezas, continuamos a trabalhar, penso eu, gratuitamente para a Câmara, que não pode ser,...que pelo menos, que o Senhor Presidente, faça algumas transferências para as freguesias e que faça depois os acordos, os ajustes, no fim do ano.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiróz (PPD/PSD/PPM/MPT):

Coimbra Património da Unesco

“Serei breve, mas não obstante, não resisto à tentação de neste momento, referir aqui um pequeno facto histórico. Aparentemente sem importância, mas significativo. Na França de antanho havia um rei, entre muitos, que tinha muitas guerras e todos, antes de entrarem na luta, havia um grande fidalgo, que não estava lá! Mas quando avançavam ele aparecia, ouvia-se um grito, “*Aqui estou!*” “*Era o Duque de Namur!*” Eu não dou um grito, mas respeitosamente, digo... aqui estou, novamente, para lutar por aquilo porque me comprometi quando aceitei fazer parte das listas, agradecendo a todos e a todas as pessoas que me fizeram chegar a sua solidariedade. Só queria tocar muito rapidamente, em dois pontos, porque me parece que não podemos perder mais tempo e, recordar aqui, como já recordei nesta Assembleia várias vezes, o problema de Coimbra Património da Unesco e, queria frisar aqui que isso, não tem dois anos, essa luta tem trinta anos, perto de trinta anos! Recordo que, em 17 de Março de 1982 a Dra. Matilde Pessoa de Figueiredo depois conhecida por Dra. Matilde Pessoa de Figueiredo de Sousa Franco, então Directora do Museu Machado de Castro, hoje já nacional, mandou a inscrição de Coimbra, para Lisboa e, em sete de Junho de oitenta e dois, o Secretario de Estado da Cultura deu o despacho favorável. Depois, sabemos também que houve várias intervenções, através do GAC, do saudoso Dr. Mário Nunes e depois, quero recordar a data de 27 de Outubro de 1987 em que se verificou nesta Assembleia, a segunda reunião da quarta sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Coimbra, em que foi continuado a discutir, o “*ponto sete*” da reunião que se tinha processado, um mês antes. Foi sobre a proposta de clarificação da área monumental da cidade de Coimbra, como Património Mundial. Conforme a proposta feita na reunião anterior, pelo então Presidente da Junta de freguesia de Santo António dos Olivais, que me orgulho de ter sido, foi aprovada a inclusão que era restrita, falava só no Centro Histórico e, o Centro Histórico não é só os centros propriamente dito da Cidade, como se vê pela Europa, foi aprovada a inclusão do Mosteiro de Celas e da sua área e, nesta reunião foi rectificada e enviada ao executivo, ... vejam quando é que isto foi,... em 1987, 27 de Outubro na segunda reunião, portanto de prolongamento. Foi aprovada com uma abstenção e, várias vezes me dirigi a Lisboa, durante uns anos, ao Palácio da Ajuda e, no Palácio da Ajuda, sempre me diziam que não tinham recebido essa proposta com o estudo posterior, teria que ser feita tecnicamente, na Câmara Municipal de Coimbra. Isto é para verem, o tempo que isto demora! Como isto demorou este tempo, eu termino também, com uma breve referência a notícias que têm vindo ultimamente e, a propósito, notícias que diziam também, que se falava pouco sobre esta recente candidatura, com que eu me congratulo, embora restrita e que todos nós temos que nos reunir em volta dela. Só uma breve referência que têm vindo também! Eu queria vos dizer que Portugal é o único país da terra, em que os municípios não são, os representantes únicos das autarquias; porque, não posso deixar esquecer também, uma luta dos fins dos anos de oitenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

do século passado, em que as freguesias se impuseram também, como representantes das autarquias e do poder local.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Ferreira (CDU):

Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência

“Volto a trazer a esta Assembleia o assunto que já outras vezes justificou a minha intervenção. E desta vez a minha intervenção centra-se no ponto em que está, neste momento, o Projecto Cavalinho Azul, o projecto da AFSD - Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência.

Este assunto já por cá andou outras vezes e várias vezes também foi assunto em reuniões do Executivo Municipal. Desta vez é para dizer e recordar que o edifício, a casa para acolher pessoas com deficiência está feita, pronta a funcionar.

É um equipamento social de grande importância e de grande necessidade para acolher em Lar Residencial 12 pessoas e em centro de actividades ocupacionais CAO 30, sendo que os de Lar também serão utentes de CAO. A casa está feita. Começou a ser construída em Fevereiro de dois mil e treze. Está fechada à espera que a Câmara decida como lá chegar. Faltam os acessos.

Está feito o concurso e seleccionado o pessoal para lá trabalhar. São vinte e dois postos de trabalho. Concorreram mais de mil candidatos. Tanta gente à procura de trabalho! Está a receber inscrição de utentes. Já há vinte e três candidatos a habitar e a frequentar o Centro. Os candidatos, boa parte, são candidatos da Lar.

Há candidatos de perto, há candidatos da freguesia de Santa Clara, de São Martinho do Bispo, de Ribeira de Frades e outras. Há candidatos com idades de quarenta e mais anos, filhos de pais idosos e de pais já falecidos. Pais preocupados com o futuro dos seus filhos sem autonomia, incapacitados de, por si próprios se orientarem nas contingências da vida. O equipamento, o centro, não pode funcionar sem acordo com a Segurança Social. A Segurança Social tem de subsidiar o funcionamento, porque os candidatos são pessoas com incapacidade, com grandes limitações de autonomia, muito dependentes. São pessoas que exigem de quem as cuide, as alimente, as ocupe. As trate com dignidade. O edifício está feito, mas está fechado, porque não há acessos. E este atraso compromete seriamente os acordos com a Segurança Social, podendo provocar situações de impossibilidade de funcionamento, dificultando a vida a pais que durante estes anos se têm sacrificado e arriscado para responder às necessidades de muitos outros pais. Este é um projecto que já marcou a vida de um bom grupo de pessoas, já pediu muitos sacrifícios, já estragou o sono de muitas noites. Um projecto pelo qual um bom grupo de pessoas se empenhou e assumiu responsabilidades. Já lá estão um milhão de euros, à espera de utilidade, de ser habitado. Tudo estava a correr e as dificuldades com a execução da obra sempre foram ultrapassadas. O projecto sempre teve a boa compreensão e o apoio da Câmara. A Câmara talvez tenha pecado por ser menos exigente em burocracia, menos exigente em formalidades. Sempre se manifestou muito atenta e próxima do projecto. Quando muitos criticam o funcionamento dos serviços pelo excesso de burocracias e de formalidades asfixiantes, a Câmara ajudou a ultrapassar esses obstáculos. Neste projecto a Câmara não atrasou, não burocratizou, não engonhou. As coisas andavam e a obra via-se a crescer. Esta Câmara deu-lhe para complicar. Quis encontrar falhas, que até existiram, e até crimes quis encontrar. Eu mesmo fui olhado, referenciado, como eventual criminoso, porque como à altura Presidente em funções da Junta de Freguesia de Castelo Viegas abertamente e publicamente empenhado na obra, assinei com uma empresa, depois de concurso público transparente, a obra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de construção de acessos que faziam parte do projecto inicial e que tinham passado pelos serviços técnicos desta Câmara. É verdade que não tinham ido a reunião de Câmara, mas tudo estava pronto para essa formalidade, como presidente da Junta e perante representação da Câmara, assinei a entrega da obra de acessos. Não estou arrependido. Voltaria a fazer o mesmo, talvez com mais precaução e salvaguardas pessoais, mas com o mesmo empenho e dedicação e convicção. Nessa lista de eventuais criminosos não estou só, como em outra Assembleia já declarei. Aqui nesta sala outras carregam o mesmo rótulo, os mesmos crimes. O que me revolta e desagrada e que não posso aceitar, é que a Câmara actual, com a sua frágil maioria, ande desde Outubro para decidir a solução a dar aos acessos. Achou que o projecto inicial não servia. Justificou que por ser demasiado caro. Muitos meses a fazer que decidia, sem nada decidir. Parece que agora está para avançar, já deu sinais de querer fazer os acessos para chegar ao edifício que espera por quem o habite. Atirou para o lado o projecto de acessos, onde já estão enterrados perto de dez mil euros que lá ficam sem utilidade. A Câmara porque achou que podia fazer acessos com menos custos, procurou soluções que atrasaram a solução, complicaram, criaram apreensões durante meses. São muitos meses à espera de uma decisão do Senhor Presidente da Câmara! Só para decidir por onde fazer os acessos, gastou tanto tempo como o tempo que a empresa demorou a construir o edifício que lá está. São muitos meses só para se saber por onde se entra no edifício já feito. Depois ainda é necessário saber quem os vai construir e qual a posição da Câmara.

A Câmara assume a construção? Assume os custos da construção do novo projecto? Vai continuar com mais tempos de espera entre o sim e o não? A Câmara vai pagar os trabalhos do novo projecto de acessos ao gabinete de engenharia? Qual a posição da Câmara? Estive empenhadamente envolvido no projecto inicial. Nunca me chamaram para ajudar a clarificar o que eventualmente terá corrido mal ou menos bem. A vinte e quatro de Dezembro do ano passado, aquando da distribuição das couves à população de Coimbra feita pela Confraria das Couves de Castelo Viegas falei com o Senhor Presidente Manuel Machado sobre o assunto, logo deu para ver que estava mais interessado na caça às bruxas do que em resolver o problema. Comprometi-me com ele ajudar naquilo que fosse preciso, morri para ele, nunca me foi pedida ajuda. Muito tempo perdido! Senhor Presidente, os cidadãos de Coimbra, que contribuíram para o eleger, esperam de si que resolva os problemas do Município. Peço que não se deixe deslumbrar pela presidência da Associação Nacional de Municípios. Faça mais por Coimbra! Enterre o machado, não ande atrás de bruxas que já não existem. Um ano praticamente já lá vai! Peço à Assembleia que veja isto com olhos de ver, e que solicite encarecidamente ao Senhor Presidente que resolva este problema. A Instituição já era para estar aberta este mês, não está! Está um milhão de euros, em que muita gente tem a cabeça a rolar se a obra não abrir! Estão deficientes à espera de habitar e estão pais angustiados para ver lá os seus filhos.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CPC):

“Jardins do Mondego”

“Em entrevista ao Diário *As Beiras*, no passado dia 7 de Julho, o Sr. Presidente da Câmara fez um conjunto de declarações que considero inaceitáveis relativamente à Urbanização Jardins do Mondego. Confrontado com o resultado de um processo judicial, o Sr. Presidente tentou lavar as mãos da sua responsabilidade nas consequências que este processo terá para o Município. É preciso afirmar com clareza: todo o prejuízo que a Urbanização Jardins do Mondego trouxe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para o Município, desde a vergonha urbanística aos resultados do processo judicial que confirma a violação do PDM – ou seja, a violação da lei – foi causado por Manuel Machado, o Presidente da Câmara que autorizou o licenciamento do empreendimento. Mais tarde, o edil que se seguiu, Carlos Encarnação, do PSD, reincidiria na violação da lei, licenciando mais um lote que contrariava as disposições do PDM. Em ambos os actos de ilegalidade está subjacente uma atitude governativa de estreita associação aos interesses económicos do imobiliário e da construção, negócios que marcaram os primeiros mandatos do actual presidente, os mandatos de Carlos Encarnação, e que continuam hoje a ser o paradigma de governação do executivo. A isto junta-se a mistificação pública que entrevistas como a referida pretendem criar: o autarca pretende surgir como inocente e vítima do que apelida de “fronda” mal-intencionada, uma “fronda” que, como afirma, causou “grave dano e prejuízo” ao Município. Esta “fronda”, na qual me incluo, é, afinal, o conjunto de cidadãos e responsáveis políticos que consideram seu dever cívico e ético a denúncia de actos de governação ilícitos e da corrupção dos poderes públicos. Só com denúncias deste tipo, que cabem a um órgão fiscalizador como este, com a coragem e o sentido de dever que representam, se pode alterar o modelo de governação que o Sr. Presidente continua a representar e que coloca os interesses privados à frente dos interesses da cidade. A “fronda” que denunciou Manuel Machado e Carlos Encarnação não é responsável pelos danos causados ao Município. Tudo o que sairá dos cofres da Câmara em indemnizações pelo processo Jardins do Mondego é culpa de quem cometeu a ilegalidade, não de quem alertou para ela. Afirma o Sr. Presidente da Câmara que “*Quem desencadeou esta fronda deve sentir-se responsabilizado até ao fim da vida do ponto de vista moral.*” Pois é com orgulho que assumimos essa responsabilidade moral. O Sr. Presidente da Câmara parece achar que em política vale tudo, quer transformar-se, pela via da comunicação social, em “vítima impoluta”, quer passar a herói pela manipulação da memória e, assim, continuar a praticar eventuais ilícitos, cujas consequências o município terá de pagar.

Estaremos atentos, pois é essa a nossa obrigação e mobilizaremos a “fronda” sempre que esteja em causa o interesse de Coimbra e actos de governação obscuros. De resto, na entrevista, como em actos governativos nada transparentes e até, possivelmente ilegais, como os ajustes directos a apoiantes políticos e membros da lista com que se candidatou à Câmara de Coimbra, o Sr. Presidente tornou já claro que pretende governar não por Coimbra, mas para os seus amigos e para todo o tipo de interesses privados que sustentam as suas ambições políticas. Mobilizaremos a “fronda” porque a causa pública não pode ser capturada pelas ambições e os negócios de alguns, porque a causa pública e as necessidades dos cidadãos são um imperativo infinitamente maior que dinheiro circulando entre os bolsos de governantes e privados. É isto que os conimbricenses devem exigir e merecem.”

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CPC):

O estado da Cidade

“A pergunta que tenho para fazer a esta Assembleia, prende-se com uma irrefutável constatação e é muito simples. A constatação diz respeito ao estado da cidade e à responsabilidade que nisso cabe aos rumos que a governação municipal está a seguir. Não me refiro só ao estado físico mas o seu estatuto político e cultural, pois é a degradação deste último que muitas vezes conduz à decadência do primeiro. Todos temos de ter consciência que esse estado/estatuto está, nos tempos que correm, perigosamente debilitado. Coimbra tem vindo a sofrer nas últimas décadas, por factores endógenos e exógenos, um processo de despromoção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

do lugar, que por direito sempre teve no contexto nacional. Essa despromoção tem uma base económica, sem dúvida, mas é também de ordem cultural e, sobretudo, política. De um modo consequente, deixou-se perder quase todas as acessibilidades nacionais e internacionais que davam consistência à sua centralidade geoestratégica. Coimbra foi ficando perdida na terra de ninguém do hinterland metropolitano. Foi perdendo capitalidade administrativa perda essa, que se acentuou drasticamente ao longo dos últimos anos, com a saída de várias delegações ministeriais da cidade. Coimbra foi a cidade portuguesa que mais centralidade perdeu nas últimas décadas. Coimbra, e a sua região, enfrentam hoje uma dramática tentativa de apagamento, cujas consequências históricas, administrativas, económicas e, sobretudo, sociais, estão longe de poder ser avaliadas. As razões externas são muitas e conhecidas. Mas o que dizer sobre, as razões internas deste estado de coisas? Grande parte dos problemas actuais de Coimbra — esvaziamento das áreas centrais, perda de urbanidade, carência de investimento, perda de densidade urbana, perda de competitividade na prestação de serviços — advém desta gritante impossibilidade política e administrativa de permitir que a cidade se assuma como aquilo que, na realidade, é. Porque, apesar desse véu de decadência que a cobre e alastra pelas suas ruas, praças e avenidas, é possível sentir ainda o pulsar de uma urbanidade antiga e arreigada, que tem o encanto das coisas próprias e dignas, mas que se vai esvanecendo lenta e paulatinamente. As evidências desta situação, ora plasmadas nos espaços físicos da cidade, ora gravadas a ferrete estigmatizante no pensamento dos seus cidadãos, são por demais evidentes para serem citadas, e são em tal quantidade, que eu abusaria seguramente da paciência do Sr. Presidente da Assembleia Municipal se enunciasse uma pequena parte que fosse delas. Coimbra pode afirmar-se como modelo, mais que isso, como motor, nos planos nacional e internacional, de uma ideia de cidade média, europeia. Pode consubstanciar uma ideia central e estruturada de qualidade de vida. E é essa ideia que se pode, e se deve, afirmar como modelo fortemente competitivo com a metropolização liberal, acéfala e determinista. Mas para isso, é necessário saber de que se fala quando se fala de cidade, é necessário agir e concertar esforços, investimentos e vontades nesse desígnio, é necessário torná-lo prioritário. E essa é a questão central que aqui lhe queremos formular, Sr. Presidente da Câmara. Dirijo-me directamente a V. Ex^a, pois tem sido por demais evidente (e é do domínio público e mediático) a preponderância do uso da primeira pessoa em todos os assuntos inerentes à esfera decisória do Município. Isso preocupa-nos, pois é um inverso de uma liderança democrática forte, que, para o ser, só pode ser colectiva e capaz de envolver, e não de repelir. Como pensa enfrentar este estado de coisas, esta peia que, na maior parte das vezes, está a montante dos problemas da cidade e da sua área de influência? Com que estratégia pretende enfrentar esta situação confrangedora? Pode acreditar que esta nossa preocupação é verdadeira, Sr. Presidente. Estão em cima da sua mesa, e só em cima da sua mesa, alguns dossiês acerca dos quais a opinião (chamemos-lhe assim) do Sr. Presidente é soberana. Podemos dizer que tudo lhes pode acontecer? Não, minhas Senhoras e meus Senhores, não podemos. Há questões que não podem correr mal, esta cidade não aguenta que essas coisas corram mal. Ela está demasiado debilitada para que isso aconteça. O nosso primeiro dever é admiti-lo. Continua a correr muito mal o devir do Metro Mondego e de todas as opções de plano que tem ajusante. Continua a correr mal a relação que a cidade estabelece com a sua envolvente territorial, com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. A Câmara está a envolver a cidade nestes assuntos e a mobilizá-la? Não, não está! Já está a correr mal o desconhecimento que nos envolve a todos, acerca da possibilidade, ou da impossibilidade, de uma política cultural integrada, urbana, própria e cosmopolita. Os sinais visíveis são muito preocupantes. Mas não pode correr mal o futuro do I Parque. Não pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

correr mal o futuro do Centro de Congressos de São Francisco. Não pode correr mal a qualificação dos espaços centrais da cidade. Não pode correr mal o aproveitamento minimamente eficaz dessa benesse que lhe cai do céu, da classificação como Património Mundial da Unesco. A cidade não aguenta tanta coisa estratégica a correr mal.

Sr. Presidente, o Senhor tem nas suas mãos todos estes processos, só dependem de si. Por isso, o apelo que lhe fazemos, e é um apelo veemente, é um apelo político, sim, mas substancialmente arredado dos meandros da política, é que coloque na sua gestão, na gestão destes dossiês, pessoas efectivamente capazes, com provas dadas ao mais alto nível, se possível internacional. É que abra concursos transparentes e qualificados para esses cargos de gestão, é que paute as suas escolhas pelo mérito reconhecido, pela experiência comprovada, e não mais pelo interesse partidário mesquinho, da colocação de figuras partidárias do círculo de influência distrital, ou municipal, ou local ou regional... De resto, voltar atrás nos casos preocupantes já em marcha, que me dispenso aqui de enumerar, seria sem dúvida sinal de força e de inteligência. Por razões de ordem ética sem dúvida, mas essencialmente, porque essas práticas têm sido evidentemente nefastas para a cidade. São uma das razões, senão, mesmo a razão que conduziu a este estado de coisas, a esta situação em que nos encontramos.”

Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS):

Reforma do Mapa Judiciário

“A minha intervenção de hoje visa chamar à atenção, para uma medida nacional designada de *“Reforma do Mapa Judiciário”* contra a qual neste momento se manifestam em Lisboa, advogados e outros operadores judiciais. A referida reforma vem afectar de forma grave um dos pilares fundamentais do estado de direito em que vivemos, prejudicando manifestamente os cidadãos e impedindo, cada vez mais, que os tribunais façam justiça e justiça em tempo oportuno. Desde logo, distancia ainda mais os tribunais dos cidadãos, em termos tais que processos respeitantes a cidadãos de um local corram os seus termos em tribunais situados a centenas de quilómetros das suas residências ou do local do litígio. Ou seja, além de agravar assimetrias regionais, vai impedir milhares de cidadãos de redimir conflitos dos tribunais dos locais onde vivem. E, o objectivo é bem claro de procurar que as pessoas deixem de recorrer tanto ao tribunal pois se o fizerem, terão de suportar, não apenas, os custos judiciais inerentes ao litígio, mas agora e, também, os custos, certamente superiores de uma deslocação a tribunais distantes, tendo de levar consigo, as testemunhas, os peritos de que se têm que rodear na defesa dos seus direitos. Por exemplo, uma pessoa de Pampilhosa da Serra tem de vir de armas e bagagens para Coimbra a fim de poder ter o seu assunto resolvido por menor valor ou maior valor que tenha! Ou seja: as pessoas vão começar a resolver as questões pelas suas próprias mãos, com tudo o que de negativo representa para a normalidade e segurança da vida social. Mesmo os cidadãos residentes ou os que trabalham em Coimbra, serão afectados por este desgraçado *“Mapa Judiciário”*. Assim, para resolver problemas de direito comercial as empresas e os cidadãos residentes em Coimbra, terão de ir para Montemor-o-Velho e, se quiserem proceder às execuções de dívidas ou outras, terão de ir para Soure. Aliás, esta reforma é de tal modo desajeitada que por exemplo, esta solução da execução do tribunal em Soure só foi tomada na semana passada. Eu pergunto? Qual é o investidor que quer investir num concelho que não tem um tribunal sequer, para cobrar uma dívida? Além disso, os tribunais de Coimbra inundar-se-ão de tal modo de processos vindos de outros concelhos do distrito que para resolver os assuntos dos residentes em Coimbra, os magistrados demoraram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ainda mais tempo. Enfim, é esta destruição que esta Ministra da Justiça, cuja incapacidade para as funções era já conhecida, antes de as assumir, se propôs fazer da justiça portuguesa, fragilizando os meios de defesa dos cidadãos que já havia começado no ano passado com o dito, “*Novo Código de Processo Civil*” em que apenas “*baralhou e deu de novo*” mas introduzindo areias no sistema. É seguro que se lhe não vai correr o colapso de todo o sistema judicial, mas este, pelo menos não vai funcionar durante cerca de um ano, para se adaptar ao novo modelo. É bom que esta Assembleia, como representante dos cidadãos residentes em Coimbra também se sensibilize para um problema que, afecta, também a cidade e o concelho de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Trás a CDU uma declaração no Período Antes da Ordem do Dia que, é apenas a expressão de um conjunto de preocupações que temos relativamente ao funcionamento do Município e à relação com as freguesias.

Nós norteamos a nossa participação nos órgãos de gestão municipal, por princípios de participação que são obedientes à lealdade por todos aqueles com quem trabalhamos e, a obediência absoluta, ao compromisso com eleitorado. E assinalamos a esse propósito, com preocupação, do estado de paralisação de muitos serviços municipais da Autarquia de Coimbra. Consideramos que estamos desde finais de Outubro de dois mil e treze, perante um modelo de gestão da Autarquia que é uma gestão centralizadora, traduzida sobretudo, na dificuldade na delegação de competências, quer aos Vereadores, quer aos outros participantes na gestão autárquica. Esta prática leva a situações como, o demorado processo de aprovação da Nova Estrutura Orgânica que nos preocupou, enfim, do qual demos conta também neste órgão e, é uma sensação que a Vereação, não tem ordens para poder cumprir as suas funções cabalmente. Esta situação que é uma situação de um estilo presidencialista, não está, na nossa opinião, em correspondência com aquilo que são os grandes desafios de uma cidade como Coimbra, com a dimensão de Coimbra, com a importância de Coimbra.

Esta questão coloca-se também, ao nível da relação com as freguesias. Nós consideramos que as freguesias... estão aqui, vários presidentes de juntas, sabem que nós pensamos assim! As freguesias, não são prestadoras de serviços! Não são, digamos, aquelas em quem a Câmara Municipal de Coimbra, delega funções! As freguesias são órgãos autárquicos eleitos pelos cidadãos! Os presidentes das juntas de freguesias são, expressão viva, eleita daquilo que é, a vontade popular e como tal, deverão ser respeitados e deverão ser tidos em conta. Nós pensamos que esta dificuldade de relação, entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesias, poderá ter reflexos graves, aliás, já foram aqui expressos, pelo meu camarada Victor, reflexos, ao nível da concretização de obras que é uma questão que neste momento, está na ordem do dia em todas as freguesias. Nós consideramos que as freguesias são promotoras de cultura, dinamizadoras económicas importantes, lugares de educação, lugares de cidadania e de exercício de democrático! Não são, como disse já há pouco, prestadores de serviços! Não são aqueles, a quem se dá, o encargo de fazer esta ou aquela obra de fazer, este ou aquele arranjo! São de facto, órgãos autárquicos que têm que gozar de autonomia plena, para o exercício das suas funções. Nós consideramos de facto, delegar, dar às freguesias, autonomia para que cumpram o seu papel; não é fazer-lhe um favor; não é dar-lhe um papelito naquilo que é uma gestão mais alargada, é pura e simplesmente, fazer jus, aquele que é o princípio da sua organização, da sua realização e do seu trabalho.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas:

“Apesar de haver um pequeno conflito, com o Sr. Carlos Ferreira, queria solidarizar-me com as palavras que ele aqui disse sobre o “Cavalo Azul”, porque tem muita razão! Honestamente tem muita razão!

Também há coisas boas para dizer.

A exposição do Varela Pé Curto está muito bem-feita; está muito boa. Está excelente!

Depois, queria falar sobre os protocolos das obras. Ao menos deixem-me fazer obras. Estou há nove meses parado. Parece que não fui eleito. Neste momento só trato de coisas quase de secretaria, porque já não há dinheiro para muito mais.

Depois queria falar da Feira Popular. Aqui, também me doeu como ao Sr Victor Carvalho de Cernache. Pela primeira vez, a Junta de Freguesia de Santa Clara, não recebeu qualquer apoio e eu, não precisava quase do apoio! Mas, se me dessem uma garantia, se a coisa corresse mal porque, são muitos milhares de euros que a Junta investe. Depois, vemos aqui uma quantidade de artista à volta da cidade, contratados pela Câmara de Coimbra, quase numa situação de concorrência porque, ao fim ao cabo, até me beneficiaram porque, as pessoas saíram das festas organizadas pela Câmara para irem para a Feira Popular! Acabei por ter sucesso, por um prejuízo que se calhar, não sei se foi de propósito, ... ao mesmo tempo, demasiado! Também gostava que a Câmara pudesse, nestas festas que andou a pegar artistas de nomeada com cachés... que nós também contratámos artistas... cachés acima da realidade que eles levam ... que não percebo porque que é que foi isso ... e também me admiro aqui numa coisa... se o Sr. Presidente quer controlar, quer ver as nossas facturas e recibos todos, eu pergunto: Gostava de ver o Sr. Presidente a tomar a mesma atitude com as empresas que contratou para alugar artistas ou para contratar artistas? Gostava de ver, qual foi de facto, ... o que é que esses artistas receberam? Isto em igualdade com as juntas de freguesias, porque de outra maneira, não me quero imiscuir, nos problemas da Câmara. Portanto, a Câmara contrata quem quer, faz o que quer, acho muito bem! De facto, há coisas que a gente não pode compreender!

O Sr. Presidente da Câmara, como Presidente da Câmara assim como outras entidades, foi na Procissão da Rainha Santa como se fosse um devoto, como se fosse até, um crente. Eu não acredito nada disto! Ele só foi, porque enfim, porque teve de ir e, porque tem que ser visto pela população e, sabe que está muita gente a vê-lo. Mas também queria dizer, ele, para provar e que gosta que é um devoto da Rainha Santa, deveria também ajudar a manter o Convento de Santa Clara-a-Nova, no mínimo de condições. Portanto há algumas partes que estão a cair, há altares a recuperar, na Câmara com gestão anterior, há uma promessa, compromisso de noventa mil euros que depois passou, a cinquenta mil euros. Está claro que as pessoas da Confraria vieram a esta casa e não encontraram o processo. Eu posso dizer que o processo está no Gabinete de Apoio às Freguesias. Portanto, para dar qualquer coisa para aquela margem! Há uma coisa aqui, e aí me culpo, mas é minha intenção! Eu não apoio nada, nem nunca apoiarei “Coimbra Património Mundial”, porque, não atravessou a ponte! Não consigo compreender porque que é que esta “coisa” não atravessa a ponte! Não posso ser favorável ... é uma coisa que parece que é contra a margem esquerda! A margem esquerda tem património. Precisa de algum dinheiro. Vejam que a entrada no Convento de Santa Clara-a-Velha, é um pouco, pelo lado contrário, pela “*porta do cavalo*”. Porque estão ali aquelas casas todas velhas, num património que custou, mais de mil milhões de euros. É de facto um desperdício!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Depois quero também aqui referir duas coisas. No tempo do Doutor Machado dos doze anos que cá esteve, nós perdemos a Mideramica, a Textilândia, a Fiaco, a Triunfo, a Fábrica da Cerveja, perdemos quase todo o tecido empresarial de Coimbra. Queria agora apelar, para que tivesse o bom senso de deixar IKEA ir para a frente. São quinhentos postos de trabalho que, de facto, Coimbra precisa.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Paul de Arzila

“Sr. deputado José Simão, não é meu costume comentar nem intervir depois de uma intervenção de membros da Assembleia Municipal. Mas acho que é uma boa norma de convivalidade nesta casa, daquilo que são as convicções religiosas dos membros desta Assembleia ou dos membros da Câmara, sejam respeitados. Acho, que é de muito mau gosto Sr. deputado José Simão, devo dizer-lhe com toda a franqueza e com toda a lealdade, é de muito mau gosto que se comentem aqui, as opções religiosas que são do foro íntimo de cada um, seja do Sr. Presidente da Câmara ou de outra pessoa qualquer. Era só isto que eu queria dizer. Portanto, peço às pessoas alguma contenção porque são matérias do foro íntimo e de sensibilidade de cada um. Este tipo de intervenções, não!”

Intervenção do deputado municipal Nuno Silva (PS):

“No passado dia 27 de Junho, assinalaram-se os 26 anos da criação da Reserva Natural do Paul de Arzila, área protegida, com vários estatutos de protecção, como sejam: Zona de Protecção Especial, em Setembro de 1999; Reserva Biogenética pelo Concelho da Europa, em Fevereiro de mil novecentos e noventa; Sítio Ramsar, em Maio de 1996. Faz parte integrante da “*Rede Natura dois mil*”. A importância deste espaço é inquestionável! Apesar desta relevância, a sua gestão sempre foi muito discutível! Logo na sua criação, ainda no tempo da abundância de recursos, a entidade gestora - Instituto da Conservação da Natureza, actualmente, Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, apresentou-se com uma atitude de “*quer posso e mando*” e a palavra de ordem era. “*Proibir, proibir, proibir!*” Tudo era proibido, principalmente, àqueles que sempre trataram bem o Paul. Naturalmente, o divórcio entre a população e o espaço da Reserva foi acelerado! Caricato, tendo em conta que a propriedade era essencialmente, privada. Outro erro cometido, foi o de confundir o principal, com o acessório! O Paul é constituído, pelo seu Núcleo Central e, por zonas de protecção, na área envolvente. Naturalmente, só existe Zona de Protecção, porque temos o Núcleo Central. A gestão, não pode ser efectuada de igual forma no Núcleo Central e nas Zonas de Protecção. Mas, este erro persiste, ainda hoje. Quando o ICN procede à análise do Paul, do ponto de vista geográfico, considera que este pertence de igual modo aos Municípios de Coimbra, Montemor e Condeixa, apesar do Núcleo Central se encontrar na sua totalidade, no Município de Coimbra. São as Zonas de Protecção que se estendem para os Municípios de Condeixa e Montemor. E o que temos em cada um destes Municípios? Do lado de Montemor floresta, na parte de Condeixa, terrenos agrícolas! Naturalmente, quando se trata tudo isto da mesma forma, o resultado não pode ser o melhor! O abandono daquele espaço, é evidente! Os recursos escasseiam, não sendo feitos, os trabalhos de manutenção devidos. Torna-se urgente, uma intervenção humana naturalmente, controlada e ordenada de modo que deixe de ser um local, deixado ao abandono. Mas a má sorte daquela área protegida não termina aqui. Vem agora a QUERCUS alertar para um conjunto de riscos que ameaçam o Paul, como por exemplo: “*Um campo de Tiro*” que se encontra inactivo, há mais de quinze anos. As semelhanças da QUERCUS com o ICN



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

começam a ser muitas, pois parece que ambos ficaram estagnados no tempo e olham para aquele espaço à distância, demasiado longe. O conforto dos gabinetes prevalece! Olhemos também, para a Mata de Vale de Canas! Espaço nobre de Coimbra! O que vemos? Um local abandonado em que a entidade gestora do espaço, não faz o mínimo daquilo que lhe compete, manutenção e preservação. Mas os exemplos não terminam aqui! O que dizer da Mata do Choupal? Ex-líbris de Coimbra! Temos quase duas dezenas de entidades públicas, na esfera do estado central, a intervir na sua gestão o que garante, a inoperância total. Talvez assim se escamoteie, a ausência de recursos e, a falta de vontade do poder central, em abrir esse espaço à população. Justifica-se aqui que a gestão deste espaço público, passe para a esfera do Município, mas pelo todo e não, apenas, em parte. Seria um princípio, um bom princípio e, um bom exemplo de gestão da “*coisa pública*”. O estado central, em vez de promover uma política de “*capelinhas*”, entre as instituições que tutela e, que são muitas, deveria desenvolver, uma estreita cooperação, entre as diversas instituições dos diferentes níveis do poder político de modo a que todos cumpram, com mais eficácia e eficiência, a sua verdadeira missão. Coimbra e os Conimbricenses não merecem este estado de coisas.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):

“Mata do Jardim Botânico”

“A breve nota que a seguir passo a ler, foi elaborada por Isabel Nobre Vargues e por eu mesma e, destina-se a manifestar, o nosso regozijo pelo protocolo levado a cabo da colaboração entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Empresa Municipal - Águas de Coimbra e Universidade de Coimbra, sobre o Jardim Botânico, onde fica instituído que a mata do Botânico ficará aberta á cidade. Tendo por objectivos, a cooperação fundamental, entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra, com uma parceria/colaboração de modo a intervir em várias áreas, permitindo-nos destacar, a abertura à cidade uma ligação entre a alta, Rua do Arco da Traição e a baixa, Rua da Alegria, com a abertura dos portões legalizados nesta. O Município de Coimbra, através da Câmara Municipal está empenhado, em recuperar uma ideia inicial do programa POLIS que entretanto foi abandonado e que entre outras dimensões, consistia já na referida ligação entre a alta e o Rio Mondego – Parque Doutor Manuel Braga, sem esquecer, o prolongamento da ciclovía existente no local. Como é referido na memória descritiva, anexa ao Protocolo de Cooperação, permitir o acesso da população à Mata do Jardim Botânico, é abrir portas ao imaginário colectivo da cidade e á sua história. É permitir, um entendimento e a leitura de elementos essenciais à construção e evolução e da cidade e que ainda hoje permanecem. Assim, renovada a lógica de abertura da Mata, assente na implementação de dois percursos específicos. O percurso da muralha e o percurso da água! Terminada a exploração do troço da muralha, prossegue o percurso até à entrada superior do reservatório de água, o primeiro reservatório de água da cidade. Aqui, pretende-se iniciar um percurso de divulgação da história do abastecimento da água á cidade e fazer a ligação deste local, com o Museu da Água, sito no Parque Doutor Manuel Braga. Com intervenções em vários níveis, visando a requalificação do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e, uma verdadeira parceria de colaboração entre as duas instituições e que o Grupo do PS deseja aqui fazer notar, assistimos, ao que todos nós desejamos! Ligação, colaboração entre a cidade e a Universidade e vice-versa. É por isso que com enorme orgulho podemos agora testemunhar o trabalho de cooperação, respeito, dignidade e compreensão de duas entidades que assumem que todos beneficiamos com estas caminhadas conjuntas e que queremos com o brilho e a dignidade que a nossa cidade merece sempre e agora ainda mais com a Universidade de Coimbra, a Alta e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua da Sofia, classificadas como “Património Mundial da Humanidade”, em que iremos contar certamente com uma afluência substancial de visitantes e a criação de roteiros. Coimbra do Conhecimento, do Património, dos valores simbólicos, em que o Jardim Botânico se insere, do imaginário colectivo. Esta Coimbra dos afectos que pretendemos que seja cada vez mais, uma referência procurando melhorar todos os dias. Somos impelidas a parafrasear o poeta António Machado, dizendo: “*O caminho faz-se caminhado*” e nós acrescentamos, com alegria e sem traição, ligando o arco desta, à rua daquela de portão aberto, de sol a sol.”

Intervenção do Presidente da União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila:

Transferências para as Juntas de freguesia”

“Eu não era para vir aqui hoje mas, como andei pelos gabinetes antes de subir, obrigando-me de novo a vir aqui e, essencialmente para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, quando é que ele manda o dinheiro que a Câmara deve à União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila? Porque, se até aqui, havia um conflito com uma factura, esse conflito, penso, que foi ultrapassado pelos técnicos, pelo sector financeiro e, me dizem que estará no Gabinete do Presidente. E portanto, se eu, já na última Assembleia, tinha os funcionários sem receber, eu continuo a não pagar a ninguém. Porque quero ter a minha freguesia limpa, pelo menos, e não tenho dinheiro para pagar os serviços que as pessoas me estão a prestar. Se na altura uma jornalista, que fez o favor de fazer a conta e falou, em cento e trinta mil euros, neste momento, se calhar, tenho cento e cinquenta ou cento e sessenta. Queria também perguntar ao Sr. Presidente da Câmara que e já lhe fiz esta pergunta na reunião com as juntas, se não v ai ser ou não alargado o prazo, para concluir as obras de dois mil e catorze? É que nós, não estamos a receber dinheiro do ano passado porque, algumas obras não foram concluídas, em tempo oportuno e até já vem nos jornais que já havia dinheiro, para as nossas obras, eu pergunto onde estão os projectos para começarmos as obras? Portanto penso que em dois meses ou vamos fazer mal ou vamos fazer caro e, as coisas não vão correr como até aqui.

Cemitério do Ameal

Queria voltar a falar no assunto que falei na primeira Assembleia em que intervi que foi no Cemitério do Ameal. O Sr. Presidente sabe tão bem como eu que, a Câmara comprou os terrenos no mandato anterior. Há projecto, há dinheiro, penso que, não é muito, não chega para nada, como eu costume dizer, mas há dinheiro em orçamento de 2014. Quando é que se digna começar a obra no Cemitério do Ameal? Neste momento, as pessoas têm que andar a pedir umas às outras, para emprestadar as campas que já estão utilizadas.

Por fim, e como eu normalmente, leio tudo o que se relaciona com o que diz o Sr. Presidente Manuel Machado, porque é o presidente eleito da Câmara de Coimbra, tal como eu sou, o presidente eleito da minha freguesia e, penso que no sábado ou na sexta, em que veio uma entrevista do Sr. Presidente, em que dizia que os municípios deviam ter mais autonomia, que o poder central, “*corta aqui, corta acolá*”, eu gostaria que ele lesse o que disse aos jornalistas e que pusesse a Câmara, onde ele tem a ideia do poder central e, as juntas, onde ele tem o poder das câmaras deste país.”

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Trazemos a esta Assembleia um tema que enquanto autarcas, nos tem trazido bastante desconforto. Quando somos eleitos para exercer funções públicas, assumimos um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

compromisso de representar uma vontade colectiva e de representar, todos aqueles que votaram em nós, mas também aqueles que escolheram outras pessoas e outros projectos. A presunção absolutista de que por vencermos, podemos escolher sozinhos, é típica de um qualquer outro regime que seja de esquerda ou de direita, e bem distante da democracia. A transparência, entre eleitos e, para com eleitores, é por isso, uma condição elementar para que as instituições democráticas funcionem e principalmente para que órgãos, como esta Assembleia que se quer fiscalizadora, funcionem da melhor forma. Recordo-vos, a deliberação de um parecer prévio e genérico da Câmara Municipal de Coimbra, datada de dez de Abril que aumentou de cinco mil, para setenta e cinco mil euros, o limite dos ajustes directos, para a aquisição de bens e serviços por parte do Sr. Presidente da Câmara. Aumentou, quinze vezes o poder discricionário de Manuel Machado. Por princípio, somos favoráveis à figura dos “*ajustes directos*”. De outra forma, os procedimentos seriam muito mais demorados e, qualquer câmara se tornaria ingovernável. No entanto, para tudo é preciso “*peso e medida*”. A decisão socialista de fixar, em setenta e cinco mil euros, o limite desta despesa, depressa se provou desastrosa. Todos, enquanto autarcas, nos sentimos incomodados quando foram divulgados no portal “*base.gov*” os excessos a que Manuel Machado se permitiu. Como autarcas de Coimbra, todos nós nos envergonhamos quando lemos por todo o país, a notícia do carro de luxo que o Sr. Presidente da Câmara comprou, sem pedir satisfação a ninguém. Dois dias bastaram, para que o procedimento fosse iniciado e concluído! E que bom seria para tantos outros projectos, genuinamente mais importantes, para Coimbra que merecessem igual diligência mas, para esses, provavelmente, teremos que esperar pelas próximas autárquicas. Não questionamos muitas das despesas contratadas, mas olhamos para as rubricas que hoje, ao fim de oito meses de mandato, já somam, um milhão e trezentos mil euros, em ajuste directos e realçam-se, para nossa vergonha, as seguintes: Os cento e dez mil euros, para aquisição e aluguer de viaturas, entre os quais, está o carro do Sr. Presidente, um Audi A6; os vinte e seis mil euros, em foguetes; os sessenta mil euros, para o homem que fez a música que Manuel Machado cantou a Coimbra, nas últimas autárquicas; os quarenta e quatro mil euros para a consultora que lhe fez a campanha; os quarenta e cinco mil euros, para o homem do convento que decerto, é o melhor para a posição, porque figurada em número dez na lista socialista. Até nas Águas de Coimbra se destacam ajustes para serviços prestados por alguns membros eleitos pelo povo para representarem Coimbra de forma isenta nesta mesma Assembleia. Mas que raio, perdemos todos a vergonha? Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, isto tem de acabar. Não é certo! Não é ético! Não é justo que se humilhe a cidade, que se humilhe Coimbra e se abuse da boa vontade dos seus eleitores, tomando o dinheiro que é de todos, como património conquistado, por uma minoria vencedora. Isto, não é ficção! Coimbra, não é do senhor dos ajustes, nem da irmandade do PS isto é, política e é coisa séria. A Câmara de Condeixa, imbuída pelo mau exemplo do Presidente da Associação Nacional de Municípios, também tomou decisão semelhante, fixando em setenta e cinco mil euros, o valor máximo para ajustes directos de aquisição de bens e serviços. Após polémica gerada, por se considerar que a própria decisão, ia contra o princípio previsto numa portaria equivalente, dirigida à Administração Central, veio a CCDRC esclarecer por parecer, que deveria o Presidente da Câmara Municipal de Condeixa, limitar a sua competência de celebração e renovação de contratos, a valores iguais ou inferiores, a cinco mil euros. Até Condeixa, em cumprimento da lei, recuou na sua decisão e por isso, apresentei uma recomendação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para ser votada pelos pares. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, considerando este assunto, como demasiado relevante, considerou que deveria ser incluído, num ponto específico, à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ordem de Trabalhos e por isso, obrigando-me, a mim, a evocar o Regimento Interno desta Assembleia, no seu artigo 14º, nº 1, alín. c) é direito de qualquer elemento eleito e, como tal, também é meu, a apresentar uma recomendação a ser votada e que diz o seguinte:

Recomendação

“Com o intuito de promover a transparência no exercício das funções públicas, sobre proposta da Coligação por Coimbra, constituída pelo PPD/PSD/PPM/MPT, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida aos quinze dias de Julho de dois mil e catorze, vem recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que:

Ponto UM – Seja revogada a decisão de dez de Abril de dois mil e catorze que aumentou para setenta e cinco mil euros, o limite para celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços e bens, em regime de ajuste directo simplificado, voltando a ser fixado, o montante anteriormente previsto de cinco mil euros;

Ponto DOIS - Sejam divulgadas e publicados, juntamente com as restantes informações distribuídas em cada Assembleia Municipal, os contratos celebrados pela Câmara, ao abrigo da figura do ajuste directo, havendo lugar à prestação de esclarecimentos sobre as respectivas despesas, por parte do Sr. Presidente da Câmara, caso seja solicitado.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“A tarde vai longa! Intervenções importantes! Temas relevantes que foram colocados! Eu tentarei, não aumentar o tom da acrimónia, mas pelo contrário, trazer elementos também construtivos. Penso que muitas vezes, temos estratégias diferentes, para conseguirmos os mesmos objectivos. Isso é lícito! Mas gostaria de trazer com toda a calma e serenidade e, com todo o espírito construtivo, elementos de reflexão deste período típico “Antes da ordem do Dia”.

Acompanhado desde já, várias já intervenções que foram feitas e acompanhando politicamente em nome da Coligação PPD/PSD/PPM/MPT.

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o executivo de Coimbra, por aspectos positivos desde a última Assembleia Municipal. A abertura das Piscinas de Celas, foi um elemento positivo, muito esperado e, que nós queremos louvar. É um elemento importante do ponto de vista de política desportiva. Queremos cumprimentar o executivo por esse facto! Queremos cumprimentar o executivo e, o Senhor Presidente em particular, pelas Festas da cidade de Coimbra e da Rainha Santa Isabel. Foram festas dignas, bem-feitas, bem organizadas, com boa adesão da população. Penso, que são um elemento importante da vida cultural da cidade, também, da vida religiosa da Cidade. E esteve bem, o executivo de Coimbra, ao promover festas condignas, evidentemente da cidade e da Rainha Santa. Queremos ainda, referir como positivo o acordo e por isso, colocámos junto de todos os agrupamentos políticos, uma moção que precisamente vem, congratular a subscrição pelo Dr. Manuel Machado, como Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses do Acordo sobre o Fundo de Apoio Municipal. Fazemo-lo, em nome de Princípios de Equidade, não porque Coimbra, propriamente esteja, numa situação de rotura financeira. Sabemos bem hoje, ... aliás, vai ser visível novamente, nas contas consolidadas que felizmente, há boa saúde financeira do Município de Coimbra, mas porque entendemos que não devem ser os contribuintes lituanos ou finlandeses, em especial, contribuir para os desequilíbrios, que várias câmaras municipais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

muitas delas, em rotura financeira, com várias lideranças políticas que eu agora, não quero entrar nesse tipo de argumentação, mas situações de gravíssimo desequilíbrio financeiro, de rotura mesmo, financeira e que de facto precisam, mais do que medidas casuísticas e arbitrárias que era assim que tradicionalmente o governo central, o estado central, supria esses problemas ainda, para mais, numa altura de austeridade e, de maior vigilância económica. É bom ver que vai haver um mecanismo permanente, um mecanismo participado pelos próprios municípios portugueses, um mecanismo, em que o estado, não vai ficar de fora, pelo contrário, participa ele próprio no financiamento nesse Fundo de Apoio Municipal. É uma garantia para futuro. É um mecanismo novo. Não é arbitrário! Não é casuístico! Resultou de uma negociação, em que se incluíram reivindicações históricas da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Chamo à atenção, para toda a parte que diz respeito aos recursos humanos. Chamo à atenção, para a flexibilização de regras, sobre a lei que impõe regras muito estritas designadamente, na gestão financeira dos municípios. É isso que chamamos à atenção, em particular, o ponto vinte e três deste Acordo, assinado pelo Governo de Portugal e pelo Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que foi já aqui, motivo de uma deliberação da nossa Assembleia Municipal de Coimbra. O ponto, em que se diz que, ... *“não há privatização do sector da água”*. É uma matéria que aparece também neste acordo, explícita, escrita e que penso que exactamente no seguimento daquilo que tínhamos deliberado aqui, penso, que é uma referência importante, para o futuro do nosso Município, para o futuro do sector das águas e, para o papel que temos defendido nesta matéria, não só da nossa Empresa Municipal Águas de Coimbra, mas de facto, numa visão global sobre o sector, embora tenhamos também aí, eventualmente, posições, não totalmente coincidentes, mas penso, que foi importante essa referência. Portanto, nós chamamos à atenção, porque nos parece ao mesmo tempo, um elemento construtivo de uma liderança política que hoje sabemos que é diferente da Associação Nacional de Municípios. Nós escamoteamos isso. Para nós, é evidente que, e até por isso, queremos cumprimentar o Dr. Manuel Machado. Seguramente há-de ter também, críticas sobre o processo! Mas entendemos que a sua subscrição com o governo, deste Fundo de Apoio Municipal, é importante e por isso queremos dar-lhe expressão nesta moção, com um voto de apoio nessa posição. Para não ultrapassar o tempo quero, muito rapidamente, em dois minutos, pedir ao Senhor Presidente da Mesa que me permita falar dois assuntos. O primeiro sobre *“Coimbra Património Mundial da UNESCO”* Alta e Sofia. Houve as comemorações da passagem do primeiro ano dessa atribuição pela UNESCO. Eu diria que aqui, apesar de ter visto dos esforços, quer da Universidade, quer também a participação da Câmara Municipal de Coimbra, não estivemos tão bem! Julgo, Senhor Presidente, aceite esta crítica, e Executivo Municipal, fizemos *“de menos”* neste ano que passou, sobre a questão da candidatura de Património da Humanidade. Nada está perdido! O processo está em curso, há seguramente novas matérias a serem discutidas. Hoje, há um óptimo elemento, sobre a questão da abertura do Jardim Botânico de Coimbra. Falta um programa de acção mais participado, mais colaborativo também da cidade e, mais límpido, sobre o que nos falta fazer, quais são as prioridades, as estratégias para de facto, consubstanciarmos esse programa. Percebo, o que o José Simão agora acaba de dizer também, sobre a questão da margem esquerda! No fundo, é todo esse ponto que vale a pena trazer. A nossa ideia quando tínhamos sugerido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que houvesse, um ponto específico, sobre perspectivas futuras, sobre *“Coimbra Património Mundial da UNESCO”* em que cada agrupamento político pudesse trazer propostas e ideias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Por fim e por ultimo, não posso deixar de me associar e, de chamar à atenção, para a relevante posição que o arquitecto José Bandeirinha aqui trouxe a propósito, ... e que o Sr. Presidente logo de início elencou, a propósito da Assembleia Distrital de Coimbra, e de facto muito preocupante que Coimbra vote sozinha, independentemente agora, da relação política. Eu diria que aqui, têm especiais responsabilidades, quer o PS, quer o PSD. São os dois partidos, com a maior responsabilidade, neste facto, nesse isolamento de Coimbra. Talvez, tenhamos que aceitar, a crítica aqui esplanada de uma falta de estratégia que nos tem levado a um isolamento maior de Coimbra. Mas não se compreende que designadamente, no âmbito do distrito, todos os concelhos, votem contra a Coimbra. Não se compreende, quando ainda, para mais, estamos a falar de matérias, algumas delas, devo dizer, que é património naturalíssimo de Coimbra! Estar a discutir, se o Jardim da Manga, pertence aos restos dos municípios do distrito e, ter uma posição de todos os concelhos contra, a propriedade do Jardim da Manga, para o Município Coimbra, parece-me, quase irreal e surrealista! Isto consegue-se porque, a construção política de facto, dessa pluralidade, dessa capitalidade, dessa liderança política, talvez, não esteja a ser bem conseguida, também pelo Partido Socialista, seguramente, pelo PSD e penso, que pelo menos, estes dois agrupamentos políticos têm a responsabilidade de voltar a conseguir, com pedagogia política, com trabalho político, seguramente, com os outros concelhos com uma visão regional, com uma liderança regional, a trazer para primeiro plano, a questão, evidentemente, liderança política, regional de Coimbra. E isso, tem que ser assumido, por muito que custe, a muitos concelhos, mas não se compreende que haja uma votação deste tipo, como houve na Assembleia Distrital. Portanto, acompanho o Sr. Presidente e percebo que votarem três votos de Coimbra e de ter todos os outros concelhos, a votar contra, é de facto, indigesto, mas é revelador de uma posição de isolamento de Coimbra que nós temos que, ... não só quebrar, mas construir, sobre ela. Construir sobre ela, do ponto de vista de liderança política e de facto, é um grande desafio também para o Executivo. Não se esgota no Executivo Municipal! Penso que da nossa parte, nós assumimos, o nosso trabalho e, o nosso dever de designadamente, com as autarquias que têm lideranças do PSD, trabalharmos também, sobre esta questão da capitalidade e, da necessidade de uma estratégia regional de Coimbra e, que evidentemente é liderada, por Coimbra.

Termino Sr. Presidente, pedindo-lhe que reveja a nossa recomendação, ou a aceitação da recomendação que fizemos sobre a questão dos ajustes directos. Parece-nos uma matéria de simplesmente de transparência de actos administrativos. Não pretendemos com ela causar qualquer belicosidade, pretendemos simplesmente que os ajustes directos, aliás, como sabem, têm que hoje ir forçadamente, para a plataforma, base.gov. Nós fomos lá verificar e faltam lá alguns dos procedimentos. Sabemos que há um tempo legal para os colocar, para haver essa publicitação. Mas, o que nós pedimos e ainda para mais num Executivo que tem Vereadores, com vária origem política, julgamos, que era de bom-tom que houvesse, uma aprovação prévia dos mecanismos dos ajustes directos. Não está em causa, a celeridade dos processos, está em causa simplesmente haver um consenso mais alargado possível e também, se quiserem, uma fiscalização e um acompanhado dos valores que vão sendo atribuídos e isso sim, pode ser motivo de isenção político.

Queríamos pedir ao Sr. Presidente que considere, aceitar essa recomendação que se trata só, de uma recomendação ao Executivo e, nada mais podemos fazer do que isso. Claro que é uma recomendação que tem efeito político, mas é para isso que aqui estamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ao longo da Ordem de Trabalhos, iremos ainda apresentar sobre “Bolsas de Mérito Escolar”, no ponto relativo à escola pública, uma proposta também, que entregamos junto da Mesa. Pedimos a vossa melhor consideração para ela. E, apresentamos também, uma proposta sobre um projecto que entendemos oportuno, no âmbito das questões do Património e das Repúblicas de Coimbra. A possibilidade da reabilitação urbana, exactamente, à semelhança daquilo que vamos discutir no ponto dois de “*Reabilitação das Repúblicas*”, com uma possibilidade que existe até, de aquisição da própria área, onde habitualmente têm contratos de arrendamento, para as Repúblicas de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Coube-me a mim pronunciar-me sobre a moção de apoio ao Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o Fundo de Apoio Municipal aqui presente, pela bancada “Por Coimbra”.

Desde logo, acho interessante ser aqui! Procura concitar aqui, o apoio da bancada maioritária do Partido Socialista e eu que vou estar com especial atenção, para perceber, onde é que cada um de nós se vai colocar. Pela parte que nos toca e para ser absolutamente claro e tentar para cumprir os três minutos de tempo que nos foram atribuídos, direi muito simplesmente: O acordo para a “Criação da Associação dos Socorros Mútuos” a que se convencionou chamar, “Fundo de Apoio Municipal” para o qual se concita o apoio desta Assembleia não responde à situação criada pela descapitalização da generalidade dos municípios em cerca de mil e quatrocentos milhões de euros nos últimos quatro anos, decorrente da actual Lei das Finanças Locais ou da Lei dos Compromissos. Ao contrário, impõe-se a reposição da autonomia administrativa e financeira dos municípios, garantida constitucionalmente, ainda que tal passe pelo aperfeiçoamento de instrumentos de saneamento financeiro. Em articulação com uma parte da Direcção da Associação Nacional dos Municípios, ao arrepio das decisões do seu próprio congresso, o que o governo consegue é realmente, retirar recursos às autarquias, criando condições propícias ao alargamento do número autarquias, com potências dificuldades financeiras. A opção acordada de mutualização da dívida, respondendo às intenções do Governo e às necessidades do governo de baixar a despesa próprio a que está obrigado, à custa de terceiros, é uma opção errada, uma má opção impondo-se antes, a assunção plena pelo Governo, pelo Estado, das responsabilidades financeiras e orçamentais impostas pela Constituição da República. Estaremos, naturalmente contra. Este apoio, a um acordo que independentemente de alguns pormenores que aqui foram suscitados, que são interessantes, mas que parecem serem perfeitamente colaterais, em relação ao sentido amplo deste acordo. Quanto ao cumprimento de certos e, determinados acordos, estaremos para ver! Até porque, a formulação é de tal forma vaga que permite tudo, nomeadamente, a questão das águas. A formulação que existe, é de tal forma vaga que permite aquilo que aqui foi dito e o seu contrário. Se estendermos bem o que cá está escrito, chegaremos facilmente, a esta conclusão. Daí dizermos que trocar o incerto pelo certo, ainda, por cima, de uma forma que nos parece desajustada, porque se trata de ajudar o Governo a encontrar soluções que ele próprio, sozinho, não quer encontrar. Não nos parece que seja a solução ajustada, para os municípios portugueses que estão hoje, em geral, descapitalizados e que são empurrados para uma situação de falência financeira. Votaremos contra, como é óbvio!”

Intervenção do Presidente da União das Freguesias de Souselas e Botão:

“Venho trazer aqui dois temas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O primeiro é o fecho das Escolas de Botão e Paço. Isto é uma proposta e, espero que seja só uma proposta, do poder central. Não é da Câmara, nem é, da União das Freguesias, porque esses, nem sequer foram ouvidos nem achados, nesta questão. O poder central resolveu comunicar a intenção, (espero que seja só intenção), de fechar as escolas de Botão e Paço sem dar ouvidos à Câmara Municipal de Coimbra e à União de freguesias. Tenho a comunicar á bancada do PSD que se fecharem as escolas este ano sem antes tratarem do encaminhamento das crianças para melhores condições, e estamos a falar de crianças, eu prometo que sempre que possa irei dizer a toda a gente, (e falo com muitas pessoas durante o dia) que a culpa é do PSD e lhes garanto que tão depressa não voltam a sentar o rabo na cadeira do poder local. Faço isto, não só pelas crianças mas também pelas pessoas da extinta Freguesia do Botão. De facto, não é fácil esta gente ter a auto-estima em cima, porque já perderam a freguesia, também devido a essas habilidades políticas, o posto médico, a farmácia e agora querem fechar a escola. Só falta mesmo levarem a igreja. Tenham respeito pelas pessoas!

Elogiar a postura e desempenho, em relação a este assunto, do Senhor Vereador da Educação, Jorge Alves e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Temos estado em sintonia para tentar demover os nossos governantes desta decisão.

O segundo tema, Senhor Presidente de Câmara, como se deve ter apercebido, até hoje tenho tido uma atitude de colaboração e tenho votado a favor de tudo excepto, do PDM porque de facto, este PDM, prejudica as freguesias e eu, não podia estar de acordo, sobretudo as freguesias rurais. Terei sempre uma atitude construtiva, mas direi sempre que oportuno, o que me vai na alma! Assim, e para o proteger, porque temo que os meus colegas de junta eleitos pelo povo, repito, eleitos pelo povo e representantes do Partido Socialista, se inibam de lhe dizer, o que é mau. Que em relação às freguesias, este não é o caminho certo.

O Sr. Presidente tem asfixiado as freguesias com tantos cortes e nós, temos tanta coisa para fazer! Antes das eleições visitou, a união freguesias. Tive todo o prazer de o receber, espero que tenha tirado apontamentos e que agora faça alguma coisa por nós. Estou nisto de forma apartidária e por isso, tenho sido convidado por vários quadrantes políticos para sucessivas reuniões. Por ser independente, assumi a liderança e propus que todos os presidentes de junta estivessem unidos, não para ofuscar o trabalho da Câmara ou do Presidente, mas para trocarmos ideias e opiniões e tentar assim fazer um bom trabalho em conjunto. Queremos ser parceiros. Mas por favor, ajude as freguesias! Nós estamos, neste momento, sem dinheiro! Não sabemos mais o que é que devemos fazer! Eu falo por mim! Nós lá, temos feito um bom trabalho, nomeadamente, em relação, às dívidas que havia, em relação, ao Botão. Temos feito um trabalho excelente! Acho que a Câmara agora deve colaborar com as freguesias! Assim, teremos uma cidade melhor, porque a cidade, não é só Coimbra, não é só o centro da cidade.”

Intervenção do Presidente da União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Permitam-me que partilhe convosco, dado os três minutos que me foram concedidos, meia dúzia de notas telegráficas. Primeiro, agradeço à Câmara Municipal, em especial, ao Sr. Presidente por, e apesar de nos ter comunicado a vinte e nove de Abril, último de que a APA teria comunicado à Câmara, numa alegada carta de que não financiaria a limpeza do Rio dos Fornos, apesar disso, o concurso lançado pela Câmara Municipal, em Setembro de dois mil e treze, sempre foi avante e, o Sr. Presidente na minha ida ao executivo na segunda-feira passada informou de viva voz que a Câmara Municipal iria, este verão, iniciar a limpeza do troço do Rio dos Fornos, entre os Fornos e Alcarraques. Por isso, há que reconhecer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

independentemente dessa dificuldade que tudo aponta que estará resolvido, a breve prazo. Pelos visto, o ministério, será pessoa de bem e irá assegurar, o financiamento. Há que reconhecer isso, também publicamente. Segundo dar nota de uma preocupação. Decorre uma empreitada, por parte das Águas de Coimbra, na zona do Alcorredores, junto à Empresa Olympus, que está parada há algum. É notícia do jornal, hoje! Solicitava que Câmara olhasse com alguma atenção, para essa empreitada porque, as condições de segurança naquela via, poderão proporcionar, se não nos acautelarmos, alguma fatalidade.

Vamos para as notas negativas: Juntas de Freguesia. Não vou repetir o discurso que já fiz aqui, uma série vezes. O calvário continua. Só uma nota, é a “não notícia” da última sexta-feira, a “não notícia” que foi notícia de que a Câmara aprovou trezentos e cinquenta e cinco mil euros de obras, é a “não notícia” que foi notícia, no dia dezanove de Março. Na Assembleia Municipal, no dia dezassete de Abril, quando nós assinamos os contratos e agora, é notícia pelos projectos que foram aprovados que ainda não chegaram às juntas freguesias. Por isso, eu ainda não recebi projecto algum, em breve haverá uma nova notícia, uma “não notícia” que é “os projectos chegam às freguesias”.

Eu nunca pensei vir a uma Assembleia Municipal falar em “*Corta silva tapa buracos*”. Sr. Presidente, eu queria perguntar-lhe se para tratar do “*Corta silva tapa buracos*”, para ir à minha freguesia, falo consigo ou com o José Cortesão?

O que me dizem é: “*fala como José Cortesão que ele resolve!*” Porque, ele vai Vil de Matos, duas vezes já, chega à placa de Alcarraques e pára. E as pessoas perguntam? Então, mas ele só limpou até àquela placa? Não passou para baixo? A questão é só esta: Falo com o Presidente da Câmara, como me disseram, ou falo, com o José Cortesão? Uma nota também, sobre a área da Educação! Vista do Senhor Vereador Jorge Alves, à Escola Básica da Adémia, em Maio passado! Senhor Vereador, convidou-me para uma reunião, por causa da Comissão Social de Freguesia! Tive o prazer de vir aqui reunir com o seu Adjunto, dirigi um convite para que visitasse a escola. Soube que o Senhor visitou a Escola Básica, informou os pais e os professores de que a Junta é que deveria fazer determinadas intervenções. Tenho muita pena que não me tenham convidado para essa reunião e, tenho muito pena que não houvesse contraditório! Vai obrigar-me início do ano lectivo, a reunir com cerca de oitenta pais, e terei muito gosto em convidá-lo para que esteja presente nessa reunião já que a mim não me convidou.

Uma nota também sobre a localidade da Adémia. Sr. Presidente, estamos falar de um assunto muito sério. Foi notícia lamentavelmente, há um tempo atrás, uma fatalidade na linha do norte, um acidente com uma criança. Não quero falar disso. Apelo, para a Câmara retome o processo negocial, com a REFER e com as Estradas de Portugal, para que, de uma vez por todas ser definido um projecto para a supressão daquela passagem de nível. Todos nós sabemos que o túnel que ali existe, para travessia de pões, estando a passagem de nível aberta, as crianças, os adultos mesmo, continuam a não utilizar essa dita infra-estrutura que muito dinheiro custou ao erário público. Apelo para que o Sr. Presidente que penso que tem, o pelouro das obras municipais, que não a delegou, que promova uma reunião, em que eu terei também todo o gosto em estar presente, para de uma vez por todas, encaminharmos essa intervenção. Uma última nota sobre essa mesma localidade! Senhor Presidente, não sei de quem é a obrigação de limpar aquele túnel. Não sei! Só sei, que não é da Junta de Freguesia de Trouxemil e de Torre de Vilela. Aquilo é propriedade da REFER. A estrada nº111, naquele troço, é uma estrada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

nacional por isso, eu coloco a questão à Câmara de uma vez por todas, para que esclarece, quem tem obrigação de manter, quer a limpeza, quer as estruturas eléctricas, naquela infra-estrutura. Por isso, está dito aqui publicamente, ninguém pode dizer que a Junta de Freguesia de Torre Vilela, não alertou para esta situação.”

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

“Cabe-me a mim trazer aqui duas notas de carácter ambiental. A primeira prendesse exactamente, com o ex-laranjal que existia ali, junto ao futuro Parque, junto ao Mondego. Já quando foram feitas a primeira fase das obras, na altura com o Programa POLIS, a população contestou, o porquê do arranque daquelas árvores. Na altura foi dada a explicação pública de que foi contratado com o particular que possuía o espaço de que deveria limpar o espaço. Ora, a limpeza não é de todo incompatível com a permanência destas árvores. Bem sabemos que não são árvores protegidas por lei, também não é, felizmente, uma espécie em vias extinção, mas também todos sabemos que no Parque Verde, faltam sombras. Com certeza que o arquitecto que projectou, projectou bem, com a visão dele, mas as sombras são agradáveis. Todos nós, se estivéssemos a ter esta mesma reunião, lá fora, ao sol, estaríamos num estado, em que felizmente, não estamos. Estamos muito mais confortáveis assim, além do ar condicionado, mas também temos a sombra. Nesse sentido, apelava aqui para que a Câmara soubesse exactamente o que é que se passa e se já o sabe que nos esclarecesse. Obviamente que reconhecemos que é um espaço privado, que é competência de quem é dono desse espaço de fazer a sua gestão, mas também compete à Câmara, o ordenamento do território e, o zelar pelo bem que é público. Portanto, se aquele espaço vai ser no futuro, agregado ao Parque Verde, gostaríamos de saber por que motivo é que foram já arrancadas as laranjeiras.

A segunda nota tem a ver exactamente, com a utilização de herbicidas em espaços públicos. Uma Associação Ambientalista Nacional colocou esta questão às Câmara e, há neste momento já exemplos. Estou a referir-me em concreto, aos herbicidas do grupo dos glifosatos, apesar do tecnicismo, é um herbicida que aparece no mercado com rótulo de ecológico, mas que de ecológico já pouco tem. Já foi efectivamente, ecológico, há uns tempos atrás, felizmente a ciência foi evoluindo e hoje existem provas do ponto de vista clínico que este herbicida, já não é seguro, tanto é, que existe um intervalo de segurança, ou seja, após a sua aplicação, não se pode ir de imediato para esses espaços. Também acontece que esse grupo de herbicidas, para ser utilizado exige, não só, que seja aplicado por operadores especializados, que tenham formação para isso, mas também, que as instalações onde são armazenados estejam devidamente certificados. Situação esta que, não acontecia, até há alguns meses atrás. Foi necessário que a Câmara, de uma forma um pouco apressada, procedesse a obras para requalificar os armazéns onde eles estão guardados e também que desse a formação adequada aos seus funcionários. Nada temos contra a formação aos funcionários, muito pelo contrário, acho que só ganham com isso, mas gostaríamos de apresentar uma alternativa. Bem sabemos, até pela conversa que já tivemos aqui relativamente ao IKEA, que este executivo é um pouco adverso a alternativas. Mas insistimos em que há alternativas! Essa alternativa tem o nome, chama-se: “*Onda Térmica*”. É tão simples como um aparelho que funciona a gás e que permite aquecer as ervas, não precisam ser queimadas, basta aquecê-las e elas, automaticamente morrem. Do ponto de vista da segurança, posso dizer-vos que qualquer um de nós, segundos depois de ter sido feito esse processo, pode deitar-se confortavelmente, por cima dessa erva que não tem qualquer resíduo químico que o impeça. O mesmo é válido, para qualquer animal de estimação, ou mesmo, é válido, para qualquer uma das nossas crianças. Portanto, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

alternativa existe, está provada cientificamente e, para aqueles que infelizmente, ainda não vêem o ambiente, como uma prioridade, eu deixo aqui o exemplo, da Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso que já testou este modelo. É aquele que usa nos seus parques e jardins! E neste momento, com uma vantagem económica! Talvez isso alerte, ou faça despertar algumas consciências, menos avisadas do ponto de vista ambiental, mas que certamente serão sensíveis, à questão da poupança económica que isso representa e, naturalmente, à questão da segurança. É neste sentido que o Grupo Municipal da CDU recomenda ao Executivo da Câmara Municipal substituir os actuais herbicidas que utiliza pela “*Onda Térmica*”.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS):

A minha intervenção hoje aqui, quase que deixou de fazer sentido, felizmente, porque me vou repetir um pouco em relação aos pontos que aqui trago, pois já foram referidos em intervenções anteriores, e ainda bem! Ficamos todos contentes e eu principalmente. Quero o quê? Quero felicitar a Câmara de Coimbra, pela realização das Festas da Cidade. Acho que estamos todos de acordo, ao concluir que foi um verdadeiro sucesso. A adesão da população comprova isso mesmo. Em todos os eventos, concertos, danças, actividades desportivas, as pessoas aderiram em grande número, trazendo uma animação e uma vitalidade à nossa Cidade que há muito não se via. Foi a nossa comemoração, foi a comemoração da nossa identidade. A comemoração de nossa cultura e da vida de quem faz verdadeiramente esta cidade. Os conimbricenses. O cartaz cultural foi do agrado de todos, havendo uma oferta para todos os gostos. Os concertos da “*Pensão Flor*”, da “*Carminho*” e “*Antigos Orfeonistas*”, “*Os Azeitona*” da “*Rita Guerra*” registaram verdadeiras enchentes e, os restantes espectáculos musicais que foram decorrendo nos diversos espaços da cidade, desde o jazz à ópera, passando, pelo folclore e pelo Fado de Coimbra, deram um colorido especial à cidade e garantiram, um pouco por todo o lado que houvesse animação, movimento e momentos de alegria para os conimbricenses e para os seus visitantes.

Foi notória a participação das associações e dos agentes culturais e desportivos da cidade e do concelho neste programa de animação que teve particular cuidado, em englobar a todos e de conjugando sensibilidades e vertentes artísticas, num programa que nos pareceu, equilibrado e diversificado, no que ao disposto diz respeito. Sem dúvida, ganhador!

Uma palavra especial aos funcionários da Câmara Municipal que participaram e deram o seu contributo, para o sucesso desta festa, assumindo responsabilidades na organização, o que foi mais uma garantia de qualidade e de segurança para todos os que nela participaram. Em suma, acho que é justo dar os parabéns a esta Câmara Municipal, pelas Festas da Cidade. Faço votos, para que as próximas, sejam marcadas pelo mesma qualidade, pelo mesmo êxito que este ano foi registado, procurando sempre melhorar para oferecer o melhor possível a esta cidade e à sua população, pois Coimbra merece. As festas não acabaram nas festas! As festas deixam mais sentido de pertença das coisas da nossa cidade, na comunidade. Ajudam a aprofundar o afecto colectivo das novas e velhas gerações, pelo nosso património. Não posso por isso deixar de referir, que depois da insatisfação do encerramento das piscinas por demasiado tempo e sem justificação, coube a este Executivo Municipal “*colocar mãos à obra*” e, de uma vez por todas, colocar ao serviço da cidade uma piscina histórica, digamos, que talvez de uma certa medida, mítica. Quero por isso saudar, todos aqueles que de uma forma discreta, mas empenhada, reabriram as Piscinas de Celas.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Permitam-me só sublinhar e repisar a intervenção do deputado do CDS, meu colega profissional e advogado que bem sublinhou a luta contra a injustiça da justiça em Portugal. Senhor Deputados, pese embora as “cantigas da rua”, as “cantigas do mal dizer” e também para aí, do facebook, agora muito na moda, eu gostava de dizer e, dizer ao Senhor Presidente do Executivo que o PS gostou de saber que foi desencadeada a empreitada de intervenção física dos acabamentos do Centro Cultural de Congressos e do seu parque de estacionamento. Um ano, para concluir a realização física e também administrativa e financeira da obra. Vamos a isso! Gostamos também de saber que vai retomar os dois sentidos, na Rua João das Regras, com a circulação feita pela Avenida Guarda Inglesa e, que a Rotunda do Portugal dos Pequenitos, vai ser ter de novo, adaptada, e vai estar lá a estátua do Professor Bissaya Barreto. Era já muito tempo do que é provisório, passar a ser definitivo. Gostamos de ver a funcionar, aberta ao público, a Piscina de Celas, fechada já lá vão, creio, dois anos. Gostamos de saber da intervenção que irá ser concretizada e levada a efeito, no Estádio Universitário, cujo objectivo é receber os Jogos Universitários de dois mil e dezoito. Gostámos de saber do seu inconformismo perante o mobilismo da Sociedade do projecto Metro-Mondego. Nada justifica o desaproveitamento dos terrenos sobrantes, expropriados, aqui ao lado onde nos encontramos. Gostámos de saber que foram dadas ordens aos serviços municipais para ultimar os projectos de execução para lançar a empreitada da Via Central e que ela vai mesmo ser feita. Gostámos de saber do seu inconformismo perante o apeadeiro velho, quando outros se conformam em chamar-lhe a Estação Velha. Gostámos de saber que quem connosco partilha que o Choupal para ser vivido precisa também da futura ciclovia que vai ligar a zona da Portela, atravessando a cidade de Coimbra até à Figueira da Foz. Gostámos de ver, a montante e ajusante da Ponte de Santa Clara as margens limpas, asseadas, finalmente, como já não eram, há mais de uma dezena de anos. As dezanove entidades que gerem e tutelam o Choupal, não conseguem fazer tanto em tão pouco tempo. Gostámos de ver a alegria e as virtudes das festas que também ainda, agora aqui, sublinhadas pela minha colega de bancada a Isabel.

Sr. Deputado Bandeirinha, partilhamos do estado imobilista e do isolamento que referiu da forma como a governação do Partido Socialista recebeu a cidade. Mas ela já mexe! A Baixa já está diferente! Já apresenta animação. O resto, o resto, são palavras próprias de quem está pouco habituado a fazer no terreno na realidade no papel, sei bem que é muito, muito mais fácil.

Sr. deputado Manuel Rocha estamos de acordo, perfeitamente de acordo que as Juntas de Freguesias não são, prestadoras de serviços. Mas a Câmara, não é também, como compreende, nenhum banco financeiro. A Lei das Competências, a Lei das Finanças Locais, a Lei dos Compromissos, cria enormes constrangimentos que se aplicam, tanto à autarquia Câmara Municipal, como à autarquia Junta de Freguesia. Estou certo, que não se distribui dinheiro a jorros, para as Juntas de Freguesias, porque não o há. Mas, com aquilo que há, necessariamente, tem que ser bem gerido e fiscalizado, para que quem tem capacidade para o fazer, sem distinção, o faça a favor das populações. Sr. deputado Dino, quero referi-lhe que tenho alguma e, é muita, simpatia por si, mas a irreverência da juventude tem às vezes coisas, menos certas. Eu sei que isso vai passar com a idade. A propósito, quero-lhe dizer, olhe a meu propósito, que no executivo anterior, eram as Águas de Coimbra lideradas por um bom gestor, o Marcelo Nuno, seu camarada, eu fui contratado, para elaborar os Estatutos da Sociedade das Águas de Coimbra. Pagaram-me! Também fui contratado para defender as Águas de Coimbra, pelo Marcelo Nuno, nalgumas acções judiciais. Quero dizer que também me pagaram. Nada é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

novo, nesta matéria! E também já agora, levar-lhe ao seu conhecimento que às vezes a sua juventude pode não lhe permitir tanto, para lhe dizer que nos ajuste que a pouco referiu, relativos às Festas da Rainha Santa, ainda assim, não foi gasto tanto como o ano passado na instalação de um palco ao lado de um outro já existente, sobre a água e cheio de mosquitos e com o pagamento ao José Cid. É bom que tenhamos memória e saibamos o que dizemos! Eu registo com muito agrado, as posições do PSD e CDS porque vejo nelas uma nova forma de fazer oposição. Oposição construtiva, uma oposição que quer deixar, fazer.

E registo, com muito agrado, logo nas duas moções que aqui nos são trazidas, e que naturalmente, o PS irá votá-las, a favor. Creio que seja de inteira justiça! Apenas acrescentar-lhe que um dos outorgantes, é exactamente, o nosso Presidente da Câmara e, em representação da Associação Nacional de Municípios, como justamente, e eu tenho que prestar essa homenagem aqui referida e quero também dizer, que é com muito agrado que verifiquei que todos unidos, efectivamente, por Coimbra, bem salientou, a visão que todos nós devemos ter, quando temos naturalmente que censurar a partilha que outros representantes do poder local do nosso distrito, fizeram sobre o património, ou pretendem fazer, sobre o património da Assembleia Distrital. O exemplo acabado é exactamente, aquele que referiu, o “Jardim da Manga”. Estou certo que todos assim, estamos desinteressadamente a favor de Coimbra.”

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Eu tinha pedido sensivelmente, a meio das intervenções para usar da palavra porque tenho um entendimento muito franco sobre, o que é a vida de autarca e, permitam-me que diga tenho entendimento, muito próprio, sobre a dignidade do exercício do cargo para que o povo me elegeu. E este é o primeiro cuidado. Preciso de dizer desde logo, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, que tive o prazer cumprimentar a meio da Procissão da Rainha Santa de Portugal, a Isabel de Portugal que o cumprimentei com respeito e, que pratico os meus actos de cidadania, com dignidade e com respeito e quanto ao mais, eu não lhe aceito qualquer reparo, mas tendo posto aqui, devo dizer-lhe que aquela componente das celebrações, começou na Igreja de Santa Cruz e se concluiu, em Santa Clara-a-Nova. Só o pude cumprimentar a meio do caminho. Ao Senhor Deputado, Senhor Arquitecto Bandeirinha, meu Caro, a veemência da sua afirmação, eu acho notável, tomei boa nota dela, agora, como noutras circunstâncias que bem conheço. Uma resposta útil que lhe quero dar. É de um homónimo meu, mas dou apenas por bom registo também e, no mesmo sentindo. É de António Machado: *“Caminhante as tuas pegadas são o caminho e nada mais, caminhante, não há caminho, o caminho faz-se a andar”* e agora acrescento eu, e porque temos coluna vertebral, caminhamos directos e de cabeça levantada. Esta é a minha caminhada, Sr. Deputado.

Quanto ao resto, estou disponível para ver. Em todo o caso, há uma coisa que vou dizer-lhe claramente, não tenho poder para me demitir. O Sr. afirmou aqui que era o seu primeiro dever demiti-lo, como a gravação está aí, ... a expressão está posta assim “...é o dever, mas tenha paciência, não sou nomeado para nenhum grupo, ...” Senhor Deputado foi mal lido, ...tenho pena, ... não vamos interpretar isso assim, ... esse não é o poder de nenhum democrata, sobre os cidadãos eleitos e portanto, é preciso fazer o caminho e fazendo o caminho, vamos ao que interessa!

Cavalo Azul. Diferentemente da expressão que aqui foi feita, temos procurado apoiar e encontrar soluções. A solução que foi adoptada por precipitação, sem mandato da Câmara, nem do actual executivo, nem do anterior, o Sr. Presidente da Freguesia, da então Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Castelo Viegas, consignou uma empreitada sem verificar o cumprimento da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso, etc., etc., etc.. Não fazia questão de trazer para aqui isso, mas uma vez que foi evocada nos termos em que foi, fica clarificada a coisa. Estamos a procurar solução! Infelizmente, a solução adoptada já levou para que se tivessem despendido, dez mil euros numa coisa menos adequada, porque não resolve. Tecnicamente, o projecto é da responsabilidade dos projectistas da entidade promotora. Estamos a procurar solidariamente resolver as questões, atempada e conjugadamente com as instituições da Segurança Social, com a IPSS, ali envolvida e para resolver bem. A Marvoense que é a empreiteira, não acabou ainda a empreitada, como sabe, uma vez que aqui afirmou conhecia, muito bem, não acabou, a empreitada a cargo da empresa Marvoense que é a construtora não está concluída e a verificação técnica ao isolamento dos telhados verificou-se, menos suficientemente, bem feita. Ainda nesta componente. Sra. Deputada Catarina Martins, aquilo que disse, tem uma carga relativamente pesada e eu, só lhe vou responder no seguinte sentido: Tudo o que se encontra publicado por um jornal da nossa cidade, concretamente, o jornal “As Beiras” que eu afirmei, corresponde ao meu entendimento sobre essa questão. E é oneroso de facto! E é oneroso, para os cofres municipais! Não estou, a fugir a qualquer das minhas responsabilidades. Estou a dizer que a questão que é séria e é para levar a sério e, não há motivo, para justificar, aquilo que afirmou e, eu vou repetir, não tem motivo para afirmar o que afirmou, não tem motivo, e o que faz, só posso classificar de, uma afirmação que está mais próxima da aleivosia e do insulto pessoal do que da dignidade de um agente político, democraticamente eleito. É isto que quero afirmar, Sra. Deputada Catarina Martins! O que está afirmado é exactamente, o meu entendimento sobre o processo. E as acções estão aí e virão outras e naturalmente, as pessoas terão a oportunidade em sede própria, dizer o que entenderem sobre mas é exactamente, nestes termos que eu quero responder-lhe, por enquanto aquilo que procurou afirmar.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Existe uma informação que lhe mandei, Senhor Presidente, sobre a actividade municipal, desde a última Assembleia. Eu permito-me destacar dois aspectos que são relevantes, entre outras coisas importantes que foram feitas, úteis à comunidade. Um deles, é que foi publicado no dia dois de Julho, a primeira revisão do PDM – Plano Director Municipal de Coimbra. Faço-o agora, afirmo-o, para que fique registado, foi aprovado pela Assembleia Municipal. Entrou em vigor, para os devidos e legais efeitos, exactamente, para garantir e continuar a assegurar, a transparência e a idoneidade dos actos administrativos da governação municipal, em especial, no domínio do urbanismo. Que é para isso que se faz a revisão do Plano Director Municipal, embora, ele inclua umas outras componentes de natureza estratégica, relevantes também.

O segundo aspecto que desejo assinalar aqui perante a Assembleia Municipal é que decorreu, desde a última Assembleia, decorrem as celebrações do “*Dia da Cidade de Coimbra e da Rainha Santa Isabel, da Isabel de Portugal*”. Decorreram com brilho, com empenhamento. Foi feito um grande investimento sobretudo, investimento de empenhamento das pessoas, das equipas municipais, das equipas de voluntárias, das associações, das colectividades, culturais, desportivas, recreativas que se empenharam nesta realização. Isto é o que eu pretendo testemunhar e destacar perante todos. Foi feito com êxito, sem esbanjamento, enfim, com cuidados, mas a participação das pessoas trouxe-nos a oportunidade de verificar e constar nas praças, ruas e jardins da cidade de Coimbra, testemunham aquilo que eu quis afirmar, para que conste e nesta oportunidade, perante vós, agradeço a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, das Empresas Municipais, das associações, as pessoas que participaram de facto, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ajudaram a construir este projecto e a todos os Senhores Vereadores que se empenharam com afinco no êxito destas celebrações. Que são bem merecidas.

E a propósito, disse aqui, no Dia da Cidade que registava, o exemplo de Isabel, a Rainha Santa Isabel, como uma mulher dinâmica, uma mulher empenhada, uma mulher construtora da paz. Refirmo-o aqui hoje! E penso que se pensarmos nisso, podemos ter um relacionamento mais profícuo e se quiserem assim contribuir para isso.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cernache. O Senhor Presidente manifestou aqui um ponto de vista que eu respeito, em todo o caso, relembro apenas, que a Expo-Cernache, foi prevista para uma data diferente. A recalendarização foi desempenhada por si, foi promovida por si e fez coincidir, a Expo-Cernache, com a semana das Festas da Cidade e da Rainha Santa. Pelo que há componentes de natureza logística e de apoio, incluindo, a do Presidente da Câmara ir ao seu convite, que foi recebido em finais de Junho, não foi possível ir lá, evidente. Temos aqui trabalho que estava agendado e não podia sobrepor-se. Lamento isso, mas devo dizer-lhe e conforme lhe foi transmitido, pela Sra. Vereadora da área que não nos parecia adequado, mesmo em termos logísticos, fazer coincidir as Festas da Cidade e da Rainha Santa Isabel. Tem um programa que é ancestral, com a exposição de Cernache. Portanto, tudo aquilo que disse carece deste enquadramento. Mas acrescento, o Sr. Presidente aqui afirmou um conjunto de coisas, alegando desconhecer, mas exactamente antes, passou o pelo Gabinete de Apoio às Freguesias e, tudo aquilo que aqui afirmou desconhecer, foi-lhe lá informado pelos funcionários municipais que trabalham sobre a minha coordenação. Portanto, invocou aqui desconhecimento, foi-lhe informado, caso a caso, processo a processo, aliás, como todos os outros. Aquilo que digo a todos os colaboradores municipais é que eles têm uma missão principal que é, o serviço público. Eles estão aqui, não são meus funcionários, são funcionários da Câmara Municipal de Coimbra, têm dever profissional e dever de brio profissional. Portanto, as informações foram-lhe todas prestadas e, é útil que as informações sejam partilhadas deste modo e não de outro.

O Sr. Presidente foi informado do que estava, das necessidades que havia, das coisas que era possível resolver. Está essa parte devidamente, esclarecida. Estamos a desenvolver um trabalho que é relativamente complexo, porque estamos a concretizar uma Estrutura Orgânica Flexível e Nuclear, conforme aprovações da Câmara e da Assembleia Municipal. Estamos a mexer com os Recursos Humanos. Estamos a procurar pessoas com qualidade profissional, ética, empenhamento, dedicação. Hoje durante a manhã, consegui mobilizar ou motivar, um chefe de divisão, para dirigir a Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra. Não tínhamos Divisão de Recursos Humanos. Não havia. Foi criada nesta Estrutura Orgânica e foi preciso conseguir o empenhamento, como sabemos todos, os cargos de direcção e chefia, tal como outros cargos na administração pública, não são remunerados com o nível que é desejável. Não se encontram sempre pessoas disponíveis, para desempenhar esses cargos com características adequadas. Portanto, estamos a fazer esse trabalho. Daí que a semana passada, ficou concluído, a nomeação do Coordenador do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesias, o Sr. Eng^o Mário Ricardo aliás está aqui presente, experimentado, e que tem como missão, prosseguir esse trabalho. Hoje, com os Recursos Humanos e, com as outras nomeações que entretanto, são do conhecimento público, fica completa o puzzle para entretanto se abrir os concursos públicos que a lei determina, para o preenchimento dos outros lugares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, afirmou aqui que a Câmara não deu qualquer apoio, à realização da Feira Popular, eu permito-me rectificar. A Feira Popular, promovida pela Junta Freguesia de Santa Clara, foi devidamente apoiada pela Câmara Municipal de Coimbra. Eu não pode corresponder ao convite porque esse, não o recebi. De Cernache recebi! Mas, para a Feira Popular, para ir à inauguração, não o recebi, mas enfim, ...nada de especial! Podia lá ter ido se quisesse, como vou a outras coisas, não tenho inibições de ir, não preciso de ser convidado para ir, quando entendo que devo ir vou. Em todo o caso, clarificando, instalações municipais, infra-estruturas municipais, apoio de logística, tudo, o que a Câmara possa apoiar, teve-o e vai continuar a tê-lo. O que eu não posso permitir, é que se instalem em domínio público municipal, infra-estrutura, por exemplo, eléctricas que ficam de um ano para o outro e, que depois se alugadas em conveniência a quem entendem, etc. etc. Senhor Presidente, isso não. Como sabe, uma empresa foi instalar, instalações eléctricas subterrâneas, na Praça da Canção e depois, vai ao rancho ou vai ao circo e procura alugar os serviços, viciando as regras da competitividade. Isso não é permitido. Sr. Presidente é para ficarmos claros. Isso comigo, não funciona. Terão que ser substituídas, isso é normal e, estão aperfeiçoadas. É por razões de segurança das pessoas que ali podem circular. Quanto mais não fosse, por isso. Mas há outros aspectos.

A questão dos artistas, essa é desconfortante, como imagina e inadequada, permita-me que lhe diga assim, mas porque o disse nesta tribuna, é daqui que lhe respondo. A questão dos artistas Sr. Presidente as Festas da Cidade da Rainha Santa Isabel, inclui, a Coimbra de todas as freguesias e, incluindo das terras, a que esteve ligada a padroeira e que vieram aqui partilhar connosco a celebração. Das mais diversas circunstâncias religiosas, desportivas, culturais, estiveram cá. Nisto, se procurou incluir também, a Feira Popular. E penso que é importante considerar as coisas deste modo, mas não posso aceitar de modo nenhum, que tenha tido, a afirmação que aqui fez sobre a avaliação da devoção ou de outras religiosidades. Isso aí compreenderá que é uma coisa que é nossa. É de cada um de nós. Na nossa consciência e só nesse âmbito é possível aceitar.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Taveiro, Ameal e Arzila, estou a tentar responder, às questões práticas que me foram postas. A informação que me estava chegada, como sabemos, a Câmara Municipal de Coimbra, transferiu para Junta de Freguesia Taveiro, vinte mil euros, mediante um contrato segundo o qual, a junta de freguesia tinha que apresentar facturas de documentos comprovativos de despesas. Não fui eu que assinei o contrato! Não fui eu que assinei o contrato! Foi o meu ilustre antecessor! Acontece porém, como sabemos, a junta de freguesia, agora União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila só conseguiu encontrar documentação comprovativa de doze mil euros. Mas, já lá estavam vinte mil euros! É preciso fazer contas! Simples! Ou seja, há um contrato, mediante o qual a Câmara transferiu para a Junta de Taveiro, vinte mil euros, com a condição de ser entregue, a documentação comprovativa da despesa. Não fui outorgante desse contrato, mas respeito-o, porque foi feito, pelo Município. Só conseguiu, como sabemos, apresentar facturas comprovativas de doze mil. Essa é a questão! Está a ser resolvida! Agora, há várias formas de resolver este tipo de questões. Algumas das questões, Senhor Presidente e Senhores Deputados, são postas aqui nesses termos, eu prefiro resolvê-las em sede de governação democráticas, arrostando com as responsabilidades de que estou investido. É evidente que há situações, que era mais fácil mandar os serviços notificarem a outras instâncias, auditoria controlo ou outro nível de intervenção. Senhor Presidente, com o devido respeito, nesta parte, é minha responsabilidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

na sua, faça o que entender! É da sua responsabilidade! Só assim! Para as coisas não andarem equívocas. Procurarei resolver! Ajudar a encontrar soluções. É essa a minha maneira de ver as coisas. Por aquilo que aqui sugeri, imagino que era fácil fazer de outro modo! Mas entendo que é preferível, fazer do modo que eu estou a procurar fazer. Acertar, corrigir, ajudar a encontrar solução e fazer. É só isso! Agora estão lá os vinte mil euros! Na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, estão lá os vinte mil! Eles estão lá! Senhor Presidente e Senhores Deputados, num outro âmbito. Nós estamos numa fase importante da vida autárquica e foi aqui referida e agradeço as palavras que foram proferidas, acerca de uma acção importante. As palavras proferidas, de crítica e de enaltecimento. Umas e outras merecem todo o respeito. Quiseram referir-se à minha conduta e ao meu acto, como Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, outorgando um acordo que foi celebrado, com o Governo Português. Eu trago aqui esta questão, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, também! Para assinar este acordo, o Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, discutiram várias vezes e não foi fácil chegarem a acordo. Compreendo que haja críticas e que é imperfeita, a solução. Um acordo é sempre isso. Costuma ser isso. O que tenho consciência, quer numa posição, quer noutra é que o que foi conseguido foi importante, para os municípios portugueses e para o poder local. Quando discutimos aqui, a Estrutura Orgânica Flexível e Nuclear, tivemos a oportunidade todos, constatar que a bitola, a rigidez que nos era imposta por lei, não é boa para a governação pública municipal, para a prestação do serviço público municipal. Conseguiu-se abrir essa porta de trabalho. Quando aqui analisámos a questão das despesas e a Lei dos Compromissos, aliás, é uma matéria onde voltarei, é uma questão que precisa de ser aperfeiçoada. Várias entidades da administração pública, praticamente, todas, penso que só a Senhora Ministra das Finanças é que não a subscreve, que é necessário introduzirmos aperfeiçoamentos imediatos na Lei do Compromissos e pagamentos em atraso. Porque ela está a bloquear. Mas isso vai conseguir resolver-se e abriu-se pela primeira vez uma porta. Conseguiu-se, numa factura de grande importância, que é a factura da energia eléctrica, para a Câmara Municipal, iluminação pública, escolas, piscinas, etc., e serviços, estamos aqui, num dia tão importante e, estamos aqui a gastar energia, na quantidade necessária, mas é dispendiosa, conseguiu-se abrir uma porta, articulada com os Fundos Comunitários. O próximo Quadro Comunitário de Apoio – Estratégia, vinte, vinte de modo a que a fiscalidade verde e, a eficiência energética, possam minimizar a carga fiscal sobre a factura de energia ou de electricidade dos municípios do país. Entre outros aspectos quero destacar o seguinte: também sou dos que entende que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, não pode virar as costas, à solidariedade devida aos municípios que estão em dificuldades. E porque é que eu entendo isto? Porque quando Poiares se desenvolve, Coimbra, desenvolve-se também. Quando Aveiro, quando a Figueira, quando o Porto, quando Lisboa se desenvolve, nós beneficiamos todos. Do mesmo modo que os outros devem sentir o mesmo, quando Coimbra se desenvolve e afirma e, realiza. E este entendimento solidário de quem vê os municípios, não como ilhas isoladas, não como espaços antagonistas de senhores feudais, mas como, espaços de construção, em que o todo nacional, é importante e, é assim que eu vejo, a nossa intervenção e, por isso, a componente solidária que não solidária, com esbanjamento. Há municípios que governam cada qual a seu modo e, a seu jeito, sobre sua responsabilidade, mas a responsabilidade, é avaliada apenas, pelos cidadãos eleitores, pelas estâncias de tutela e pelos tribunais. Mais ninguém tem poderes para interferir nisto. No exercício do poder democrático pressupõe que haja este entendimento recíproco. Por isso, Senhor Presidente, Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputados, o acordo foi feito, tem ónus, naturalmente, mas é uma possibilidade que decorre também disto, quer a nível nacional, quer a nível do nosso município, continuamos a perfilhar este entendimento: “*preferimos construir do que destruir*”, embora saibamos, que é muito mais fácil destruir. E com isto, estamos conscientes que estamos a valorizar Coimbra. E é isso que queremos fazer. Quem tiver dúvidas e quiser informação sobre ajustes directos e outros aspectos, aqui foram mais uns quantos, enquanto estava a ouvir as intervenções dos Senhores Deputados, é no cumprimento escrupuloso do Código dos Contratos Públicos e, são todos publicados, no portal público da Vortal. Também neste acordo que celebramos, da Associação com o governo, há mais uma estância, que é um portal de transparência, que é criado a nível nacional, por nossa proposta e, como desafio, também! É que o portal de transparência municipal seja, um portal da transparência da administração pública portuguesa, onde sejam incluídos, os ministérios, as empresas públicas, os institutos públicos, todos. Mas, como somos de ser assim, quisemos dar o exemplo, e cá estamos! e eu assinei! Não consegui responder a todas as perguntas mas foi o tempo que me disponibilizou.

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins em defesa da honra (CPC):

“Eu queria apenas dizer, que não é aceitável que alguém, aqui, nesta Assembleia, mesmo sendo o Presidente da Câmara se dirija a uma Deputada Municipal, no exercício das funções e que se limitou a referir factos comprovados pela justiça, que se dirija a ela nos termos de “*aleivosia*”. Apesar do termo ser de origem medieval, eu informo o Senhor Presidente da Câmara que até tenho, um “*doutoramento em letras*” e sei justamente, que esse termo se refere a alguém que é “*louca e histérica*” coisa que eu não sou. No licenciamento dos “*Jardins do Mondego*” a que me referi, está uma assinatura que não é a minha e que a justiça verificou! O Senhor Presidente denota um nervosismo de quem não está habituada a que seja feito o exercício rigoroso de oposição, mas nós estamos cá para isso! Não é quem denuncia um acto ilegal que é o responsável, por o ter exercido. Quem é responsável é, quem tem a assinatura no processo. O Senhor pode ir buscar o processo ali. Eu já o consultei.

Quando o alvará foi emitido, havia já um parecer, dizendo que o PDM estava a ser violado. Tive a oportunidade de ver esse processo e conhece-o bem. Mas não é preciso foi no seu mandato. O que eu disse, são factos e não considero admissível, o uso da palavra “*aleivosia*”, para uma deputada que com todo o respeito se lhe dirigiu, com factos comprováveis. A responsabilidade é sua, digo, e mantenho-o!”

Intervenção do deputado municipal Carlos Ferreira em defesa da honra (CDU):

Em primeiro lugar, peço desculpa pelo meu excesso. Qualquer das formas, verifiquei, que o senhor Presidente me estava a ver bem, mas não me ouviu, certamente, conforme deveria ter ouvido. Neste parágrafo esclareço tudo! Esta câmara deu-lhe para complicar! Quis encontrar falhas que não existiram e até crimes, quis encontrar! Eu mesmo fui olhado, referenciado, como eventual criminoso, porque há altura, como Presidente em funções da Freguesia de Castelo Viegas, abertamente e publicamente, empenhado na obra, assinei com uma empresa, depois do concurso público, transparente, a obra de construção de acessos que faziam parte do projecto inicial e que tinham passado pelos serviços técnicos, desta Câmara. Fui sempre acompanhado pelos serviços técnicos desta Câmara. É verdade que não tinham ido a reunião de câmara, mas tudo estava pronto para essa formalidade. Como Presidente da Junta e, perante representação da Câmara, que estive neste acto da consignação, a Câmara estive neste acto da consignação, assinei, a entrega das obras de acesso. Esse é um caso que está esclarecido. Outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

caso é, a Marvoense acabou a obra e, o que Senhor Presidente se refere é que: a obra não está concluída nos arranjos exteriores, mas os arranjos exteriores não são da responsabilidade da Marvoense. Tanto podem cair na Marvoense como podem cair noutra empreiteiro qualquer. Não estão feitos, porque entroncam com a feitura do acesso. É esta a verdade nua e crua! Quem quiser que vá lá! Eu, contrariamente aquilo que tem acontecido, tenho sido desprezado e não tenho dado a minha opinião. Estou à disposição de esclarecer e de acompanhar os Senhores deputados, no local.”

Intervenção do Presidente da Freguesia de Cernache:

“Eu não fiquei esclarecido, porque entendo que as Festas da Cidade, de facto coincidiu com as Festas da Cidade, mas, não sei o que é que tem a ver, a Festas da Cidade, com a dotação orçamental? Portanto, eu recebo um ofício, emanado da Sra. Vereador da Cultura, dizendo que a Câmara não tem dotação orçamental para apoiar a minha actividade. Não entendo, o que é tem uma coisa, a ver com a outra.

Em segundo lugar, o Sr. Presidente não me esclareceu sobre, os Protocolos Intercalares de Competências que foram assinados com as juntas de freguesias. Não sei se por esquecimento! Outra questão! Quanto ao Senhor Presidente, eu sei que o Senhor Presidente é uma pessoa extremamente ocupada e, compreendo que não tivesse podido ir à Expo, mas pelo menos, havia um officozinho, esta é uma maneira de cortesia, para com outro poder local e que devia ter isso em atenção.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados

“No Período Antes da Ordem do Dia foram depositadas sobre a Mesa duas Propostas de Recomendação, ambas da Coligação PPD/PSD/PPM/MPT. Uma que tem a ver com o “Acordo entre o Governo e a ANMP, sobre o Fundo de Apoio Municipal”, a outra, é uma Proposta de Recomendação sobre os “Ajustes Directos”.

Em relação à primeira, a Mesa não levantou qualquer tipo obstáculo; em relação à segunda, a Mesa entende, no uso de bom senso e consensual e de bom relacionamento, entre todos os Grupos Políticos de que penso eu, que a Mesa tem dado bom testemunho e bom exemplo, na sua relação com os chefes dos Grupos Políticos, quando há um assunto de importância relevante que deve ser discutido na Assembleia.

A Mesa não teve tempo, sequer, de a ler com atenção porque, ou presto atenção à Assembleia, ou presto atenção aos textos que aqui apresentam. De qualquer maneira eu não levanto nenhum tipo de problemas, nem escondo, em nome do Princípio da Transparência que estas Moções, que são Recomendações, sejam aprovadas, sejam discutidas. Portanto estão as duas à discussão. De qualquer maneira, do ponto de vista da Mesa não há problema nenhum, em que este assunto seja levado à análise e à discussão dos Senhores Deputados. Irão as duas propostas à votação, ainda que haja uma falha óbvia, na discussão destes documentos, os quais se passam a transcrever.

MOÇÃO

APOIO AO ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ANMP SOBRE “O FUNDO DE APOIO MUNICIPAL”

O Fundo de Apoio Municipal, pessoa colectiva de direito público com um capital social de seiscentos e cinquenta milhões de euros realizado em partes iguais (cinquenta/cinquenta por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cento) pelo Estado e pelo conjunto dos Municípios, constitui um elemento fundamental da reorganização económico-financeira dos Municípios portugueses fortemente endividados em ruptura financeira e uma garantia futura de maior rigor e equilíbrio orçamental. O acordo assinado neste âmbito entre o Governo e a ANMP é, neste sentido, de primordial importância e politicamente muito relevante, considerando ainda as matérias conexas designadamente de Recursos Humanos, incentivos fiscais aos Municípios e a declaração escrita sobre o sector das águas (ver Acordo anexo): "23. O processo de reorganização do sector do abastecimento e saneamento de águas em curso não envolve a privatização do sector das águas". Assim, propomos o seguinte Voto de Congratulação e Apoio: No seguimento do acordo entre o Governo de Portugal e a Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o **FUNDO DE APOIO MUNICIPAL**, de oito de Julho de dois mil e catorze, a Assembleia Municipal de Coimbra confirma o seu apoio a este Acordo, bem como às matérias conjuntas aí expressas - nomeadamente a referente à não privatização do sector das águas - congratulando vivamente o espírito construtivo dos subscritores e os objectivos alcançados num mecanismo estrutural e permanente que amplia e salvaguarda a autonomia do poder local.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO "PUBLICITAÇÃO DOS AJUSTES DIRECTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA"

Têm sido levantadas dúvidas sobre a transparência e legalidade dos ajustes directos no Município de Coimbra desde que se alteraram as regras de aprovação pelo Executivo Municipal, como era boa prática em Coimbra e acontece nos grandes Municípios do País. Acresce que existe uma obrigação legal de publicitação junto do portal base.gov onde parecem faltar procedimentos por ajuste directo do Município de Coimbra e da Empresa Municipal Águas de Coimbra. Recentemente, a CCDRC elaborou um Parecer jurídico sobre o assunto, que se anexa. Assim, com o intuito de promover a transparência no exercício dos actos administrativos de aquisição de bens e serviços, e outros, sob ajuste directo, a Assembleia Municipal de Coimbra vem recomendar à Câmara Municipal de Coimbra, que: UM - Seja revogada a decisão de dez de Abril de dois mil e catorze que aumentou para setenta e cinco mil euros o limite para celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços e bens em regime de ajuste directo simplificado, voltando a ser fixado o montante anteriormente previsto de cinco mil euros, de acordo com o Parecer da CCDRC: DOIS - Sejam divulgados e publicitados, juntamente com as restantes informações distribuídas em cada Assembleia Municipal, os contratos celebrados pela Câmara Municipal ao abrigo de ajuste directo.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

"Peço perdão Sr. Presidente! Não sei em que ponto do nosso Regimento posso enquadrar esta questão, mas de facto, esta Proposta de Recomendação sobre publicitação dos ajustes directos, é uma questão que nos merece alguma ponderação. Obviamente se os ajustes directos nos custam muito, os ajustes de contas, custam-nos ainda muito mais. O que me parece é que esta proposta carece de alguma discussão, na nossa opinião."

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PS):

"Como proponente e, até para o bom andamento dos trabalhos, nós percebemos perfeitamente a questão, mas do ponto de vista regimental, há o direito de apresentarmos, recomendações, moções e até pedidos de esclarecimentos, neste "Período Antes da Ordem do Dia". É o momento em que o podemos para o fazer. É uma recomendação genérica. Aceitamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

perfeitamente que se quiserem, que passe para a próxima Assembleia Municipal. A nossa Recomendação está feita! Dá tempo para que todos pensem sobre essa matéria. O próprio Executivo a discuta.. De facto, é uma questão de fundo, admitimos que haja também entendimentos diferentes.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Relativamente à proposta de apoio ao “*Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses*”, o PS, estando integralmente de acordo com ela, mas também, acompanhando a intervenção do líder da bancada do PSD, que sinalizou-me logo, o seu acordo, apenas lhe queria adiantar porque me parece efectivamente, ser de inteira justiça, apenas lhe acrescentar a seguinte frase: Saúda-se ainda o empenhamento do acordo do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, enquanto outorgante em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Era este pequeno aditamento que eu queria adiantar e parece que a Bancada do PS está perfeitamente de acordo, com os proponentes.

Quanto ao outro, parece-me de facto que carece de alguma discussão, até porque ela enferma logo, no seu título de um erro de redacção, quando diz “*Proposta de Recomendação*” sobre a publicitação dos ajustes directos da Câmara Municipal de Coimbra. Ora, foi precisamente a publicitação dos acordos que levou ao conhecimento dos ajustes directos. O que está em causa, não é a publicitação, o que está em causa, é mérito ou o demérito de eles se fazerem até ao limite de cinco mil, ou setenta e cinco mil euros. Para além disso, quero lembrar que a proposta e o parecer que a acompanha, lembra que, a recomendação, ela própria, pode violar o Princípio da Autonomia do poder local. Uma coisa é um pequeno serviço do estado, outra coisa, é uma autarquia, seja de Coimbra, Lisboa, ou Porto, ou a mais pequenina do interior do país.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Em relação a esta matéria parece que tudo concorre pela discussão carente que não se fez devidamente, pela sugestão de um dos proponentes, pela intervenção do S Deputado Ferreira da Silva, sobre aspectos de legalidade, tudo concorre no sentido e, a proposta que eu faço é que isto passe para a próxima Assembleia Municipal e que seja aí, um dos pontos dos trabalhos. Se tiverem de acordo assim será.

Ninguém vota contra esta proposta processual? Se ninguém vota contra, abstenções, ninguém se abstém! Foi aprovada a sugestão da Mesa sobre esta matéria que passará para a próxima Assembleia Municipal, com um ponto próprio na Ordem de Trabalhos.”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):

“O que se aplica a uma das Moções aplica-se à outra. O assunto que está em discussão nessa Moção é de grande coturno, como sabemos, é um assunto complexo. Não é um assunto relativamente ao qual, esta Assembleia se deva colocar meramente, numa posição congratulatória, como aquela que foi aqui sugerido.

Devo dizer que não tinha nada contra a que se votasse aqui, porque o assunto é claro, do meu ponto de vista e, foi discutido por quem o quis discutir, que fossem votadas aqui qualquer destas Moções. Mas, se o Senhor Presidente tem esse entendimento e, se Assembleia e, eu próprio o acompanhei nisso, enquanto decisão sua, o que vale para uma, vale para outra. Este não é um assunto menor! Pedia-lhe que agisse da mesma forma.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Peço desculpa mas eu julgo que não temos de tratar por igual, aquilo que é absolutamente, desigual. Peço desculpa! Até porque isso, cria um precedente que qualquer Moção aliás, que nem sequer adequa ao que já se passou nesta Assembleia Municipal qualquer Moção, terá de ser sujeita, apresentada e, só votada na Assembleia seguinte. Porque a regra, então, passa a ser essa. O que sinceramente, acho que em nenhum regulamento, em nenhuma Assembleia Municipal se passa! Acho que é normal e usual que hajam pequenas tomadas de posição, grandes tomadas de posição, moções, propostas, etc., que, no “*Período Antes da Ordem do Dia*” sejam suscitadas, sejam debatidas por quem o entender. Nesse período ninguém esteve inibido de dizer e de pensar o que entender. Ainda para mais, trata-se de um Acordo já celebrado! É um voto congratulatório. E, propositadamente é só isso. Não vamos tentar agora, ... é óbvio que nós poderíamos dizer e, é suposto que cada agrupamento possa até numa “*declaração de voto*” dizer da sua justiça, em relação a aspectos que entenda que até são incompletos, ou são insuficientes, ou são negativos, ou positivos, agora não podemos é simplesmente ficar, ...ainda para mais, há aqui uma questão de eficácia. De facto, também é suposto quando alguém apresenta uma Proposta à Assembleia Municipal, haja eficácia sobre aquilo que propõe! Admito, que sobre a questão dos ajustes, haja dúvidas reiteradas, ... o que nós colocámos, quando colocámos a abertura de dizermos que não temos nenhuma oposição, a que vá à próxima Assembleia Municipal, é no sentido de toda a gente estar confortável, para a votação do ponto de vista, das implicações legais. Penso que no acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, não há dúvidas de legalidade.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Há situações diferenciadas. Esta proposta de congratulação do Acordo estabelecido, aparece no início da Assembleia. Permite uma reflexão mínima e uma tomada de posição, com toda a clareza. Quem o quis fê-lo, quem não o quis, não o fez! Enquanto a segunda recomendação aparece já, a destempo, parece-me a mim e daí, estarmos de acordo com a sua posição.”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):

“Gostava de dizer o seguinte: Uma das competências que uma Assembleia como esta, mais deve guardar para si é, o direito de iniciativa política e, o direito de produzir recomendações. Não me parece que possa haver um raciocínio, como aquele que o Sr. Presidente fez, e que nós quisemos acomodar, de que há surpresas que não são interessantes. Com isso não estou confortável! Eu não vejo nenhuma razão para que o assunto anterior, não tivesse sido votado. Não vejo nenhuma razão! Isto é, esta Assembleia precisa de capacidade de iniciativa política, mesmo que ela desagrade à maioria, mesmo que ela desagrade ao Executivo! Eu acomodei a posição do Senhor Presidente, por respeito a ele e, para lhe dar espaço para conduzir os trabalhos, mas não me parece que fosse certa. Quando assim é, quando se comete um erro, ao menos, manter alguma coerência! Se votarem, não nos opoemos a isso, mas gostava de chamar à atenção que aquilo que é incómodo, não pode ser mandado para a sessão seguinte.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“A única coisa que lhe tenho a responder, já agora compreenderá, que também eu tentei acomodar-me à sua proposta e não consegui. Srs. Deputados vamos então em relação à proposta em causa, que é o Acordo do Governo e a Associação Nacional de Municípios sobre o Fundo de Apoio Municipal, vamos passar à votação, desta Moção que saúda a Associação Nacional de Municípios e o Governo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº31/2014 (15/07/2014):

Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor e 11 votos contra aprovar a Moção “Apoio ao Acordo entre o Governo e a ANMP sobre o Fundo de Apoio Municipal”.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo:

“Muito sucintamente só dar conteúdo, à intervenção que entretanto fiz a propósito. Efectivamente, este é um mau compromisso entre o Governo e Associação Nacional de Municípios. O Governo faz da Associação Nacional de Municípios uma muleta, em relação às suas necessidades de baixar a despesa pública. Não se entende, como é que os representantes da Associação Nacional de Municípios vão de encontro às deliberações do próprio congresso desta entidade e, naturalmente que registamos esta congratulação pública e, a resposta pronta da bancada do PS, como dois namorados que definitivamente, se reencontram e que publicamente expõem o namoro que tem vindo a ser escondido, em termos públicos. Registamos este facto desta interrupção na brilhante e verrinosa oposição que tem vindo a ser feita, nos últimos tempos por parte do PS, em relação ao Governo da República.”

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara

“Senhor Presidente e Senhores Deputados

Sendo dezoito horas, eu remeteria a minha intervenção para a comunicação escrita que entreguei ao Senhor Presidente e distribuída por todos os senhores deputados, para podermos ocupar o tempo continuando a “Ordem de Trabalhos.”

Ponto 2 – “Reabilitar para Arrendar” - Minuta do Contrato de Financiamento sob a forma de crédito, com o IHRU/BEI”:

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Nós saudamos a proposta que está em causa. Queremos de qualquer forma perante esta Assembleia, visto que é um órgão muito alargado dos poderes democráticos Queríamos dizer que estamos a falar de um direito constitucional, direito constitucionalmente consagrado, que é o direito à habitação! E queríamos que constasse, a nossa disponibilidade para, tanto no Executivo, como no âmbito do trabalho desta Assembleia, recordar as quinhentas famílias que estão em “Situação de Emergência”, situação de absoluta emergência, como tal, caracterizada. Os pouco mais de dois por cento da população, cerca de mil fogos que estão alojados, no Parque Habitacional Municipal. A carência de recursos humanos, indispensáveis a uma normal gestão e manutenção do Parque Habitação Municipal e, a necessidade de gerir, no âmbito municipal, imóveis devolutos, nomeadamente aqueles que, pertencem ao Ministério da Defesa. Queremos trazer aqui também, uma outra questão que vai ser tratada já a seguir, no âmbito daquela recomendação feita pelo, Grupo Parlamentar do PSD que é da necessidade imperiosa da revogação da Lei das Rendias. Nós consideramos que a Lei das Rendias tem trazido para a convivência dos habitantes portugueses, dos arrendatários portugueses, aquilo que é de mais soez, naquilo que é a limitação da vida dos cidadãos. Vamos falar das Repúblicas a seguir, e teremos que dizer, que grande parte daquele que é o grande drama das Repúblicas se deve à aplicação da Lei das Rendias, com consequências trágicas e imediatas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Parece-nos a nós que de facto, a Lei das Rendas é um ponto de viragem, naquilo que é a capacidade dos nossos cidadãos, em Portugal de poder adquirir, com dignidade, uma habitação. A revogação desta Lei, pensamos ser um ponto fundamental.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“A minha intervenção é brevíssima e, basicamente, tem três pontos.

Em primeiro lugar, não poderia deixar, ... é justo reconhecer, o trabalho o empenhado, não só dos técnicos, dos funcionários, dos departamentos da Câmara, que trabalharam nesta proposta, mas também, do executivo anterior. É uma responsabilidade política, uma responsabilidade que vem no âmbito do programa de reabilitação, dentro da candidatura e, do alcance da classificação de Coimbra, como “*Património da Humanidade*”.

Em segundo ponto e muito rápido, para os prazos em que acontece, para um elemento importante, julgo, mais relacionado com a Rua da Sofia que tem a ver com a recuperação do Terreiro da Erva. Salientar, a qualidade das propostas, penso que estão bem compartilhadas, entre aspectos da Alta e da Baixa, num mecanismo que quanto a nós, é promissor e só por isso, trouxemos o nosso terceiro ponto que foi a possibilidade de se pensar neste mesmo mecanismo, para a questão das repúblicas. Não podemos acompanhar e percebemos a posição que a CDU expressa, mas não podemos acompanhá-los na ideia de que temos que revogar a Lei das Rendas. Penso que as repúblicas são um mau caso para a Lei das rendas De facto as repúblicas de Coimbra, tipicamente, não podem ser estruturas, sujeitas a uma relação de inquilinos/senhório típicas, aliás, elas foram excepcionadas já na lei anterior, penso, que desde mil novecentos e oitenta e dois, porque, precisamente se entendia que as repúblicas, não configuravam essa relação típica, se quiserem, de praticamente comercial, de arrendamento. Vimos chamar à atenção porque este mecanismo permite precisamente, a aquisição com propriedade. Há várias repúblicas que não detêm o espaço! Têm uma renda simbólica, que evidentemente ficou congelada, desde, há dezena de anos, mas não detêm o espaço, onde, há muitos anos, muitas delas, já com uma história longa, residem em comunidade. Entendemos, que este mecanismo permite isso mesmo! Permite que haja, não só, uma reabilitação para arrendar, mas uma reabilitação, também, que permita, a aquisição do imóvel. Achamos este mecanismo interessante. Por outro lado, pode haver eventualmente com alguns senhorios, a fixação, com base na reabilitação, a fixação de uma renda por um período suficientemente alargado que permita às repúblicas, continuar a sua actividade comunitária. Achamos que é um elemento desse património imaterial da classificação de Coimbra e quisemos chamar à atenção, para a possibilidade, ...e por isso, trouxemos esta Moção, suficientemente, geral, para indicar, unicamente uma recomendação à Câmara Municipal, que estude este mecanismo, para uma segunda fase de reabilitação urbana especificamente, para o caso das repúblicas, privilegiando a propriedade plena mas, admitindo também, que possa até haver, um esquema de renda que fique estipulada em contrapartida do mecanismo de reabilitação e de facto achamos, que é uma valorização do tal património imaterial de Coimbra e quisemos aproveitar, para suscitar essa segunda fase. Nada contra a primeira! Tem o nosso voto, favorável.

RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA PARA A 2ª FASE DE REABILITAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO DAS REPÚBLICAS DE COIMBRA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*A Assembleia Municipal de Coimbra aprova hoje um conjunto de treze intervenções de reabilitação urbana na Alta e Baixa de Coimbra preparadas pelo anterior Executivo Municipal no âmbito do projecto "Reabilitar para Arrendar" com financiamento pelo IH RU/BEI. No seguimento desse relevante objectivo de reabilitação e requalificação urbana, mormente no contexto da classificação pela UNESCO como Património da Humanidade, e tendo presente o património único e imaterial da Alta de Coimbra bem presente nas "Repúblicas" de Estudantes, propomos a seguinte Recomendação: A Assembleia Municipal de Coimbra recomenda ao Município de Coimbra que se inicie de imediato uma **segunda fase de reabilitação** urbana na Alta e Baixa de Coimbra que contemple as "Repúblicas" de Estudantes, reconhecidas pela Universidade de Coimbra e pela Associação Académica de Coimbra, com mecanismos que incluam a propriedade plena e/ou o arrendamento simbólico, no âmbito de novo financiamento junto do IHRU/BEI.*

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Na linha daquilo que o Sr. Deputado Nuno Freitas acabou de referir, sublinha-se na nossa Recomendação que a Assembleia Municipal de Coimbra, recomende ao Município de Coimbra que se inicie de imediato, uma segunda fase de reabilitação urbana da Baixa e Alta de Coimbra que contemple as “repúblicas” de estudantes. Nós estamos aqui num domínio extremamente importante para esta cidade. Acho oportuno, e perdoem-me que recorde, nesta altura e perante esta Câmara, um homem que na década de oitenta, um grande Senhor, que dava pelo nome de António Lúzio Vaz, o trabalho meritório, o trabalho profícuo, o trabalho grande e enorme que ele fez, em prol, em coordenação, com as repúblicas. Mais tarde, o Dr. Gouveia Monteiro continuou esse trabalho. Hoje, a Dra. Regina Bento, também continua este trabalho, nos Serviços da Acção Social da Universidade de Coimbra. Feito este contexto, contextualizada esta questão, quero dizer o seguinte: Estou de alguma maneira à vontade para falar acerca disto, porque trabalhei durante muitos anos, nos Serviços da Acção Social. Perto do Doutor Luzio Vaz, vinte e seis anos. Dois anos com o Doutor Gouveia Monteiro e, com a Doutora Regina Bento o resto do tempo. É verdade que na década de oitenta, através de uma determinada lei produzida na Assembleia da República, ao tempo, enquanto Presidente, o Doutor Almeida Santos, foi excepcionada, a aplicação da Lei do Arrendamento, em vigor ao tempo, no que concerne às repúblicas, isto é, congelando as rendas a pagar pelas repúblicas. Passados estes anos, num contexto completamente diferente, parece-nos que não compete hoje, ao legislador que produziu a nova Lei do Arrendamento, acautelar, matéria tão específica e singular, pois a lei é geral e abstracta, qualquer lei tem que ser, geral e abstracta e hoje, o Tribunal Constitucional, também é outro, sublinhado pelo facto desta nova Lei do Arrendamento, fazer parte do memorando do arrendamento. Atenção! Não há aqui nenhuma contradição. Desde logo, no que respeito integral pela autonomia e do próprio ADN destas Associações, isto são verdadeiras Associações, as Repúblicas, são Associações. Têm que ser respeitadas, a sua autonomia e o seu próprio ADN. Damos nota, através desta Recomendação, entregue aqui na Assembleia Municipal, o nosso principal fio condutor que nos parece adequado por forma, a acautelar os interesses maiores das repúblicas, em continuarem existirem nos modos que sempre viveram, isto é, reinventar o seu presente. É necessário que a cidade se envolva, no acautelar deste desidrato, de defesa intransigente deste património imaterial da nossa cidade, Por isto, achamos e só para dizer isto, que compete a esta Assembleia, ao Executivo, em diálogo, com a Universidade e com a Associação Académica e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

claro, com as repúblicas, no sentido de encontrar uma solução com dignidade que estas associações nos devem merecer, enquanto cidade.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Senhor Presidente, é brevíssima a minha intervenção. Queria lembrar a todos os presentes que no ponto em que estamos, na Ordem de Trabalhos é “Reabilitar para Arrendar”, uma minuta de um contrato de financiamento sobre a forma de crédito, a celebrar com o Instituto de Habitação. Mas, esse contrato é pelo objecto que nele consta, mas a entidade gestora desse programa, não é a Câmara que vai contrair para o efeito, um empréstimo. A sua entidade gestora, como é sabido, é a Sociedade de Reabilitação Urbana, uma sociedade, cujo capital maioritário pertence ao Estado, cinquenta e um por cento, enquanto o Município, dispõe apenas, de quarenta e nove por cento. E o que eu pedia era um empenhamento particular do Senhor Presidente e do seu executivo para fazer perceber, à Administração Central, ao Estado ou, a quem tutela o capital que possui nesta sociedade, para que viabilize a realização de assembleias gerais e que permita a capitalização da empresa, porque assim, o esforço fica apenas pelo indvidamente da Câmara e, a entidade gestora acaba apenas por gerir o dinheiro que o Município contrai.

Relativamente à segunda questão e, à questão apresentada relativamente às repúblicas, devo dizer que o problema não passa só pelo Município, pelo seu empenhamento e pela Recomendação que nós vamos naturalmente, votar favoravelmente, mas sobretudo também, na própria Assembleia da República, onde aí, os nossos deputados, os deputados de Coimbra, é a eles que me estou a referir, devem, para que a própria lei possa ser editada de forma geral e abstracta, sejam contempladas, não apenas as repúblicas de Coimbra, mas todas as que tenham o simbolismo idêntico e assim, contornar a realidade que a Lei deve compreender. Bem me lembro, que ainda há pouco, o Deputado do PS, Rui Duarte entreviu nesse sentido, para que fossem vigiadas e tuteladas, as repúblicas de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CPC):

“Senhor Presidente a minha primeira intervenção é para assinalar o valor, quer desta minuta de contrato, quer desta proposta. Acho que são duas intervenções necessárias. Não vou citar António Machado, vou citar, a vulgata popular e vou dizer, que: “*mais vale tarde do que nunca*”, porque é isso que o povo diz. Mas, “*Mais vale tarde do que nunca!*”. Não estarei totalmente de acordo com o Senhor Deputado Rui Marques! É uma pequena nuance! Eu não acho que o legislador não tenha que atender, às especificidades. O legislador, não antedeu às especificidades neste caso, porque as especificidades eram de uma instituição cultural, tradicional e histórica da cidade de Coimbra. Se fosse em Lisboa ou Porto, há vários, variadíssimos exemplos, quer neste âmbito legislativo das questões da habitação, quer, em outros actos legislativos que se fossem, em Lisboa ou no Porto o legislador atendia às especificidades. É só uma pequena referência. A questão das repúblicas é uma questão essencial. Tem que ser tratada com essa especificidade Estamos a fazê-lo aqui! O nosso apoio é manifesto a essa circunstância, mas no entanto, deixarei uma recomendação ao Executivo Municipal: “*Nem todo o caminho se faz caminhado*”! Se todo o caminho se fizesse caminhado, nós não teríamos chegado provavelmente, à estratégia que levou à junção destes dois documentos. E nesse caso eu direi, que a jusante destas formulações administrativas, está uma intervenção prática no território que necessita absolutamente de ser extremamente qualificada. Eu apelo ao Executivo Municipal, digo, que há jovens, nesta cidade a necessitar de trabalho na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

área da arquitectura, na área da engenharia são técnicos que são formados pela nossa Universidade que precisam de trabalho que faça dessas intervenções, a possibilidade desses jovens mostrarem ao mercado de trabalho, mostrarem à sociedade daquilo que são capazes. Desafiava também o Executivo Municipal, a fazer concursos, a criar situações que promovam o mérito, nas intervenções, nas repúblicas, nos edifícios para arrendar, no nosso Centro Histórico, porque nós temos pessoas capazes de transformar no Centro Histórico intervenções extremamente classificadas no âmbito do restauro, no âmbito da reabilitação urbana.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Em relação á matéria que aqui já foi expendida e que constitui o cerne do ponto da Ordem de Trabalhos, já o meu camarada Manuel Rocha se pronunciou sobre isso, e naturalmente, que merecerá o nosso voto favorável, assim como, esta proposta/adenda/recomendação que é feita pela Coligação por Coimbra, nos merece também, o nosso voto favorável. Só que tememos que seja curta.. É curta e verifica-se que é curta porque, a própria proposta que é aqui apresentada,... é curta, em relação à questão de charneira, que são, as questões das repúblicas. Porque arriscamo-nos a, se não forem tomadas medidas mais rápidas, mais céleres, se for, ... e parafraseando que *“o caminho se faz caminhando”*, o caminho faz-se caminhando mas, a pressa, ... as coisas também, ... se pode caminhar mais depressa ou mais devagar porque se caminharmos devagarinho, o problema é que podemos chegar à altura, em que sejam aprovados os empréstimos aqui propostos ou a requalificação, com base nestas propostas e já não tenhamos repúblicas, para reabilitar. O caminho que se está a seguir, está a levar à extinção, ... ainda aqui há tempos, foi extinto, acabou, o contrato da *“Republica 5 de Outubro”*.”

Valeria a pena também, ter em consideração! Porque nem todas as repúblicas sendo Património Imaterial da Humanidade, constituindo parte da obrigação contratual que esta cidade assumiu, perante a UNESCO, de manter este património. Isto, aqui é uma obrigação contratual, não se trata de favor nenhum que estejamos a fazer a ninguém. É um compromisso assumido por todos e que temos todos de cumprir. A questão que se coloca, é que se caminhamos assim tão devagarinho, chegaremos a um ponto em que já não podemos cumprir, por inexistência de matéria para o seu cumprimento. E facto, a questão da Lei das Rendas, as leis deliberam também, sobre as excepções! As leis são gerais e abstractas, mas pronunciam-se sobre matérias concretas! Se assim não fosse, se fossem tão gerais e tão abstractas, os aposentados, os maiores de setenta anos, não teriam privilégios concedidos pela Lei das Rendas. Não é como foi aqui dito! Há excepções e só não foram tomadas, porque não quiseram! E, só não são tomadas se não quiserem! Só não serão fabricadas alterações ou propostas alterações e aprovadas alterações, se a maioria da Assembleia da República, assim não o quiser. Temos que avançar naquilo que é efectivamente, um dos aspectos de estrangulamento maior, em relação às medidas. É óbvio que nada impede, apesar de ser meritória esta proposta porque se trata de um mecanismo de consolidação financeiro que pode eventualmente, aliviar os cofres do Município, penso, que não nos devemos demitir de tomar outro tipo de medidas que se justifiquem necessárias para cumprir, volto a insistir, a nossa parte do contrato que estabelecemos com a UNESCO, para a defesa de Coimbra – Alta de Coimbra, como Património da Humanidade.”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Eu queria apenas fazer duas pequeníssimas notas, em consonância com o que já foi dito, não apenas, por vários membros da Assembleia, como, pelo meu camarada José António Bandeirinha. Um ponto que me parece que deve ser sublinhado é o seguinte: Esta intervenção que tem a natureza essencial que sabemos é, para ser gerida por uma entidade, sobre a qual, temos muito pouca informação ou melhor, a noção que temos é de uma grande paralisia. Estamos a falar da SRU! E estamos a falar da SRU, enquanto entidade que na verdade, nos parece paralisada por um lado e por outro lado, como entidade onde se deve fazer um encontro de posições e de recursos entre o Poder Local e o Poder Central. Esta questão é para nós muito preocupante e gostaríamos de ver de que modo é que, ... quase que poderia dizer “deste modo” uma ambição como aquela que está expressa nesta intervenção, pode ser realizada, numa circunstancia, tão parca do ponto de vista da capacidade de intervenção, neste domínio da reabilitação urbana. A outra questão que gostava de sublinhar é que com certeza, avancemos, mas, é também notório que a componente de habitação, neste plano de investimentos é relativamente parca, visto, que só uma parte, se destina a intervenções habitacionais, quer para fins residenciais, quer outros. Há uma componente que provavelmente é importante, mas que justamente desfoca um pouco, a centralidade que se quer dar às questões habitacionais que é, designadamente, a componente que se não me engano, vai quase para três milhões de euros de arranjos urbanísticos. As duas coisas estão ligadas, indiscutivelmente. Não nego isso, mas a verdade, é que nós precisamos de mais e, mais prioridade quando se trata de intervir nesta área, para as questões habitacionais.”

O Presidente da Assembleia deu por terminado o debate sobre este assunto e colocou os mesmos à votação.

Deliberação n.º32/2014 (15/07/2014):

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia vinte e três de Junho aprovar as cláusulas contratuais da minuta do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito, no valor até 2.954.699, € (dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove euros), incluindo seus anexos a outorgar com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU) para o financiamento das treze intervenções do projeto “Coimbra Reabilitar XXI”, aprovada no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, nos termos do n.º 4 do art.º25º da lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. A referida minuta do contrato e respetivos anexos, são parte integrante desta certidão.

Do mesmo modo, foi deliberado aprovar o compromisso plurianual, para efeitos de cumprimento da LCPA (Lei n.º 8/2012) e D.L. n.º127/2012, do plano de pagamentos previsto com o serviço da dívida com juros e amortizações de capital de empréstimo, conforme “Simulação do Plano de Utilização e Reembolso” do contrato de Financiamento acima mencionado e se prevêem até ao ano de 2025.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Proposta para a 2ª Fase de Reabilitação Urbana com inclusão das Repúblicas de Coimbra

Deliberação n.º33/2014 (15/07/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação atrás transcrita sobre Proposta para a 2ª Fase de Reabilitação Urbana com inclusão das Repúblicas de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declaração de voto deputado municipal Manuel Rocha(CDU):

“Senhor Presidente a declaração de voto vai no sentido de alguma incomodidade, digamos assim! Não incomodidade relativamente à votação desta proposta, que consideramos justa, mas incomodidade relativamente, aos dois pesos e duas medidas que uma força política pode suscitar, na prática política do nosso país. Nós consideramos, que a mão que aprovou a Lei do Arrendamento ou, consideramos que a mão que aprovou a Lei do Arrendamento, é a mesma mão, que propõe que faz esta proposta de Recomendação ou, pensamos que ela, não é a mesma. Eu gostaria de dizer aqui e apenas título, neste caso, pessoal que gostaria que no meu país, uma cabeça ou, várias cabeças do mesmo partido, pensassem sempre a mesma coisa e não, coisas diferentes. Porque é isto, como se costuma agora dizer nas paragonas jornalísticas, são atitudes destas que fazem com que os políticos não mereçam a confiança dos portugueses.”

Ponto 3 – Documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Coimbra:

Para este processo não houve qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, pelo que foi imediatamente colocado à votação.

Deliberação nº34/2014 (15/07/2014):

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com quarenta votos a favor e quatro abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 23 de Junho de 2014, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar os Documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 – Procedimento concursal comum para a categoria de assistente operacional (sapador florestal) – rectificação de deliberação:

Do mesmo modo este processo não teve qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, pelo que foi imediatamente colocado à votação.

Deliberação nº35/2014 (15/07/2014)

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado 26 de Maio de 2014, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar os seguintes documentos. “Procedimento concursal comum para a categoria de assistente operacional (sapador florestal) – rectificação de deliberação”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 – Protocolo de Cooperação sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e respectivo aditamento:

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

“Pelo Grupo Municipal da CDU congratulamo-nos por esta iniciativa. Várias vezes temos visto a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra de costas voltadas, com prejuízo naturalmente, daqueles que aqui representamos que é a população. É nesse sentido que ficamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

contentes com o facto de haver aqui, uma colaboração estreita que vai permitir a toda a população, usufruir de um espaço belíssimo que é a do Jardim Botânico e, naturalmente de todo aquele espaço. Lamentamos que este aspecto que está agora a ser feito, não se estenda, a outras vertentes. Lamentamos, se isto for apenas, uma lavagem verde e não reflecta, uma verdadeira preocupação ambiental desta Câmara para a sua cidade. Há pouco, o Senhor Presidente que mais uma vez, não está para nos ouvir, teve aqui espaço para fazer a sua intervenção e, escusou-se, a responder às questões que lhe foram colocadas dizendo, ... *“que a hora já estava adiantada”*. Parece-nos que mais uma vez, isto não passa, apesar de positivo, de ser apenas, um grão de areia, quando poderíamos ter aqui um espaço de abertura à área ambiental, com benefício das próprias populações.”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC)

“Não quero subcarregar a Ordem de Trabalhos em todo o caso, tenho o gosto pessoal para além do mais, em referir aqui a este tema, visto que em idênticas circunstâncias e obviamente co outro estatuto, já o fiz no Senado da Universidade de Coimbra. Eu tenho que saudar, como esta Assembleia suponho que unanimemente, saúda este projecto, esta cooperação, entre a Universidade e a cidade e muito em particular o seu objecto, isto é, o uso e a inclusão, na cidade que vai ser feita do Jardim Botânico e que há tantos, tantos anos, se falava disto. Quero manifestar esse regozijo também, e gostaria, ... quero exprimir um desejo! Gostaria que este fosse um ponto para elevarmos, digamos assim, a nossa ambição em matéria de qualificação dos espaços públicos da cidade. Sabemos que não estamos bem nesse domínio. Basta lembrar que somos provavelmente, uma das poucas cidades que não tem, uma ciclovia. É uma cidade, onde é muito difícil andar a pé. Coitados dos que vivem para lá daquela malfadada rotunda, ali, do Almgue. É uma cidade que sistematicamente desqualifica os seus espaços públicos! Veja-se o estacionamento de luxo que é o Pátio da Inquisição ou forma adulterada, como Praça Velha, é tantas vezes usada. Mas eu quero ser positivo! Bem sabemos que este projecto, que é um projecto realmente, muito significativo, muito emblemático que aliás, me parece muito enquadrado, através de um projecto e de um trabalho que nos foi aqui apresentado já, num documento, em sessões anteriores que me parece de qualidade do ponto vista do trabalho paisagístico e de arquitectura que aí está, ... quem sou eu para julgar isso, ... mas enfim, sou um utente, parece-me de qualidade e portanto, gostaria que ele fosse também, uma medida de ambição, para que se prolonguem intervenções desta natureza que qualifiquem a cidade.

Intervenção do deputado municipal Joana Martins (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Quereria naturalmente saudar a cooperação entre a Universidade e a Câmara. É com muito agrado que finalmente vemos esta questão resolvida na cidade, mas principalmente como arquitecta, penso, que devemos utilizar este Protocolo como motor para aumentar finalmente e estudar a relação entre as diferentes cotas da cidade. Dessa forma, penso que a Couraça de Lisboa, o Penedo da Saudade e uma possível paralela, ao Jardim Botânico, deviam ser estudadas e pensadas, para potenciar essas relações, tendo naturalmente sempre em consideração a questão da segurança e, a questão científica que o Jardim Botânico exige.”

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados

Sobre estes protocolos, além do que está escrito, considero que é importante partilhar com a Assembleia Municipal, o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

De facto “*o caminho faz-se, caminhando*”. A Mata do Botânico está encerrada desde a minha meninice, e já sou relativamente velho. Já aqui me chamaram disso, e eu assumo. Este trabalho, este acordo, é um acordo que resultou da cooperação activa de diversas individualidades e das nossas duas Instituições, Universidade de Coimbra e Câmara Municipal. E, eu quero testemunhar isso, perante a Assembleia Municipal. E é um caminho novo. Com ele, abre-se um caminho que vai permitir resolver aquilo que foi idealizado, em tempo anterior, a possibilidade da instalação do elevador mecânico da Rua da Alegria aproximadamente, ao Arco da Traição, ao sítio onde foi, o Arco da Traição. Fica substituída, pelo menos, pelo tempos mais próximos e substituindo-se esse elevador mecânico por uma solução de transporte que se deseja ambientalmente honesto, não poluente, ou tanto quanto possível, não poluente, vulgo “*Pantufinhas*” ou equivalente, a designação não é feliz, mas é o que é conhecido. Permite o uso daquela servidão pública que é criada, de sol a sol, não o resto do tempo, por razões de segurança, naturalmente, daí haver um comprometimento também financeiro da Câmara Municipal para segurança e para obras e já decorre o processo do concurso publico. O concurso, segundo o Código dos Contratos dos Concursos Publico já determinado, se realizar essa obra que é complementar a outras que têm financiamento também, dos fundos comunitários e que se encontram em curso por parte da Universidade de Coimbra.

Com este acordo, ultrapassa-se uma querela mais do que secular. Com este acordo, abre-se, pelo menos os mais optimistas vislumbram, que eventualmente, a EDP que tem ali propriedades, cujas, ... têm questões por resolver e que possa também vir a colaborar adicionalmente, a estes protocolos, para dignificar a entrada, a partir da zona Ribeirinha para o Botânico. O acesso ao Jardim Botânico e, franqueá-lo ao uso comum dos cidadãos da cidade e dos seus visitantes, sem prejuízo, sem esquecer claro, a função educativa, pedagógica e científica que tem aquele espaço. Com este acordo, a margem do rio, o Parque Verde da cidade, fica melhor ligado à parte Alta e, isso permitirá resolver algumas questões de estacionamento automóvel, a questão automóvel, é um dado que todos conhecem na zona do Polo I da Universidade e aqui, abre-se uma porta, para melhorar esse conjunto de problemas que nos preocupam a todos. Com esse acordo também é dinamizada, uma intervenção que é um compromisso do urbanizador dos Jardins do Mondego, no alvará de loteamento, cuja Câmara Municipal, que eu tive a honra de presidir, no século passado aprovou, e implica, a construção de uma zona pedonal da zona das Docas, da zona Ribeirinha, sobre a Avenida da Lousã e daí, sobre a Ladeira do Baptista e daí continuar adequadamente, para a circulação pedonal. Relacionado com isto e porque aqui foi referido antes, dar conta que por acordo, com a instituição da Universidade, o ITECONS de que somos parceiros também, está a decorrer, o estudo técnico de engenharia e das componentes que é preciso ter conta, para a construção da ciclovia, integrado num outro plano que é de potencialmente, a poder levar, até à zona da Figueira da Foz. Isso decorre pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e, com a intervenção directa da Câmara Municipal de Coimbra. É um projecto que está em articulação que implica os acordos dos Municípios de Coimbra, da Figueira da Foz e de Montemor-o-Velho, naturalmente, mas estamos a insistir na utilidade da ciclovia, na travessia no concelho de Coimbra, possa seguir da Portela, da zona da Ponte da Portela, cujos acordos com o Instituto das Estradas de Portugal, a ponte antiga, que vai ser usada para esse fim, para se poder fazer uma ciclovia, passando pelo Choupal até, ao limite do nosso concelho. Dado que há questões financeiras relevantes, mas que se estão a procurar resolvê-las ou ultrapassar, no actual Quadro Comunitário de Apoio, mas como isso começa a ser difícil dado que o projecto de execução,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

não está concluído. Se não for possível assim, que seja no próximo Quando Comunitário de Apoio - **Estratégia 2020**. E, é esta a informação complementar que eu achei importante partilhar com a Assembleia Municipal.”

Intervenção do Presidente da União das Freguesias de Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu :

“Eu ouvi e li com muito interesse esta proposta da ligação cidade ao Jardim Botânico e, vou abster-me, e porquê? Porque, se todos os projectos que são feitos pelo homem na vida resultassem bem, não havia fracassos, não havia insucessos. Eu tenho dúvidas em relação a este projecto. Estão aí técnicos da especialidade, vão chamar-me não sei quantos nomes, lá no íntimo deles.! E porquê? Porque o Jardim Botânico que é uma pérola mandado construir por Marques de Pombal e pelo Bispo Dom Francisco de Lemos e pelo arquitecto, um arquitecto, não fui eu, nem foi um sapateiro, foi o Arquitecto italiano Domingos (Domenico) Vandelli, com a colaboração de botânicos, como o Carriço, o Avelar Brotero, o Júlio Henriques e essas coisas todas, criaram ali, uma maravilha.

Então eu, com este projecto estou a ver isto devassado. Estou mesmo a ver que vai acontecer o mesmo, ... a segunda edição do Jardim da Sereia. Tinha guardas, era vigiado e então, era um sítio, onde nós podíamos estar com segurança e de lazer, tínhamos música à quinta-feira! Hoje, nem relva há na maior parte dos casos. A Sá da Bandeira, relva, “*viste-la*”. Por isso mesmo, eu estou mesmo a ver que ao nosso Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, mandado construir pelo Marquês, não vou repetir as pessoas e, na verdade, uma pérola única neste país, vai ser devassado e eu vou-me abster.”

Terminado o debate o presidente da mesa colocou à votação o seguinte ponto, particularmente, o Aditamento, porque é o aditamento que tem conteúdo financeiro:

Deliberação nº 36/2014 (15/07/2014):

A Assembleia deliberou, por maioria, com 43 votos a favor e uma abstenção e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 23 de Junho de 2014, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 100, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar o seguinte: “Protocolo de Cooperação sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e respectivo aditamento”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas

“Queria fazer uma declaração, em nome da nossa coligação, basicamente, com estes dois pontos: Em primeiro lugar, um voto de congratulação, pelo carácter inovador e de melhor relação, entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra. Este protocolo pode significar um início de uma relação diferente, em relação àquilo que são considerados, os anexos da Universidade de Coimbra e que são de facto muito onerosos na sua manutenção e, estou a falar, designadamente, do Jardim Botânico de Coimbra mas também, do Estádio Universitário de Coimbra, onde se espera igual cooperação, até maior cooperação, e dizer, que este é um início importante que nós queremos salientar e, ao qual nos queremos associar no apoio veemente. Em segundo lugar, dizer que consideramos bem, as ressalvas que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé Nova aqui deixou, Dr. Hélder de Abreu, que é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

homem prudente e avisado e que vem dizer-nos que convém que a Câmara acompanhe, com pormenor, não só as obras, mas facto, a manutenção deste espaço que é um espaço de facto, especial, de cuidado ambiental, não é só um espaço educacional, é um espaço com uma memória histórica relevante que deve ter medidas de acompanhamento, provavelmente, poderão até ser superiores, àquelas que neste momento estamos a prever, nesta fase. Diria que era bom que numa fase piloto, pelo menos nos primeiros dois anos, a Câmara acompanhasse, com pormenor, a entrada e a manutenção deste trajecto, avaliando os impactos no próprio Jardim Botânico em conjunto, com a Universidade de Coimbra”.

Declaração de voto do deputado municipal José Bandeirinha (CPC):

“Queria fazer a declaração de voto de aprovação deste aditamento ao protocolo, dizendo que a nossa aprovação, é consciente e plena e, reconhecesse o valor dele, desde que e, para não repetir, mas para secundar de certa maneira, aquilo que aqui disse o Sr. deputado Nuno Freitas, tudo aquilo que vier a ser feito, ao abrigo deste apoio financeiro que agora aqui temos, tenha uma qualidade de ponderação e, uma qualidade de excelência consentânea, pelo menos, com aquela que teve a intervenção do reitor Dom Francisco de Lemos e do Marques de Pombal. A intervenção contemporânea, tem que ter essa qualidade, tem que ser extremamente ponderada, pensada, em síntese, tem que ser tudo, menos “*caminhar caminhando*”.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Para sublinhar a importância do protocolo, desse novo espaço que se pretende e já a concurso, do espaço aberto, à cidade e que traduz, uma questão ideológica do casamento da cidade com a Universidade, que seja feliz e para toda a vida! Como aliás gostava que outro casamento, há pouco aqui referido perdurasse pelo menos até ao futuro acto eleitoral.”

Ponto 6 – Novo Modelo de Estrutura Orgânica Municipal – alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2014:

Deliberação nº 37/2014 (15/07/2014):

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 26 votos a favor e 18 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 7 e Julho de 2014, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar os seguintes documentos. “Novo Modelo de Estrutura Orgânica Municipal – alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2014”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

Tão só para salientar a obrigatoriedade legal constante no Orçamento Geral do Estado da redução obrigatória do número efectivo municipais no montante de dois, vírgula sete por cento, a tanto quanto obriga a lei e, que a defesa dos trabalhadores implica que eles sejam afectados a este quadro e bem assim que a discussão do aumento dos quadros, naturalmente ter-se-á que efectuar, num quadro legal, aquando da discussão e da aprovação do Orçamento Municipal.

Ponto 7 – “Em Defesa da Escola Pública”:

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“O ponto número 7 que foi introduzido por uma Moção, na última Assembleia Municipal, relativa à “Defesa da Escola Pública”, é hoje completado, por duas Moções, o tema é completado por duas Moções que estão em cima da Mesa contra o encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo e do Ensino Básico, em Defesa da Escola Pública que é da autoria do Senhor Deputados Manuel Rocha e outros, e também de uma outra Proposta, que é de resolução, ou Moção que é subscrita pelo sr. deputado Nuno Freitas e outros da Coligação PPD/PSD/PPM/MPT.”

MOÇÃO

Contra o Encerramento de Escolas do 1º ciclo do ensino básico em defesa da Escola Pública

A política de ataque à Escola Pública, tem tido no encerramento de escolas do 10 ciclo do ensino básico, uma forte expressão, com pesadas consequências,

Este processo, iniciado em 2006, levou ao encerramento de 2.500 escolas no período correspondente ao 1º governo do PS, durante o 2º governo do PS encerraram 701 escolas e, com este governo PSD/CDS-PP, já encerraram, desde 2012, 530 escolas do 1º ciclo do ensino básico. De 2006 a 2013 encerraram 3. 731 estabelecimentos do 1º ciclo.

Os sucessivos governos não têm respeitado as Cartas Educativas, ignorando assim, decisões legitimamente aprovadas pelos órgãos municipais e que correspondem aos interesses das comunidades que representam.

Nenhuma escola deve encerrar sem acordo dos pais, dos órgãos autárquicos, e dos representantes dos profissionais de educação. No domínio do ordenamento da rede escolar, a complexidade das determinantes que antecedem as decisões, têm de remeter para uma avaliação coerente de cada realidade, e não para uma uniformidade e centralismo, que tem vindo a ser prática dos sucessivos governos.

Milhares de crianças, entre os 6 e os 9 anos, vão continuar a deslocar-se das suas áreas de residência, para as novas escolas de acolhimento, com percursos mais ou menos longos, mais ou menos sinuosos, mas sempre com implicações a nível da segurança, a nível emocional, com alteração de hábitos e rotinas, e com consequências na qualidade das aprendizagens.

À revelia das realidades concretas dos territórios, e sem atender a objectivos fundamentais de desenvolvimento social e económico do país e das regiões, à revelia dos interesses das famílias e das crianças, o actual governo prossegue e insiste no encerramento de escolas, pretendendo concretizar no final do presente ano lectivo, ao encerramento de 311 escolas do 1º ciclo do ensino básico.

No concelho de Coimbra, são 5 as escolas que governo e pelo Ministério da Educação, quer encerrar em 2014.

A saber:

- EBI da Cidreira, EBI do Botão, EBI de Lordemão, EBI do Paço, EBI de Vil de Matos.

O encerramento de escolas que o governo quer impor, não se desliga da política de destruição do serviço público, que tem levado ao fecho de outros serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Coimbra reunida em 15 de Julho de 2014, repudia mais este ataque aos serviços públicos, manifestando o seu desacordo quanto ao encerramento de escolas do 1º ciclo do ensino básico, do concelho de Coimbra.

PROPOSTA

“COLIGAÇÃO PSD/PPM/MPT POR COIMBRA”

”PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DAS BOLSAS DE MÉRITO ESCOLAR DE COIMBRA”

Com o intuito de promover a excelência académica, reafirmar a educação como factor de progresso social, desincentivar o abandono escolar, premiar o mérito e reforçar o papel de Coimbra como cidade da Educação, vimos propor a criação de Bolsas de Mérito Escolar, a atribuir pela Câmara Municipal de Coimbra aos melhores Alunos que, em cada ano lectivo, concluem o ensino secundário em Escolas do Concelho de Coimbra, com as seguintes características:

- *20 Bolsas de mérito escolar no valor unitário de metade do valor definido para a propina máxima aplicável em universidades públicas, no ano lectivo subsequente;*
- *As bolsas serão distribuídas proporcionalmente pelos cursos científico - humanísticos, consoante o número de alunos inscritos, em cada ano lectivo;*
- *Pelo menos duas bolsas serão reservadas a alunos de cursos artísticos especializados e cursos profissionais;*
- *Para a atribuição das bolsas deverá ser considerada a classificação interna dos alunos, bem como ponderado o resultado obtido nos exames nacionais;*
- *A bolsa poderá ser majorada caso o aluno opte por frequentar um curso do ensino superior ou um curso de especialização tecnológica em estabelecimento de ensino do Concelho de Coimbra. Sugere-se uma majoração no valor de 25% do valor definido para a propina máxima aplicável em universidades públicas, no ano lectivo subsequente;*

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Esta Moção vem no sentido de várias outras intervenções que o Grupo da CDU e, outros grupos aqui presentes têm apresentado. Consideramos que não é indispensável, mas valeria a pena ser corpo docente de uma escola para receber o que é que esta em causa quando falamos na valorização e na defesa da escola pública. Se por um lado existe, um completo desalento por parte dos professores, naquilo que é uma política continuada de agressão, no sentido da destituição da escola pública, no cumprimento dos seus deveres educativos em geral. Poderemos também falar das carreiras. Podemos falar de um conjunto muito grande de iniciativas que tem vindo a ser tomadas no plano legislativo que se têm oposto à escola pública. Já não estamos a falar aqui no favorecimento, favorecimento, a nosso ver, ilícito, de formas de exploração económica da educação, em enquadramentos que são contrários àquilo que a própria lei indica. Aquilo que estamos a falar de facto é no ataque à escola pública e, que neste momento tem um novo episódio, repetição de um episódio que é o do encerramento das escolas do primeiro ciclo. Na nossa Moção nós fazemos menção, menção apenas, porque é justo que se diga aquilo que tem sido um processo iniciado, em dois mil e seis e que tem levado paulatinamente à destruição, à destabilização do Parque Escolar por um lado, das populações escolares, por outro lado e de facto de uma desconfiguração daquilo que é uma Escola Pública. Ultimamente temos vindo à assistir a um conjunto propostas que são colocadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aos nossos cidadãos que são, as propostas da venda de escolas. Coisas como estas! A venda de escolas, enfim, a concessão, para além de um outro conjunto de dados novos, para nossa equação que é a alienação de muito património. Há parque escolar que todos conhecem! Património esse que era necessário qualificar, sempre o defendemos mas que levaram de facto à alienação da propriedade. Da propriedade pública de uma escola para uma gestão empresarial e sobretudo, e isso é mais preocupante, para uma detenção da propriedade que poderá por em causa, a natureza pública da escola. Esta nossa Moção vai no sentido de obstar, de contrapor, aquilo que tem sido feito pelo governo de contrapor uma iniciativa de valorização e defesa de escolas. Nos temos neste momento no concelho de Coimbra, cinco escolas para encerrar; a EB1 da Cidreira, a EB1 do Botão, a EB1 do doe Lordemão, a EB1 do Paço e a EB1 de Vil de matos. Estes encerramentos são normalmente cegos, como tem vindo a ser. É preciso que se diga que têm vindo a ser encerradas, ... foram encerradas até agora, cerca de duas mil e quinhentas escolas, no primeiro governo de Sócrates, foram, setecentas e uma escolas, no segundo governo de Sócrates e, desde dois mil e doze quinhentas e trinta escolas já vão sendo encerradas. Entre, dois mil e seis e dois mil e treze, encerram em Portugal, três mil setecentos e trinta e um estabelecimentos do primeiro ciclo. É importante que se diga também, que estamos a assistir à desertificação, não só, das actividades produtivas mas também, neste momento, as escolas, naquilo que é uma completa extinção de tudo aquilo que é o tecido habitacional e civilizacional do nosso país. Nós consideramos que aquilo que está em causa de facto, com o encerramento das escolas é apenas um passo naquilo que é, a não planificação de um Portugal sustentável. Consideramos que as escolas são neste caso, clamorosamente, ... a extinção das escolas, é qualquer coisa de indigno. Não está em causa no entanto, "ser contra", isto é, pura e simplesmente, o encerramento das escolas. Nós sempre pensámos que as escolas deviam ser entendidas, como parte daquilo que é o tecido populacional e como tal, deve ser visto, não só, a questão do número de crianças que estão nas escolas, mas também, a importância que essas crianças e, a importância que essa escola tem para a fixação da população e não só para um melhor atendimento das crianças em causa. Estes cortes têm vindo a ser cegos. É nesse sentido, é contra isso que nós apresentamos esta Moção.

Intervenção do Presidente da Freguesia de Torres do Mondego (PS):

“É com enorme prazer que venho pela primeira vez falar aqui, perante esta digna Assembleia.

Em defesa do ensino público de qualidade! O ensino público em Portugal, tem sido palco “de quando, em quando” e alguns experimentalismos bacocos que deterioraram a sua qualidade, tendo nos actuais ministros e Ministério da Educação, expoentes máximos desses desvarios. Quando a trajectória no índice do programa internacional da relação de alunos, no momento conhecido como “Índice de Pisa” era no sentido da melhoria constante daqueles valores, até à vigente a equipa ministerial, coincidência ou não, e eu acho sinceramente, que não é coincidência, o nosso ranking tem piorado daí em diante. Nunca uma equipa ministerial de educação provocou tanto dano, em tão pouco tempo. Há quem, bem mais versado do que eu, nestas questões da educação chame a este tempo, e passo a citar: “*A desolação dos anos de Crato*” – vidé, *Santana Castilho*, no *Jornal “O Publico”*, de vinte e três de Abril de dois mil e catorze. São vários os aspectos que têm contribuído para tal desaire! O aspecto demográfico, o acentuado declínio da natalidade, com a conseqüente queda da população estudantil, tem sido tratado, como é hábito, neste governo e, por arrasto por esta equipa ministerial da educação, como uma famosa caricatura, como “*um elefante numa casa de cristais*”. Para além da falta de políticas tendentes a reverter o pior índice de natalidade da Europa, cujas conseqüências serão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

desastrosas para o país, a médio e longo prazo, o ministro e a sua equipa tem errado de modo sistemático, nas soluções encontradas para a actual população estudantil. Aumentar o número de alunos por turma, encerrar escolas a oito, sem ter em conta, o contexto socioeconómico social das populações por ela servidas, entre outras mediadas sem nexos, em nada beneficiam a qualidade do ensino. O aspecto pedagógico. Não sei quais as referências pedagógicas utilizadas por esta equipa ministerial! Se a Cartilha do Estado Novo, como referenciou com algum elevo, o Doutor Durão Barroso, se as inúmeras publicações do Senhor Ministro da Educação, antes de o ser, se directivas dadas por consultores da Troika, sei lá! Sei lá eu, que outras mais! No entanto, todas elas se encontram na antítese, daquilo que são os mais recentes conceitos, sobre pedagogia. Aconselho vivamente o Senhor Ministro e a sua equipa, a visionarem e a ouvirem atentamente, a conferência de Sir Ken Robinson de dois mil e seis, no TEDx. Esta, e muitas outras visões de outros pedagogos, talvez um pouco menos arrojadas, mas mesmo assim, bem mais interessantes, sobre a pedagogia mostram que a versão actualmente em vigor só tem um lugar num sítio “*o caixote do lixo*”. Aumentar o número de alunos por turma, tal como já referir anteriormente, diminuir a carga lectiva das disciplinas tendo que dar o mesmo programa, cortar quase todos os apoios que as escolas públicas tinham conseguido enquadrar com grande esforço, no seu espaço de tempo, são apenas, algumas das pérolas registadas neste período qual delas a mais brilhante. Também a experiência dos mega-agrupamentos, não tem acrescentado melhorias significativas no aumento de qualidade no ensino. Tem até revelado dificuldades crescentes na administração das várias constituíntes, desses colossos mormente, no que toca ao aumento da indisciplina e da violência. O aspecto dos recursos humanos e aqui cabe todo um manancial de números, porque é apenas em números que têm sido transformados docentes, discentes e alunos para serem alvo da operação aritmética mais utilizada por este governo – “*subtrair*” – também comumente conhecida como “*surripiar*” e mais vulgar ainda “*fanar*”, desculpem-me a expressão! Se o centro do sistema de ensino deve que ter foco nos alunos embora não exaltando em demasia tal desígnio para não potenciar o crescendo de tiranetes, tentar remodelar o ensino sem os docentes com aliados é um erro descomunal. Aliando a isto, a redução, outra forma mais soft, para a tal operação preferida deste governo, aliando a isto, a redução mais significativa do pessoal discente acarreta mais indisciplina, mais violência, mais dificuldade aos docentes em leccionar as matérias que devem servir de lastro para que alguém que se encontra em fase de formação, possa ter ferramentas para o seu futuro. Subcarregar os professores com um conjunto enorme de tarefas, não lectivas, e eu sei bem do que falo, diminuir o tempo que os professores têm para dar os programas, não ter melhorado o aspecto da colocação dos professores, tentado diminuir, outra vez o verbo, o “*status*” do professor dentro da sociedade, através dos constantes ataques ao profissionalismo e, à estabilidade da carreira docente entre outras acções, em nada contribuem para melhorar a qualidade do ensino. O aspecto do financiamento! Já cá faltava! Derek Bok ex – Director e ex – Reitor da Faculdade de Direito da Universidade Harvard, proferiu algo extremamente sábio quando afirmou o seguinte:” *Se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância*”. Ao estarmos a cortar na educação e também na cultura, é estarmos a hipotecar o futuro do país! Ambas são preponderantes para fazer pensamento! Ambas são necessárias para criar inovação e assim projectar o futuro. Já começo a questionar se esse não é mesmo um desígnio deste governo e, das teorias ultra neoliberais vigentes, ao nível também, de alguma Europa. Um povo inculto não questiona tanto! Por isso, devemos ponderar bem antes de cercear meios, para a educação! Temos de adaptar, os meios, em função do contexto, mas nunca por em causa, a qualidade do ensino! Não devemos também alimentar a promiscuidade entre, o ensino público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e privado! O que é privado tem que ter os seus próprios meios de sustentação, sem qualquer apoio do Estado, excepto, se este não dispuser de meios próprios, para poder facultar o ensino à população. Vejamos o exemplo de Coimbra! Tem capacidade nos estabelecimentos de ensino público para toda a população estudantil, mas continuam-se a financiar colégios privados. Se, o propalado conceito governamental, de rigor fosse, para ser levar à letra, então já se teria acabado com este financiamento injustificável. Não se deve no entanto diabolizar o ensino privado! Pelo contrário, também lá existem, docentes e discentes que necessitam do seu meio de subsistência! Ou será que estes, por leccionarem no ensino privado serão “*filhos de um deus menor*”, como diria Arundhati Roy? O ensino privado pode e deve ter ofertas diferenciadas, suportadas no financiamento próprio das inscrições e mensalidades dos seus alunos ou, no suporte de empresas, não devendo esquecer a subsidiação, através de bolsas para os alunos, com menores posses financeiras. Outros aspectos! Toda a sociedade deverá dar contributos, para melhorar o ensino em Portugal! Estruturas oficiais da administração central e local, estruturas locais diversas, docentes, discentes, pais e alunos. Também os sindicatos devem reformular o seu modo de actuação, pugnando por um ensino melhor e não se entrincheirando no corporativismo defendendo algumas posições que em nada dignificam o estatuto do docente. Aliás os professores já deram alguns sinais de não estarem de acordo com as posições dos sindicatos optando por acções fora do âmbito daquelas estruturas obrigando-os ir a reboque. Devemos também olhar para outros modelos de ensino de outros países e aprender com eles, sem fazer cópias “*ipsis verbis*” dadas as particularidades da nossa realidade. Ensino público de qualidade? SIM! Já amanhã!”

Intervenção da deputada municipal Ana Janine (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Neste ponto gostaria de repartir o meu tempo de intervenção começando por apresentar, uma Moção que eu creio que foi tardiamente circulada, mas que entretanto já circulou por todos e que no fundo, é a nossa proposta para a criação de uma Bolsa de Mérito Escolar, atribuída pela cidade de Coimbra. Como têm no texto que se encontra à vossa frente, à semelhança do que já fazem diversas autarquias, do que fazem várias juntas de freguesias, do que fazem governos regionais bem como, outras instituições de impacto de uma determinada circunscrição local, entendemos que é importante, privilegiar o mérito académico, privilegiar o espírito da meritocracia e do desenvolvimento de cada um e do aluno, nesse sentido. Por forma a promover a excelência académica, a reafirmar a educação, como factor de progresso social, a desincentivar o abandono escolar que é um flagelo do nosso país, a premiar o mérito como disse e, a reforçar o papel de Coimbra, como cidade da Educação, vimos propor, a criação da Bolsa de Mérito Escolar, a atribuir pela Câmara Municipal de Coimbra. Como podem ver, sugerindo cinco pontos que nos parecem essenciais para nortear este prémio, esta bolsa, ... o que lhe quiserem chamar. Começamos por propor vinte Bolsa de Mérito escolar, com o valor unitário correspondente, a metade da propina que seja aprovada para as universidades públicas no ano lectivo subsequente àquele em que se estão a atribuir os prémios. Neste momento, esta bolsa andaria na “*casa*” dos quinhentos e cinquenta euros, mas sobretudo, é preciso perceber que seria um apoio, ...metade da propina que um aluno teria de suportar, num primeiro ano de ensino superior. Propõe-se que estas bolsas sejam distribuídas pelos alunos, proporcionalmente à quantidade de alunos que estejam inscritos nos diferentes cursos científicos-humanísticos: das letras, às ciências, à economia e às artes, sendo duas, pelo menos, reservadas a alunos de cursos artísticos especializados e, cursos profissionais. Propormos que se considere, a classificação interna das escolas bem como, os resultados dos exames nacionais, bem e que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

atribua uma majoração de vinte por cento do referido valor da propina, aos alunos que optem por permanecer, no concelho de Coimbra, seguindo, quer um curso do ensino superior, quer um curso de especialização tecnológica. Esta é a nossa proposta! Creio que é razoável! Não implica um montante muito elevado e sobretudo, creio que passa a mensagem correcta. Que está presente no Município, desde o Executivo aos grupos com representação na Assembleia porque, não sendo esse o caso, não estaríamos aqui hoje com um ponto, a falar da educação e da qualidade da educação. Nessa medida creio que não será difícil concordarem com a nossa proposta! Assim o espero! Num segundo momento gostaria de abordar o tema em apreço, o tema de fundo que nos traz aqui a este ponto, abordando aqui algumas questões que suscitaram, relativamente, ao documento que dá origem ao próprio tópico, ao apelo que nos foi circulado. Fala-se na necessidade da educação, na necessidade da escola pública. Acho que também podemos concordar todos que a educação é base fundamental de qualquer sociedade democrática. É a educação que constrói cidadãos. Só cidadãos esclarecidos podem fazer valer, seus direitos. Só cidadãos esclarecidos podem entender os seus deveres. E nesse sentido, a educação, entendemos, tem que estar ao dispor de todos. É um direito que universalmente se deve garantir! É um direito que deve estar ao dispor da generalidade dos cidadãos. Nessa medida, a escola pública merece todo o nosso respeito, todo o nosso louvor, todo o nosso apoio, na medida em que, nesta sociedade democrática que se desenhou nos últimos anos, é o garante da educação para todos, é o garante da educação, ao dispor de cada um. Existem grandes diversos problemas com escola pública. Alguns deles são transversais às escolas, genericamente. Muitos deles já foram aqui abordados hoje. Muitos deles são, mais problemas de sociedade do que propriamente, problemas da escola ou da educação e, gostaria de ressaltar alguns, como disse, alguns já nomeados, outros que não sei se foram abordados. A violência nas escolas! Não me parece normal que um espaço de educação, um espaço de cultura, possa não ser, um reduto seguro para aqueles que ali estão a aprender. Não se pode aprender em segurança, parece-me. O desafio que se coloca ao acto de ensinar. A fragilização da personalidade que é o professor, a fragilidade exactamente, que esta personagem, essencial/fulcral na escola hoje em dia tem, mas também a confusão que se gera entre todos os agentes educativos, quanto aos currículos que acumulam a cada par de anos. E em último lugar, aquilo que já referimos antes na proposta que aqui fizemos. O abandono escolar é uma questão que nos deve verdadeiramente envergonhar. Que nos coloca na cauda da Europa, atrás da Bulgária, por exemplo. Acho que é de reflectir sobre este número. Acho que não se pode olhar para a questão do ensino, para a problemática do garantir a educação universal, do assegurar a escola pública, sem se olhar para todos estes problemas. Reconduzir, como eu entendo, que não seja, o que está por trás, mas como se verte, no apelo que no foi feito chegar, reconduzir todas a questões a financiamento, parece-me redutor. O financiamento, obviamente faz falta. E os cortes, em qualquer financiamento, em qualquer coisa que se queira fazer, tornam sempre mais difícil. É um desafio maior cumprir o objectivo que se tem, sem dúvida! Mas também não nos podemos esquecer e, não podemos passar ao lado do facto de que muito que se passa no últimos anos, para não dizer tudo, mas dizendo muito, sabemos todos e não vale a pena circunscrevermos o tema, mas muito do que se passa nos últimos dos anos, não é ideológico. Estamos a pagar muitas facturas. Acho que podemos olhar para tudo, na nossa sociedade e ver cortes, em qualquer área em qualquer aspecto. E tudo isso tornou tudo muito mais difícil. A vida de cada um de nós. Cada um de nós, sofreu com isso. Cada um de nós tem mais dificuldades em gerir o seu dia-a-dia e, o Estado, sem dúvida, tem mais dificuldade em cumprir o seu papel. Que não pomos aqui em causa que é assegurar a educação para todos, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

não se pode uma vez mais reconduzir, toda a questão da temática do ensino, a cortes orçamentais. Inevitavelmente vamos ter que gerir, o delicado equilíbrio entre o fim que prosseguimos e os meios de que dispomos. E esses, não são muitos. E também há que precisar aqui uma questão. Quando se fala nas condições, na maneira como se reorganiza, naquilo que se põe ao dispo dos cidadãos. Nem sempre manter uma escola aberta com cinco alunos é positivo. E, não sou eu que digo isso, porque eu não percebo nada disto. Sei do conhecimento comum, que qualquer um de nós sabe se interessar pelo tem e se for estudá-lo. Mas dizem-nos os pedagogos, dizem-nos os educadores. Cinco crianças de vários graus numa sala, não ajudam ninguém, muito menos, a elas próprias. Portanto, temos que ter também algum critério quando falamos nas reorganizações. Do mesmo modo saber que durante muitos anos asseguramos muitas escolas abertas sem quaisquer condições. Portanto perceber, ... não estou com isto a defender o encerramento das escolas, de todo, estou simplesmente a dizer que não se pode tratar os temas com superficialidade. Sim! Isso mesmo! Superficial a tratar este tema! Há que perceber o que é que está a ser feito, porque é que está a ser feito, com que meios é que está a ser feito e que fim é que se pretende prosseguir. Uma criança não tem que estar dentro de uma sala de aulas, com o telhado roto a chover-lhe ao lado,... é uma coisa boa. E se ela tiver que ir para uma escola, se calhar um bocadinho mais longe, porque nós, não podemos reparar todas as escolas deste país, antigas e com o muitos anos, se calhar, é a melhor solução que temos à dispor, não sei! São casos a analisar caso a caso e não podemos ceder aqui à demagogia. Por último, gostaria de referir a questão do cheque ensino que é um tema que preocupa autores e subscritores deste apelo. Há uma premissa sobre a qual, não podemos deixar de estar de acordo, os educadores, os pais que são quem, em primeiro lugar têm esta obrigação de educar. São os educadores primários! Os pais nunca poderão deixar escolher o que é melhor para os filhos. Os pais normais! Pelo menos, é sobre essa bitola que nos estamos a seguir. Os pais escolherão sempre o que é melhor para os filhos. Aceitar que o cheque ensino vai desviar alunos do público para o privado é estar assumir que o privado é melhor que o público e, eu com aluna da escola Secundária Infanta Dona Maria, da Escola Básica Eugénio de Castro, não posso concordar com isso, ...como aluno do Conservatório Regional de Coimbra, não posso concordar com isso. Há imensas instituições públicas que rivalizam com Instituições privadas. Coimbra é talvez, o melhor exemplo que eu conheço, desse facto Não me parece que o cheque ensino, em Coimbra vá desviar alunos de óptimas escolas que pontuam sempre, muito à frente das privadas, por muito que as pessoas não queiram olhar para os rankings, mas ainda assim. Por último, ponho também, esta questão. Se esse pai zeloso vai escolher o ensino privado tendo por base, o valor que é atribuído a todos os estudantes e se vai escolher o ensino privado, porque entende que é o melhor, vamos restringir-lhe a liberdade de escolher o que é melhor para o filho? Parece que defender direitos e assegurando aqui que nós vamos, sempre, porque esta foi a premissa do início da minha intervenção, defender que a educação, deve estar disponível a todos e é um direito generalizado, vamos defender este direito, restringindo liberdades? Não me prece que isto seja produtivo e parece-me profundamente antidemocrático E uma vez que hoje estamos numa onda de citações, tenho que vos deixar, a minha! Jean Piaget, conhecido pedagogo e pessoa que pensou profundamente, a questão da educação, disse: *“o principal objectivo da educação, é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram”*. Não queremos mudar, ser avessos à mudança, só porque ela é isso mesmo, “mudança”, parece-me contrária à educação que todos nós recebemos do estado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Terei que ser brevíssimo. Mas ao mesmo tempo, não posso deixar de referir que acho notável que a Assembleia Municipal discuta este tema! Porque Coimbra é de facto também, uma cidade de educação! É uma grande cidade de educação! Penso que vale a pena perdermos alguns minutos bons, se calhar, ganhar alguns minutos bons, numa boa discussão sobre a escola pública. Julgo estes temas embora possam não ter uma consequência estritamente municipal. São temas de facto relevantes para uma boa discussão, bem preparada e teoricamente estimulante também da Assembleia Municipal de Coimbra. Eu queria deixar três apontamentos, que são políticos. Em primeiro lugar, em nome do PSD, não posso deixar, ... porque isto é recorrente e sobretudo, para não ter depois declarações de voto, como tivemos há pouco, esclarecer qual é a posição programática do PSD, porque nós somos os autores materiais da Lei de Bases do Sistema Educativo. A Lei de Bases do Sistema Educativo foi uma proposta do PSD, foi aprovada por unanimidade pela Assembleia da República, felizmente, mas de facto, é da nossa proposta. Nós, já tivemos presidentes do nosso partido que foram Ministros da Educação. Nós temos uma consciência clara sobre o papel da educação, sobre o papel da escola pública, sobre o papel da escola privada e também de outros sectores, até dos sectores sociais que também, na área da educação, têm um papel, designadamente, na educação pré-escolar ou na educação de adultos. Portanto, gostaríamos de não afunilar esta discussão em slogans. Percebemos que designadamente, a CDU tem cartazes na rua, dizendo em “*defesa da escola pública*”! Achamos bem que o façam! Está de acordo com o seu ideário, com a sua proposta política e, portanto que encontre também outros modos sobretudo, quando isso tem adesão em organizações sindicais, em associações de estudantes, organizações municipais, etc., percebemos perfeitamente que haja esse trabalho político que é de suscitar adesão, discussão sobre estas matérias mas não podemos, desculpem, aceitar que cada vez que discutimos esta matéria, se lance designadamente, sobre o PSD e também sobre o CDS,... mas quero aqui responder pelo PSD, uma vez que é o partido que está a encabeçar a Coligação que está no Governo que o PSD quer destruir a escola pública, desmantelar a escola pública e outro tipo de palavreado que é de slogan. Nós temos que saber com propriedade quando vimos para uma discussão destas, saber por exemplo aquilo que o Partido Socialista subscreveu no memorando da Troika e que afecta a área da educação. porque se não faz sentido vir falar em constrangimentos financeiros quando todos sabemos o período que tivemos e a subscrição que tivemos e tinha medidas explícitas na área da educação. Convém ter também, responsabilidade política. Nós queremos aqui assumi-la! Seguramente, seremos alvos de críticas e teremos visões diferentes, sobre o papel da escola pública. Nós entendemos, tal como está escrito, na Lei de Bases do Sistema Educativo que há um sistema público mas há também um sistema privado de educação! Respeitamos os educadores públicos e privados! Aceitamos que haja críticas, em relação à fragilização da carreira docente! Percebemos que de facto em vários sectores, aliás, não só na educação, as mudanças, designadamente, o estatuto da carreira docente, colocam problemas novos aos professores, mas temos chamado à atenção para outras perspectivas e queremos dizer-vos aqui, directamente que nós estamos activamente encontrar políticas de natalidade que isso sim, é um problema essencial deste país e sobre o qual, não vale a pena andarmos a dizer que vamos fazer planeamento de escolas. Ou andar, como o Senhor Presidente da Freguesia, ... desculpe, não lhe vou falar sobre a questão do “*rabo no poder*” e de outras expressões bonitas que utilizou, mas devo-lhe dizer que era bom que aceite também, com humildade democrática que o seu papel com presidente da junta é transitório. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

democracia, todos os nossos papéis são transitórios, o nosso aqui também é transitório! O seu também será! A democracia nisso é, ... esteja descansado que o povo lhe dará a resposta devida, no devido tempo sobre os seus méritos e os seus deméritos. Não faça ameaças, em nome do povo, porque o Senhor não tem direito, a fazer ameaças em nome do povo, muito menos ao PSD: Quero-lhe dizer que aquilo que foi feito e, aquilo que está a ser feito pelo PSD, é algo seguramente de crítica, de sugestão, de diferença, mas nós também temos os nossos motivos, para nos defendermos. Olhe, quero dizer-lhe que por exemplo, que em relação ao fecho das escolas básicas, eu estava cá nesse executivo, há cerca de dez anos, doze anos atrás, quando fui ver várias escolas, onde havia mais ratos do que alunos! Mais ratos do que alunos! E sinceramente, eu estou muito satisfeito, por termos fechado várias dessas escolas! Porque não fazia sentido termos escolas com dois, quatro alunos, em que os próprios professores nos pediam, que de facto fazia todo o sentido, mas nós não podemos dizer isto, à frente dos pais, mas faz todo o sentido, juntar todos os miúdos em escolas melhores, com melhores condições, nem que para isso, tenhamos que prever transportes, que foi isso que na altura se fez, para que os alunos de facto se agregassem em escolas com melhores condições. Isso para nós fez todo o sentido e não tenho nenhum problema em dizer-lhe! Portanto, não vale a pena dizer que o PSD quer fechar as escolas pública, lá onde, se quer favorecer, o ensino privado, para com isso, ter uma lógica perniciososa de desfavor das entidades públicas, em favor das entidades privadas ou sequer prejudicar as populações que é algo que não passa evidentemente pela cabeça de um partido como o PSD. Por último e quero aduzir este argumento, Senhor Presidente, peço desculpa, são mais dois minutos. Quero dizer a todos aqueles que nos acusam de, ... como já ouvi aqui hoje de “*neo-ultraliberalismo*” quero dizer o seguinte: Não haveria melhor altura do que o período que passamos de emergência financeira, para que os neoliberais, ficassem quietos! Porque aquilo que estava a ruir, era exactamente o modelo social e esse, qualquer neoliberal teria ficado satisfeito e quieto, porque na primeira oportunidade, em que não tivéssemos credores internacionais, a primeira coisa em que caíam, era nas funções sociais do estado. Não haja dúvida que a primeira coisa em que caía, era tudo aquilo que o estado suportava! Não estou a falar só nos vencimentos dos funcionários públicos! Estou a falar das funções existenciais! Olhe que eu conheço, na área da saúde ou funções na área da educação. Essas ruiam! E sobre esse escombros, viesse ou não viesse moeda diferente, viesse ou não viesse desvalorização ao novo pedido, sobre esse escombros, não haveriam estado social nenhum! Sobre esse escombros, não haveria nenhum estado social. O que lhe quero dizer, nós, como os tais “neoliberais”, temos muito orgulho, em ter salvo, o estado social. Temos muito orgulho em ter salvo, o estado social! E hoje poderemos ter ainda, talvez com diferenças, seguramente, com críticas, mas poderemos ter funções sociais do estado, na área da protecção do idoso, na área do rendimento social de inserção, na área do subsídio de desemprego, na área das escolas básicas públicas, etc., que também não têm que ser só públicas, vamos aqui dizê-lo, na área da saúde, em muitas áreas, ... nas pensões, em muitas áreas onde preciso que facto haja de um estado social e que haja uma economia social que como bem sabem, é também cara ao PSD. Senhor Presidente, foi um esclarecimento, se quiserem, mais programático, mas nós, que muitas vezes somos acusados e, aqui somos acusados, aqui somos acusados, somos obrigados a dizê-lo, num e noutro documento, somos acusados de dismantelar a escola pública, de queremos fechar escolas, etc., etc.,. Nós também temos que apresentar a nossa defesa, em nome da verdade e também, daquilo que verdadeiramente, defendemos para a área da educação que é de facto, um conjunto de participação da escola pública, da escola privada, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

mecanismos sociais, ou da participação social, também na educação e portanto entendemos que é isso que devemos continuar a fazer e a defender.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores Deputados

Temos um problema! O problema é o seguinte: Acho que tem sido uma excelente oportunidade para traçar argumentos relativamente, ao problema da escola, pública ou privada, é o problema do ensino, é um problema que nos afecta imenso e, é também obviamente, um debate ideológico que só valoriza esta Assembleia. Pena é, que a gente se perca em questões de “lanacaprina”, às vezes, e que os grandes temas, fiquem por discutir! É que nós estamos com vinte e cinco minutos para terminar a sessão. Digamos, quatro pontos na “*Ordem de Trabalhos*”. E ainda temos, sete inscritos para este ponto. Quer dizer, se nós vamos dar a palavra a estes sete inscritos. Isto significa que os outros pontos, não podem ser tratados. Coisa que me parece, completamente injusto e que desfralda todas as expectativas sobre aquilo que nos traz aqui, designadamente o ponto do “Orçamento Participativo”. Eu queria-vos pedir um favor. Queria-vos pedir que alguns de vocês prescindissem da palavra, para este ponto, passássemos á votação e, os que não quiserem prescindir falam um minuto, porque nós temos que passar imediatamente ao tema do “*Orçamento Participativo*”. Ponto um! Faltam vinte e cinco minutos para terminar! E também queria pedir aos Líderes políticos, para que entretanto resolvessem, numa proposta concreta, o problema das nomeações a fazer, para os dois últimos pontos desta Assembleia, entregando à Mesa, os nomes para poderem ser ratificados pela Assembleia. Também queria que resolvessem isso, rapidamente! Pedia às pessoas que estão inscritas, que são sete: Mário Carvalho, Ferreira da Silva, Pinto Ângelo, Leonor Barata, André Pereira, Horácio Santiago e Rui Soares que se partilham desta preocupação de ainda passarmos, para os pontos seguintes da “*Ordem de Trabalhos*”, designadamente, o problema do “*Orçamento Participativo*”, ou prescindissem do uso da palavra ou o reduzissem a um minuto. Estão de acordo com esta minha proposta? Então ficará um minuto, o máximo! Os outros se puderem desistir, melhor.

Intervenção da deputada municipal Mário Carvalho (PS):

Então muito rapidamente. Obviamente, que já percebemos que aquele lado da banca do PPD/PSD/PPM/MPT, tem uma forma muito privada de ver as questões, quer seja da educação quer seja, noutra contexto qualquer, na saúde, inclusive, e, para não me alongar muito, vou-me cingir apenas, à questão da Moção que a CDU apresenta e, transformando numa intervenção e não, numa declaração de voto, a bancada o PS entende, votar a favor da Moção e estar solidária com os presidentes de junta das Escolas EB1 da Cidreira, Botão, Lordemão, Paços e de Vil de Matos, já que, não é a questão ideológica que está aqui em causa, porque essa, estamos de acordo. Somos a favor da escola pública, mas sim, achamos, que deveria haver uma ressalva, porque peca um pouco pela sua restrição, pelo seu direccionamento político, subtraindo um pouco, os casos positivos que também a deslocação destas crianças implica, nomeadamente, as melhorias dos meios e tecnológicos e pedagógicos, nomeadamente, as questões de ordem de aprendizagem que melhoram com a socialização com outras crianças e, com maior numero de crianças e, como já aqui foi dito, não vemos vantagem que haja escolas com duas, três crianças e até inclusive, uma criança e, para não me alongar mais deixávamos aqui só essa ressalva, mas votamos a favor, a vossa Moção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Só para dizer que a proposta para a criação de “Bolsas de Mérito Escolar” de Coimbra, V. Ex^a não pode colocar à votação simplesmente, porque ela viola, a “Lei das Competências”. Isto, só pode ser competência do executivo da Câmara Municipal. Esta Assembleia, não tem competência, para criar qualquer bolsa de estudo.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Ouvi com bastante agrado mas confesso, que a partir de certa altura, me perdi do meio das enormes elucubrações, com grande significado e profundidade porque efectivamente, o que nós gostaríamos aqui de saber, é se a bancada da Coligação Por Coimbra, está de acordo, ou não, com o encerramento destas escolas em concreto ou, se elas têm ratos que justifiquem o seu encerramento. E se isso, não soubermos em concreto, a votação o irá dizer, O que está aqui em discussão, é esta proposta concreta, contra o encerramento de escolas do primeiro ciclo do ensino básico, em Coimbra que estão aqui claramente designadas. É isto que está em debate e sobre o qual, queremos saber, devemos saber e temos que saber soube pena, de fuga às responsabilidades da posição da Coligação Por Coimbra. Primeira questão. Segunda questão. Permita-me só concluir. Nós não defendemos por princípio a meritocracia, porque não se esgota em si mesmo, a avaliação da qualidade dos alunos, em relação às médias que possam vir a ter. Este ordenamento pode ser francamente falacioso, mas também, não estamos contra que se permeie, algum mérito e o esforço que alguns dos nossos jovens possam ter, também não é para nós, uma questão de princípio. O que não podemos é deixar que esta proposta que eu depreendo que seja feita ao Executivo, para que delibere em conformidade e isto, cabe nas competências da Assembleia Municipal, que tenha outro tipo de formulação. Não para os vinte melhores classificados, nesta lógica da meritocracia, mas pela divisão, pelas escolas secundárias de Coimbra, o que daria um rácio de cerca de duas bolsas, por escola e uma, para o ensino especializado e outra, a distribuir para o melhor aluno dos cursos do ensino profissionalizado tendo em consideração que se distribuem por várias escolas. Penso que a lógica,... não queremos ser igualitários, como o PSD que põe no mesmo barco e, faz a mesma avaliação, sobre aqueles alunos que frequentam escolas privadas ou que frequentam escolas públicas. Sabendo nós que quaisquer leigos na matéria que tenha esse estudo mínimo, sobre a matéria ou que leia jornais que há diferenças acentuadas em relação à frequência dessas escolas, arriscariam a que o Município de Coimbra, estivesse a subsidiar o mérito das famílias, mais ricas de Coimbra. Sabendo nós que não é isto que o PSD entende, que não quer, aparentemente, porque, se defende a escola pública e não a quer atacar, disfarça muitíssimo bem! Estaríamos de acordo em votar esta proposta da criação de “*Bolsas de Mérito*” se ela fosse formulada da forma como a estamos aqui a apresentar. Com a sua distribuição pelas vários estabelecimentos secundários de Coimbra, dando-lhe, ... público e privados, ... dando-lhe assim, um carácter democrático e, efectivamente, mais condicente com a realidade do ensino em Portugal e não, com as teorizações que de uma forma, mais ou menos brilhante, mais ou menos, sensaborona, nos trouxeram aqui.”

Intervenção do deputado municipal Leonor Barata (CPC):

“Eu vou ser muito breve. Não vou fazer aqui mais uma vez, um relato da importância da educação para a formação dos nossos jovens e das nossas crianças, porque ela é, por demais evidente, mas vou só dizer, duas ou três coisas, muito rapidamente. O que se está a tratar quando se fala da defesa da escola pública é uma questão ideológica obviamente, e mais do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

uma questão ideológica, quando defendemos a escola pública, estamos a defender a Constituição. É disto que se trata! Portanto, quando se fala do estado social e quando se fala dos deveres atribuídos pela Constituição, nós não podemos reduzir tudo, a uma “*coisa*” de “*lucro e prejuízo*”, de “*deve e haver*” como se pudéssemos contabilizar desta maneira o mérito ou o demérito da educação das nossas crianças e dos nosso jovens. Assim sendo, parece-me muito evidente que quando se fala de atribuição de uma “*Bolsa de Mérito*” e eu não estou e, nós não estamos particularmente, não nos repugna, a atribuição de uma “*Bolsa de Mérito*”, mas gostaríamos de pensar ao contrário. Que se calhar era importante reforçar os apoios escolares, a acção social escolar, para que todos os meninos e todas as meninas pudessem, um dia, ter uma Bolsa de Mérito” no sentido em que fossem os melhores da sua escola. Dito isto, e para terminar e, lendo a proposta para a criação da “*Bolsa de Mérito*” e, indo um bocadinho aqui, ao encontro do que o Deputado Pinto Ângelo disse, a nós parece-nos que as classificações, não podem ser, ou, é a nossa proposta, não devem ser, as classificações internas, mas devem ter em conta as classificações nacionais, pois só assim se consegue uma transversalidade e uma justiça na atribuição destas “*Bolsas de Mérito*”, mas estaremos disponíveis para dialogar.”

Intervenção do deputado municipal André Pereira (PS):

“A colega Deputada do PSD trouxe aqui uma ideia que parece muito apelativa da “Bolsa de Mérito”. Queria só dizer duas coisas. No seu próprio discurso focou que o grande problema na educação em Portugal, não é propriamente dos alunos muito bons. Quero dizer, os alunos muito bons das nossas escolas, sejam privadas, sejam sociais, sejam públicas, não parece ser o grande problema do nosso país. Focou e bem que o grande problema, é o abandono escolar. Dito isto, identificamos então o grande problema, é “*o abandono escolar*”, não é propriamente premiar, os alunos muito bons! Ponto, um! Ponto, dois! Há de facto, como já foi dito pelos colegas anteriores deputados aqui, incita uma ideia! Primeiro tudo é reduzido à venalização, isto é, ao aspecto financeiro. Como se o mérito tivesse que ter, um valor material traduzido em dinheiro. Portanto, é um conjunto de valores que merecem a nossa reflexão mais ponderada. Por outro lado, e aqui também repetindo um pouco aquilo que já foi dito, vem trazer sempre um pouco, ... uma certa reprodução de modelos estereotipados. Portanto, a sugestão que faria, é que se houvesse um debate muito pensado, como é que Coimbra poderia ser inovadora neste aspecto e utilizar, os recursos públicos, para exactamente atacar os problemas da sociedade portuguesa que são, o abandono escolar e não propriamente, enfim, a promoção através de incentivos financeiros aos alunos muito bons.”

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

“Começo por dizer que o estado social não desapareceu ainda, mas vais desaparecendo cada vez mais. Cada vez temos menos saúde, temos menos educação, menos apoio à terceira idade, por exemplo e, portanto, cada vez temos menos, estado social. Dizer também e foi por isso que pedi a palavra, que de todo, não concordo com a atribuição deste tipo de prémio. Acho que se devia valorizar muito mais, aquele aluno que com dificuldades económicos, sem meios financeiros suficientes, passa por vezes fome e, eu tenho uma filha no primeiro ano da universidade que conhece alguns casos, felizmente, ela ainda não sentiu essa dificuldade, mas tem apoiado alguns colegas e eu penso, que é a esses que nós temos que chegar e não, àqueles que são os melhores, porque têm já de si, as melhores condições, para serem os melhores alunos, não precisam de ser financiados, neste caso pela Câmara Municipal de Coimbra. Sobretudo, penso que a defesa da escola pública faz-se com condições, condições de escola,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

condições de acesso, condições de transportes, com condições de alimentação. Os meus parabéns a quem providenciou ainda para este ano lectivo, a fruta, a alimentação, para agora, para o tempo de férias. É com estes casos, com a melhoria das condições das escolas que nós defendemos a escola pública. Quem quer e tem possibilidades e vai para a escola privada, particular, no meu entender, paga!”

Intervenção do deputado municipal José Reis

O deputado José Reis pediu a permissão de palavra para dizer o seguinte:

“Queria fazer uma proposta ao Senhor Presidente e à Mesa. E já agora, se não me levarem a mal, deixem-me aqui, de uma forma muito leve, fazer uma pequena brincadeira. Parabéns Nuno Freitas! Conseguiu neutralizar o ponto da escola pública que a CDU agendou. Mas eu acho que é uma pequena brincadeira que eu sei que o humor do Nuno Freitas aceita.

Agora o ponto é este. Nós estamos aqui a falar realmente de assuntos muito interessantes. E se são assuntos muito interessantes então, faço a proposta que de acordo entre a todos, o agendemos já.

Porque há aqui várias questões desde a discussão sobre o que é uma “*recomendação*” o que é a “*deliberação*”, ... o qual é o conteúdo da proposta. Aqui sim, parece-me que faz todo o sentido. Eu gostaria, obviamente que o ponto seguinte, ... Senhor Presidente e queria-lhe propôs que a reunião fosse pelo menos, até às oito e meia, tivesse lugar, ... mas francamente, não é por egoísmo que estou a sugerir isto. Se queremos debater tudo, o que de forma rica, polémica obviamente conflitual de maneira positiva aqui foi estabelecida eu fazia-lhe esta sugestão! E, se estivessem de acordo, acho que podíamos guardar já as inscrições para a próxima sessão.”

Intervenção do deputado municipal Rui Soares:

“Só para responder aqui, ao Deputado Nuno Freitas.

Eu não sou pessoa de ameaças. Sou pessoa de avisos e entendam aquilo como um aviso. Já o tinha feito na altura das autárquicas, em que o Manuel de Oliveira e o Paulo Leitão visitaram a nossa freguesia e de facto, avisei-os várias vezes e aconteceu o que aconteceu!

Eu estou nisto de forma partidária! Estou nisto pelas pessoas! Da mesma forma que ataco, entre aspas, mas também chamo à atenção, ao PSD, ao PS, à CDU, a quem for necessário. E para dizer o quê? O PSD deu continuidade à reforma administrativa e juntaram o Botão a Souselas, porque deu jeito! Assim com deu jeito deixar, Brasfemes sozinho, porque o Ferraz já não se podia candidatar mais, porque se fosse o contrário, se fosse o PS a fazê-lo, já ligava a Vilela porque aí, já o Ferraz podia concorrer contra o Ricardo e assim sucessivamente. Eu sou contra esta trapalhada toda! Entenda-se!

Eu não aceito que andem com ataques e utilizem as pessoas e as crianças, como armas de arremesso. Não sou contra o fecho das escolas, sou contra a forma em como ela se está a fazer. Eu gostava que o Senhor Secretario de Estado, ou seja quem for, se dirigisse a Souselas e Botão e falasse connosco! E percebesse no local, ... eu quando digo que falo com muita gente durante o dia, falo mesmo, aperto as mãos às pessoas e sinto o que elas sentem! É por isso é que eu critico a forma como este governo está a actuar. Mas criticava se fosse o PS ou a CDU!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Entendo que o PSD está a fazer isto, porque a Câmara é do PS e a Junta, é independente, então, dá jeito fechar as escolas assim. Parece que estamos num país de ditadura.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores Deputados, vamos votar, não temos outra saída, porque não há acordo.”

Assim foi colocado à votação a **Moção “Contra o Encerramento de Escolas do 1º ciclo do ensino básico em defesa da Escola Pública”** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU com excepção do penúltimo parágrafo da moção:

Deliberação nº38/2014 (15/07/2014):

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar esta moção por maioria com 30 votos a favor, 11 votos contra e 2 abstenções.

Seguidamente foi colocada à votação a outra Moção que é a **Proposta para a Criação das Bolsas de Mérito Escolar de Coimbra**, apresentada pelo Grupo municipal da coligação (PPD/PSD/PPM/MPT)

Deliberação nº39/2014 (15/07/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar esta moção por maioria com 14 votos a favor, 13 votos contra e 16 abstenções **a Recomendação para a Criação das Bolsas de Mérito Escolar de Coimbra**.

Declaração de voto deputado municipal Sampaio Nora (CDS):

“Eu queria fazer uma declaração de voto relativamente à minha abstenção, ao não encerramento das escolas. É o seguinte! Eu fui sempre aluno do ensino público e fiz a minha instrução primária numa aldeia, fora dos centros urbanos, uma aldeia não muito longe daqui, mas fora dos centros urbanos. E considero relevante aquilo que está aqui, quanto à circunstância dos alunos da instrução primária, entre os seis e nove anos, não se afastarem das respectivas famílias e portanto, a não passarem o dia nas camionetas. A razão por que me levou a não votar a favor, é que eu não sei a razão, não está explicitada aqui, se a razão tem a ver com o número de alunos por exemplo a a minha escola, naquela altura pelos parâmetros dois teria sido extinta. Não diz aqui, se é só pelo número de alunos se é por outra razão qualquer! Só por essa razão é eu me abster. Se ficasse cá consignado foi isso que eu chamei á atenção, fosse só pelo número de alunos, então eu teria votado a favor.”

Ponto 8 – Orçamento Participativo:

Intervenção da deputada municipal José Reis (CPC):

“O que vimos aqui propor, o que propomos a esta Assembleia é que estabeleçamos um consenso sobre adopção do orçamento Participativo no nosso Município, Evidentemente, ao dirigir-se à Assembleia, estou a dirigir-me a cada grupo político, mas estou a dirigir-me também, ao Senhor Presidente da Câmara, estou a dirigir-me aos Vereadores, estou a dirigir-me, aos presidentes de Junta das Freguesia. Sabemos bem que o Orçamento Participativo, não é nada de novo, nem é nada de fracturante, como antigamente se dizia. Não é nada de radicalmente novo. Insisto, na vida democrática municipal. Pelo contrário, o orçamento participativo é hoje uma matéria, sobre a qual há muita experiencia, muito conhecimento, há até, muito estudo e, creio eu, tem sido consensual também, a noção de que ele tem enriquecido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a vida e, a gestão municipal. Tem enriquecido essa vida e essa gestão municipal, porque o poder local que é por definição, democrático, tem conseguido ser mais democrático, através de lógicas participativas que não são centrais, na própria deliberação municipal, mas são, diria eu, o “*Grão Sal*” que nenhum município que o poder local, não pode desaproveitar, para justamente, ter mais participação, aprofundar a democracia. Não é portanto nada de radicalmente, novo. É algo que pode merecer um consenso e, é para merecer esse consenso que trazemos aqui, esta proposta. Eu creio, que se pode dizer também, que verdadeiramente novidade, verdadeiramente desfasamento, é dos municípios que não têm hoje, orçamento participativo. Parecer-me-ia muito bem que fosse exactamente, na base desse consenso que o Município de Coimbra também o adoptasse. Insisto, ... há com certeza e já me vou referir a isso, razões técnicas importantes, há tempo que é necessário, mas a questão principal é a de lógica democrática e de lógica de participação. Eu suponho que nós temos razões positivas. Não quero ser muito prolixo, mas creio, que as que aponte, não desmerecem estar entre as mais importantes. Há razões de facto positivas, mas há também, razões negativas. Nós tivemos já aqui, e eu gostaria muito que o debate, sobre o orçamento municipal, fosse um debate que mudasse radicalmente de rumo e pudesse ser muito melhorado. Nós vimos as circunstâncias difíceis, em que discutimos aqui, um orçamento municipal, no fim do ano passado, para o ano vigente e vimos, quanta fragilidade, quanta incoerência, quanta necessidade de melhoria havia, há, que adquirir na nossa cultura municipal em matéria orçamental. Os orçamentos que aprovamos já sabem quais são as características que têm. São orçamentos que têm grande incoerência, têm baixa taxa de execução, que tem uma dose de artificialidade muito grande. Portanto, também não podemos, creio eu, para além das tais razões positivas que já indiquei, creio que também não nos podemos sentir bem, com o modo como até agora, temos deliberado sobre o orçamento municipal. Acho que precisamos desse “*grão de sal*”, posso dizê-lo outra vez, para justamente, podermos melhorar tudo! Podermos melhorar os processos democráticos, podermos melhorar a participação e podermos de alguma maneira também, melhorar a toda a nossa cultura orçamental municipal. Evidentemente que o orçamento participativo precisa de tempo! E por isso, a proposta que aqui trazemos e temos que corrigir, aliás, uma data na proposta escrita que apresentámos, a proposta que aqui trazemos, é que se constitua uma comissão, para começar a preparar o orçamento participativo. Isto é, que a Câmara constitua, nas formas que propomos e que está escrito na nossa proposta, constitua quero dizer, dê início ao processo, para que se constituía essa Comissão. Porque na verdade, o orçamento participativo é, em primeiríssimo lugar também, um processo de aprendizagem! Acho que precisamos de desencadear esse processo de aprendizagem, isto é, precisamos de criar capacidade. E é isto, creio eu, que também vale a pena ser sublinhado. A nossa sugestão portanto, é que, não certamente, e é pena que assim seja, mas também sabem que temos proposto, o Movimento de Cidadãos por Coimbra, através do Vereador José Augusto Ferreira da Silva, propôs isso em Janeiro, propôs isso em Maio e evidentemente gostaríamos muito que este processo estivesse preparado para o orçamento de dois mil e quinze. Sabemos que não é possível! E, não sendo possível, é no entanto urgente para que essa capacidade técnica, esse processo de planeamento possa ocorrer para que possamos tê-lo então de boa forma e com boas lógicas de participação, no orçamento de dois mil e dezasseis. A nossa proposta como leram, é que façamos aquilo que é, mais ou menos corrente. Que seja evidentemente, um orçamento deliberativo, porque isso, por contraposição, não vou agora aqui maçar-vos, até porque os presentes sabem com certeza, tanto como eu desta matéria. Não vou aqui maçar-vos sobre a distinção entre um orçamento deliberativo e um orçamento meramente consultivo Uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

coisas que a experiência já demonstrou e por isso podemos beneficiar dessa experiência é que justamente o que funciona é orçamento deliberativo e propomos que haja uma percentagem que é sempre pequena que situamos entre cinco e dez por cento do orçamento de investimento que esteja justamente distribuído, afecto, alocado a esta finalidade. A forma de o fazer é uma forma que tem que ser muito ponderada, muito consensual e sobretudo, para programar modos de “fazer bem”. É este “fazer bem” que eu creio que nós precisamos na nossa vida municipal e em nome do Movimento dos Cidadãos por Coimbra, aqui trazemos esta proposta.

Proposta de Recomendação ao Executivo

Orçamento Participativo

Considerando que:

- a) Por força do disposto na al. c) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013 de compete à Câmara Municipal “*Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões*”, estando, por isso, dentro das suas competências promover e dar execução ao ORÇAMENTO;
- b) A Constituição da República Portuguesa, no seu art. 2º estabelece que “*A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática, no respeito e na garantia da efectivação dos direitos fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa*”;
- c) O aprofundamento da democracia participativa, sendo um desígnio constitucional, impõe-se como obrigação a todos os entes públicos e privados, com especial destaque para os órgãos de poder local dada a sua particular proximidade das populações locais cujos interesses e direitos lhes cumprem, em primeira linha, promover, garantir e defender;
- d) A democracia participativa é essencial para incentivar o diálogo entre os eleitos, os órgãos da democracia representativa e os respectivos técnicos e os cidadãos e a sociedade civil organizada, com vista a uma melhor governação e à prossecução de um desenvolvimento sustentável que sirva as populações locais;
- e) Que a democracia participativa é reconhecidamente um meio de favorecer políticas locais rigorosas e transparentes, envolvendo os cidadãos e, com isso, ganhando eficácia no que respeita à afetação dos recursos públicos;
- f) A experiência de muitos municípios, quer a nível internacional, quer a nível nacional, tem sido extremamente positiva, com excelentes resultados práticos obtidos, quer no que respeita à participação cidadã, quer no que concerne à melhoria da governação local;
- g) A democracia participativa é um complemento essencial da democracia representativa, contribuindo para inverter o ciclo de afastamento dos cidadãos da vida política, com expressão cada vez mais acentuada na abstenção eleitoral, sob as mais diversas formas;

A Assembleia Municipal de Coimbra delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal que promova a organização do processo tendente à consagração do ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, com efeitos a partir do ano de 2015, e na forma deliberativa, abrangendo todo o concelho de Coimbra e afectando uma verba de valor variável entre o mínimo de 5% e o máximo de 10% do Orçamento de Investimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

2. Constituir uma Comissão composta por um representante de cada força política representada na Câmara com o fim de:

Elaborar o projeto de **CARTA DE PRINCÍPIOS e o REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA** e propor a composição de uma comissão técnica para a concretização de todo o processo do **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**, no prazo de 2 meses;

Acompanhar todo o processo de execução do Orçamento Participativo desde o seu lançamento público que não deverá ocorrer após 30 de setembro de 2014 até à sua efetiva consagração prática no Orçamento de 2015.

Intervenção do deputado municipal Joana Martins (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Não tendo sido possível inserir o Orçamento Participativo Jovem no Orçamento de dois mil e treze de vinte sete de Dezembro de dois e doze foi apresentada e aprovada por unanimidade a recomendação para que este fosse incluído no Orçamento de dois mil e catorze, no valor de dois mil euros. Esta proposta gerou naturalmente grande expectativa nos jovens de Coimbra, estando até associada ao Conselho Municipal da Juventude que podia ajudar na sua gestão e fazer com que esta iniciativa fosse um sucesso. Passados dez meses de mandato, nem Orçamento Participativo Jovem, nem sequer Conselho Municipal da Juventude. A proposta trazida pelos Cidadãos de Coimbra de entre um milhão e dois milhões de euros é equivalente aos maiores orçamentos Participativos do país, no qual destacamos o da Câmara de Cascais, o que representa naturalmente, uma responsabilidade acrescida. Tendo sido proponente a proposta de Orçamento Participativo Jovem e defendendo sempre a nossa bancada todas as iniciativas que promovam a democracia participativa só desejo que esta proposta não tenha o mesmo destino e não fique na gaveta.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Nós não temos na bancada da CDU, isto é, aqui, nas posições nacionais assumidas a este propósito, não temos nenhum amor especial pelo Orçamento Participativo, nem nenhum desamor especial pelo Orçamento Participativo. Consideramos que as condições essenciais para a participação democrática, são a informação, a proximidade, a acessibilidade e a prestação de contas. E consideramos que nas experiências, na nossa própria experiência, como sabem, as câmaras da CDU tiveram vários contextos de elaboração de Orçamentos Participativo, nas várias situações em que nós estivemos a gerir este processo ou, pelo menos, nas autarquias que geriram este processo, as pessoas que participavam nas assembleias que deliberavam relativamente a esta questão, não eram necessariamente as visadas, não eram necessariamente sequer aquelas, que tinham mais interesse em participar.

Isto é, nós não temos a ideia de que o trabalho de participação dos cidadãos, seja um trabalho que se esgote ou que seja até, de alguma forma importante, realizar nestas assembleias.

Nós consideramos de qualquer forma, não temos nada a opor de princípio. Consideramos no entanto que falar do Orçamento Participativo num contexto, em que sabemos que as juntas de freguesias estão, com carências financeiras, isto é, ... de alguma forma, ... se colocarmos estas questões, numa ordem de prioridades, nós consideramos que o orçamento das juntas de freguesias, é mais importante, muito mais importante do que o estabelecimento de um Orçamento Participativo. Consideramos que a participação dos cidadãos, a participação na vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

autárquica, é mais importante se gerida pelas autarquias locais, no caso das juntas de freguesias, junto das populações que as elegeram, para poder levar a cabo projectos e que tenham a ver de facto, com uma planificação que seja realizada, que seja informada e que colha a participação dos cidadãos, do que situações de elaboração do Orçamento Participativo que poderão não ter essa informação e, poderão não colher de facto, os contributos necessários para a elaboração de qualquer coisa que seja consistente.

Consideramos por outro lado, que de facto a participação dos cidadãos é qualquer coisa que nos preocupa porque nós sabemos, que os cidadãos normalmente se demitem, isto é, muitas vezes se demitem da participação nos órgãos.

De qualquer forma, parece-nos a nós que esta discussão, seria uma discussão interessante tê-la, com um tempo mais alargado para que pudéssemos, por exemplo, saber quais são os dados que os Cidadãos por Coimbra nos podem trazer relativamente àquilo que tem sido as experiências noutros sítios e, para que possamos ajuizar, não apenas, naquilo que pode ser a destituição dos órgãos eleitos, por órgãos digamos, de poder popular, parece esquisito eu falar disto, mas que não são de âmbito popular, são de âmbito limitado e que traduzem ao fim ao cabo, uma realidade, que é uma realidade muito diferente da portuguesa.

Que é uma realidade do Brasil! Onde eles existem desde os anos oitenta e onde, nos anos oitenta, foi necessário, criar situações que pudessem substituir aquilo que não existia lá, que eram as juntas de freguesias, por exemplo!

O Brasil não tinha juntas de freguesias, nas Prefeituras e portanto, teve que criar situações intermédias que pudessem gerir de alguma forma e, pudessem ser garante da participação dos cidadãos na administração dos dinheiros públicos.

Não me parece que esta situação possa ser transposta mecanicamente, para a realidade portuguesa.

Penso que esta questão é, uma discussão que merece ser discutida.

Nós achamos que sim! Pode haver de facto alguma comissão que nesse âmbito, possa de alguma forma discutir esta questão mas, não dá-la, como dado adquirida! Porque para nós, não é certo e sabido que o Orçamento Participativo, vá ser um factor de estabilização da participação dos cidadãos, na vida da nossa autarquia. Não é certo! Não é incerto, mas não é certo!

Portanto, consideramos que existem hoje, órgãos eleitos autárquicos que são de facto, garante da participação dos cidadãos e que esses sim, devem ser munidos de ferramentas que possam fazer com que eles cumpram a função democrática e de participação dos cidadãos, para que foram constituídos e que foram eleitos e foram considerados aptos e bons, pela população que neles votou.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CPC):

“Em nome dos proponentes há algumas questões que convêm esclarecer.

O que nos importa aqui é o compromisso político no sentido do nosso município vir a ter um orçamento participativo.

O Orçamento Participativo não se reduz aos casos Brasileiros, existe neste momento aos milhares em toda a Europa, existe na Ásia, existe na África, tem variedades técnicas extensas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

amplas, tem que ser moldado a cada caso particular por uma equipa de técnicos, existe essa competência em Coimbra. Nós em Coimbra temos especialistas que estudam casos de orçamentos participativos, realmente desde o Brasil passando por toda a Europa e Município que vão de todas as cores políticas até à Ásia e até à África, existe essa competência técnica em Coimbra. O que nós pretendemos é que realmente o município assuma o compromisso da criação de uma Comissão Técnica, que, determine, os modos em que o nosso município deva assumir o orçamento participativo. O trabalho desta Comissão pode, e deve ser acompanhado pela Assembleia Municipal. Portanto, o que nos importa é a decisão política.

O montante do orçamento que é afecto ao orçamento participativo, nada tem a ver e nada interfere com as transferências para as Juntas de Freguesia, trata-se de uma percentagem, a determinar, segundo as condições técnicas e em cada ano do orçamento de investimento. O modelo de organização administrativa existente em Portugal nomeadamente com a existência das Juntas de Freguesia, que realmente não existe noutros Países aonde há orçamento participativo, mas existe noutros, não foi impedimento de norte a sul do País para que este modelo de participação política surgisse.

Os estudos feitos nomeadamente nos centros estudos sociais a que pertenço, pelo observatório da participação, relativos a todo o mundo, mas também relativo também aos casos portugueses, indicam realmente, que há um aumento da participação dos cidadãos nos municípios em que há orçamento participativo.

O Senhor Deputado Manuel Rocha disse que por vezes, não são as pessoas que mais têm a ver com as propostas em causa que participam. Tudo isto são questões técnicas, que uma equipa competente pode e dever resolver. Na questão dos zonamentos, na questão dos modos de participação e na questão do valor vinculativo das decisões, e sobretudo na questão muito importante da prestação de contas.

Devo dizer, que o orçamento participativo é desde há muitos anos, fiz aqui em nome do Bloco de Esquerda quando na altura que era deputada em 2005, a primeira proposta de orçamento participativo, já nessa altura fazia parte as recomendações da ONU e do Banco de Mundial para a boa gestão do orçamento municipal justamente por promover essa proximidade com os cidadãos, por promover o interesse na intervenção política, por chamar essa decisão, por nos envolver, por nos responsabilizar mais na consideração das propostas e por haver uma forte dimensão de prestação de contas em que os cidadãos venham dizer que a nossa proposta foi não realizada.

O que nós pretendemos aqui, é a criação de um consenso para a criação de uma Comissão Técnica, existe em Coimbra esses recursos, assim, a Câmara queira constituir a comissão técnica que depois nos pode trazer então o montante a atribuir, o zonamento os moldes de participação e todas as questões técnicas que tem que ser resolvidas e que não podem ser discutidas aqui. É realmente um processo técnico, muito complexo mas tem de haver um compromisso nesse sentido, vamos ser um dos últimos municípios do País a apanhar este comboio, já o poderíamos ter feito muito antes.”

Intervenção do deputado municipal André Pereira (PS):

“Queria apenas manifestar que tudo o que seja promover a participação das pessoas no processo democrático e a transparência, são de saudar, para evitar efectivamente fenómenos em que o poder está muito concentrado, isso é positivo! Mas, apenas uma palavra de cautela,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

porque aquilo que acontece pelo menos em alguns locais aqui próximos, até vizinhos, é que no fundo são os pequenos poderes sociais de facto, são as estruturas já organizadas, como associações de futebol, associações disto, associações daquilo, que conseguem de facto dominar aquilo que é os orçamentos supostamente participativos ao passo que, os mecanismos que já temos com as suas deficiências e debilidades da democracia representativa, supostamente tem conseguido ou não, tentar alcançar aquilo que é o interesse público e não propriamente um interesse de uma associação ou isso. Nós vemos aqui, o empenho com que se luta por um subsídio para uma feira, o empenho com que se luta por um subsídio para ter algo como uma procissão, ou isto, será multiplicar essas situações por pequenas causas populares. Portanto, à partida é bom que se estude, mas com uma grande cautela, porque no fundo poderemos estar apenas a fomentar um processo de pequena cristalização dos poderes sociais de facto que não são necessariamente aquilo que visa o interesse comum.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O consenso que aqui falaram os proponentes, o deputado José Reis.

Há, da parte do Partido Socialista nos considerandos de A a G.

Quanto aos demais devo dizer que não há consenso absolutamente algum! E não o há, logo pelas palavras que acabei de ouvir da deputada Catarina Martins, é que de facto é como ela disse, o orçamento participativo envolve razões técnicas complexas, e ao contrário do que referiu o deputado José Reis há aqui, razões técnicas, não há aqui tempo, ao contrário do que acabou de dizer.

Um orçamento participativo disse ele, tinha razões técnicas, e penso mesmo que a proposta que está aqui, trazida à nossa apreciação inviabiliza e desvirtualiza o orçamento participativo que por todos nós com certeza seria desejado, é que ela é omissa em todas as razões técnicas, que pudessem justificar um orçamento participativo. Um orçamento participativo devia começar com a definição de princípios do orçamento participativo. Tinha que ter a definição do calendário de procedimentos. Quero aqui dizer, que por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa, iniciou já o seu processo, em Abril, nós estamos à beira do mês de agosto, mês de férias.

A definição pelo Executivo Municipal é, absolutamente fundamental para afectar a quantia a afectar, é absolutamente fundamental para que esse orçamento se possa desenvolver e não é uma percentagem qualquer estimada.

Também o orçamento participativo tem que ter à partida a previsão de encargos com despesa de funcionamento para a gestão e implementação do orçamento participativo.

O orçamento participativo é começado pela constituição da equipa do orçamento participativo ou de uma comissão de análise técnica, com a participação de elementos desta Assembleia Municipal, estaremos com certeza de acordo.

Tem que naturalmente ter uma aplicação informática específica, para as propostas dos cidadãos e gestão do processo, porque é de um orçamento participativo que estamos a falar e portanto, temos que ter aqui as propostas dos cidadãos. Tínhamos que ter a divulgação pública do processo, não temos tempo para fazer a divulgação pública do processo, temos que ter a definição das Assembleias Participativas em colaboração com as Juntas de Freguesia e outras instituições que nós não podemos estatizar neste procedimento, temos depois proceder à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

recolha das propostas para o orçamento, temos depois que continuar na análise técnica das propostas, temos depois de fazer a comunicação das propostas não aceites aos cidadãos, temos depois que elaborar uma lista provisória dos projectos seleccionados na fase de reclamações, temos depois a fase de votação pelos cidadãos das propostas, temos por fim a apresentação pública dos resultados incluindo nos documentos provisionais da Câmara e a avaliação anual dos resultados.

Como vêm, é exactamente como a deputada Catarina Martins diz, que o orçamento participativo é de facto, tem razões técnicas, complexas, e portanto, tal qual esta proposta que vem totalmente neste particular, omissa, inviabiliza e desvirtua.

Mas há ainda outras razões que acrescem é que esta proposta não possa ser de forma nenhuma acompanhada pelo Partido Socialista. É que ela é também lesiva de autonomia do Poder Local, concretamente de autonomia financeira das Juntas de Freguesia. Porque é incompatível ...

Seguidamente gerou-se alguma controvérsia entre os deputados, e assim o deputado Ferreira da Silva retomou a palavra dizendo:

... mas falando da direita à esquerda, devo dizer que esta proposta exclui um conjunto de cidadãos na vossa proposta.

Creio que o CDS, ainda tem aqui algum conjunto de pessoas que representa, a vossa proposta exclui o CDS, ela consta aqui de forma muito clara, que eu possa dizer, e o PS também não aceita isto, “*constituir uma comissão composta por um representante de cada força política representada na Câmara*”, e na Câmara não está com certeza os cidadãos representados e daí esta questão técnica, complexa, que falaram não estamos todos de acordo, inviabiliza a vossa proposta que não nos diz por exemplo, qual é o montante que podemos afectar de investimentos? Quais? Os dos fundos estruturais que vem da Europa?

As quantias que são transferidas para investimentos do Orçamento Geral do Estado?

Os empréstimos que vamos recorrer que são afectados e consignados a esta ou àquela obra?

Desculpem, mas esta proposta é em absoluto alheia a questões e razões técnicas e por isso, não pode ser aprovada.”

O deputado José Reis pediu a permissão de palavra para dizer o seguinte:

Senhor Presidente

Preciso de dar um esclarecimento para o bom andamento dos trabalhos.

Sem nenhuma ironia, o deputado Ferreira da Silva deu um excelente contributo à forma de organizar o orçamento participativo, estou a dizer isto, sem nenhuma ironia. Tudo o que ele disse é certo! Qual é o equívoco dele, o equívoco dele é que não leu a nossa proposta! A nossa proposta é exactamente para começar a fazer isso, é uma proposta, é uma recomendação à Câmara para em tempo necessário começar. O senhor deputado Ferreira da Silva se possível deve fazer parte da Comissão, porque ele tem isso já escalpelizado. Agora o que acontece é que a nossa proposta não é falha de nada, é uma proposta para que se inicie este processo...”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Pelo mérito da proposta não poderia deixar, formalmente, neste púlpito e em nome da minha bancada fazer dois, três comentários, muito breves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Em primeiro lugar, percebendo bem e acompanhando a iniciativa. Sobretudo, nós teremos de ser sensíveis ao argumento, poderemos não chegar todos pelas razões positivas e negativas que foram invocadas, poderemos não chegar todos ao mesmo entendimento sobre a pertinência do orçamento participativo.

A nossa maior adesão hoje (talvez seria diferente, há dez anos atrás) é que de facto precisa de respostas novas para a participação política dos cidadãos.

Temos uma abstenção que nós próprios aqui viemos dizer, que não nos satisfaz! Nós temos que ser sensíveis e que temos que encontrar fórmulas diferentes para a questão da abstenção. Nós estamos muito preocupados nas Eleições Europeias, continuar a existir esta matéria. Não estamos seguros que haja uma relação de causa e efeito directa, admitimos perfeitamente, mas aceitamos em tese teórica que os factos que existem já, com uma boa experiência nacional e internacional que pode ser um mecanismo favorecedor da participação dos cidadãos. Não somos sensíveis ao argumento que o Doutor André Pereira trouxe e que é conhecido, a captura por pequenos interesses particulares, maior captura existe, ... pode perguntar aos seus Vereadores, a todos os Vereadores dos grupos políticos, posso dizer-lhe pela experiência própria na Câmara Municipal, assim que tomamos posse, somos invadidos por pedidos de reuniões precisamente dos pequenos interesses e dos interesses que estão cristalizados na sociedade. Exactamente esse que falava! Somos totalmente invadidos e submersos nesses pedidos e por vezes temos dificuldade em conseguir, libertarmo-nos para contactar directamente com as populações ou cumprir aquilo, que é o nosso programa político. Não é verdade. Não que não creio que seja pior esta solução do que aquilo que por vezes acontece já, com o sistema actual. Sobretudo, é uma busca de uma resposta diferente! Penso que é isso que temos que valorizar Também é verdade que deve ser avaliado! Devemos ver se há resultados no aumento da participação política, desde logo, nos próprios actos eleitorais ou se até, com inquéritos que podem ser feitos à população se isso de facto representa um modo que consideram útil de participação política. Dito isto, compreendo também, bem, as razões que a CDU aqui levantou, em relação, por um lado, ao constrangimento que pode colocar, em relação aos orçamentos das juntas de freguesia. Que uma coisa pode não ter a ver com a outra! Não pode ser de facto de um mecanismo existente de trabalho das juntas de freguesia, como autarquias respeitadas, com dotação e competências que em nosso entender, deviam ser crescentes e não decrescentes. É de facto uma matéria que não pode ficar prejudicada, pelo orçamento participativo. Isso, tem que ficar líquido, límpido e do nosso lado, nunca aceitaremos que haja uma diminuição das competências e do financiamento das juntas de freguesia, em favor de um orçamento participativo. Não é por aí! Tem que sair lá onde o executivo municipal, esse sim, tem ainda o seu “*bolo financeiro*” e aí sim, é dessa área que devemos falar. Por fim, queria unicamente dizer, é simplesmente uma sugestão, é apenas uma sugestão aos proponentes, ... talvez se ficássemos pelo ponto um, conseguíssemos já o principal objectivo. Eu devo dizer qual é a minha objecção e que vos quero dizer de forma totalmente aberta, sobretudo ao partido Socialista. Não é possível haver um orçamento participativo no Município de Coimbra, se a gestão executiva entender que não deve ter! É uma questão estratégica do Município! Não é possível fazermos isto, se o Partido Socialista não o quiser fazer! Envolve, por exemplo, a Senhora Vice-Presidente, o próprio Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-presidente com competências financeiras vai ter um envolvimento pessoal e político enorme, na construção deste orçamento participativo. Não é possível, nós construirmos isto, sem o Partido Socialista, sem a sua gestão executiva querer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Querer fazê-lo pode não ser já para o orçamento de dois mil e quinze, mas quer faze-lo para dois mil e dezasseis. Mesmo que fosse essa a marca, para implementação desse projecto, seguramente com estudos, conhecendo também a experiencias de outras câmaras, tendo os nosso próprios técnicos municipais mais envolvidos no processo, provavelmente com uma consultoria externa da própria Universidade que de facto tem, o “know how” científico e técnico que pode ser essencial, ao suporte de uma boa iniciativa. Se de algum modo Coimbra até hoje nunca quis fazê-lo, provavelmente também haverá motivos para isso Eu diria, impor, uma matéria como o orçamento participativo, impor ao Partido socialista, acho que não vai ter bom sucesso! Entendo que aqui, o Partido Socialista de assumir isto também, com um desígnio da sua própria gestão executiva. Nesse sentido, diria que talvez o ponto dois que é muito explícito sobre prazos, ... claro, que tem todo o sentido que haja uma carta de princípios, e que haja um regulamento. Percebo que do ponto de vista técnico essa matéria também não possa cair. Mas talvez se se conseguisse unir esses pontos, porque penso, que a recomendação genérica da Assembleia, ... nós estamos disponíveis para votar convosco, talvez Partido Socialista também, estivesse, no sentido que fosse uma recomendação ao executivo, sem essa obrigatoriedade de prazos tão estrita e talvez, então sim, um trabalho preparatória, carta de princípios, regulamento técnico, algo mais faseado, algo com mais tempo para que o próprio Município assimile e para que designadamente, a gestão executiva entenda, se é matéria para levar para a frente ou não. Desculpem, não quero desconstruir a proposta. O objectivo é construtivo! Em todo o caso, a nossa posição é favorável, pelos motivos que aduzimos, a uma recomendação positiva da Assembleia Municipal, sobre o orçamento participativo.”

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CPC):

“É só para confirmar que a nossa intenção é fazer uma proposta de constituição de uma equipa técnica que possa estudar a implementação do orçamento participativo no Município, na Câmara Municipal de Coimbra. Não é, hoje em dia, ... Como foi dito já, o orçamento participativo é do domínio público, é transversal até, sobre o ponto de vista ideológico, a muitas, ... em qualquer escola de ciências políticas se estuda que o aumento da participação vem reforçar, o aumento da política representativa. Vem reforçar a própria democracia representativa. É esse reforço que nós pretendemos que venha a ser estudado. Eu acho que é perfeitamente plausível que a nossa proposta se possa quedar pelo ponto um dando ao executivo a possibilidade de articular essa comissão, desde que o faça de um modo idóneo, que aproveite o reconhecido mérito que existe, fora desta Universidade que temos, nesse âmbito e, temos muitos, essas competências e, concedemos que possa ser o executivo, a definir isso, mas não é preciso mudar a constituição. É uma coisa relativamente simples. É criar uma comissão que venha a estudar isto! Não é mais do que isto que seja a nossa proposta”.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Acompanhando a intervenção de há pouco e agora esta última de que a recomendação fosse por todos assumida, limitada a todos os seus considerandos e ao ponto um, um ligeiro acrescento a clarifica-lo apenas.

E assim a Assembleia Municipal de Coimbra delibera: “*Recomendar à Câmara Municipal que promova a organização do processo tendente à consagração do orçamento participativo com efeitos a partir do ano de dois mil e quinze, em ordem à elaboração do orçamento de dois mil e dezasseis*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CPC):

“O nosso objectivo é que seja, porque sabemos que isso demora e que precisa de muito trabalho é que tem que atender a tudo aquilo que já aqui foi dito que efeitos no ano de dois mil e dezasseis. Não é razoável, não conseguimos na altura em que estamos, que seja o ano dois mil e quinze! Inteiramente de acordo! Não percebemos é porque é que só há-de começar em dois mil e quinze! Estamos em meados de dois mil e catorze! A recomendação à Câmara é para ter efeitos no orçamento de dois mil e dezasseis! Não há outro modo! Bem gostaríamos que fosse antes! Isto é consensual. A forma de constituir se é com todos os grupos, o CDS é muito bem-vindo a essa comissão, com certeza.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Ficará:

“Recomendar à Câmara Municipal que promova a organização do processo tendente à consagração do orçamento participativo, em ordem à elaboração do orçamento de dois mil e dezasseis”, e cai a expressão “com efeitos”.

Deliberação nº40/2014 (15/07/2014)

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com trinta e sete votos a favor e cinco abstenções nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar a Proposta de Recomendação ao Executivo sobre o Orçamento Participativo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 9 – Composição da Comissão Municipal de Protecção Civil – representante das Juntas de Freguesias:

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com três votos contra, vinte e nove votos a favor e dez abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 30 de Junho de 2014, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar a “Composição da Comissão Municipal de Protecção Civil – tendo sido nomeado como representante das Juntas de Freguesias – João Paulo Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 10 – Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta – representante das Juntas de Freguesia:

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com (dois votos contra, quarenta votos a favor e dez abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 30 de Junho de 2014, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar a “Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta – representante das Juntas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Freguesia” - tendo sido nomeado como representante das Juntas de Freguesias – António Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado Municipal Pinto Ângelo (CDU):

Muito rapidamente, em relação ao orçamento participativo é dos poucos casos em que os consensos da bancada pioram a proposta inicial. A nossa abstenção dirige-se não só, quanto a este remendo que piora substancialmente, a proposta inicial que era muito mais orientadora, como radica, num princípio, toda a gestão autárquica tem que assentar na participação dos cidadãos, não exclusivamente orientada, ou seja, a prática geral da gestão autárquica, tem que ter em conta, a participação dos cidadãos. Naturalmente que, não obstaculizaríamos nunca, a criação de metodologias de participação que se viessem a provar adequadas. O que pensamos é que face à proposta inicial, a proposta que foi votada, piorou substancialmente porque lhe retirou conteúdo. Daí a razão genérica da nossa abstenção.”

Ponto 11 – Atas

Deliberação nº43/2014 (15/07/2014)

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com trinta e oito votos a favor, um voto contra e cinco abstenções aprovar as actas das sessões realizadas respectivamente em 18 de Março e 24 de Abril de 2014.

E sendo vinte e uma horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.